

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO E DOUTORADO

Julia Tomazi

OS FIOS DE MNEMÓSINE: CONFLITO, HISTÓRIA E LITERATURA EM *LA*
***HORA AZUL*, DE ALONSO CUETO**

Santa Cruz do Sul

2017

Julia Tomazi

OS FIOS DE MNEMÓSINE: CONFLITO, HISTÓRIA E LITERATURA EM *LA HORA AZUL*, DE ALONSO CUETO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado e Doutorado; Área de Concentração em Leitura e Cognição; Linha de Pesquisa em Processos narrativos, comunicacionais e poéticos, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosane Maria Cardoso.

Santa Cruz do Sul - RS

2017

Julia Tomazi

OS FIOS DE MNEMÓSINE: CONFLITO, HISTÓRIA E LITERATURA EM *LA HORA AZUL*, DE ALONSO CUETO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado; Área de Concentração em Leitura e Cognição; Linha de Pesquisa em Processos narrativos, comunicacionais e poéticos, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Prof^a. Dr^a. Rosane Maria Cardoso
Professora orientadora – UNISC

Prof. Dr. Rafael Eisinger Guimarães
Professor examinador – UNISC

Prof^a. Dr^a. Luana Teixeira Porto
Professora examinadora – URI

Santa Cruz do Sul

2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, fonte de força e esperança, sempre.

Agradeço à minha família, principalmente aos meus pais, por apoiarem-me incondicionalmente, por todos os abraços e conselhos. Obrigada por me garantirem a energia essencial do amor e por me assegurarem sempre um lugar para onde ir.

À minha estimada orientadora, Rosane Maria Cardoso, o meu muitíssimo obrigada por dividir comigo o conhecimento e por ser tão inspirador exemplo de docência. Obrigada pela paciência, pelos inúmeros incentivos e pela parceria desde a graduação, esse trabalho também é dela. Acima de tudo, obrigada por me permitir sua convivência e contribuir para a minha evolução enquanto ser humano.

Aos colegas, professores e funcionárias do programa por cada contribuição para o meu crescimento enquanto pessoa e pesquisadora.

Aos meus amigos e ao meu namorado, por respeitarem minhas ausências e aproveitarem a minha escassa presença, muito obrigada.

Ao Cnpq, pelo apoio ao desenvolvimento desta pesquisa.

Seria a arte a transmitir o que de outro modo permanece intransmissível.

(SCHWEIDSON, 2009, p. 28)

RESUMO

Esta pesquisa consiste no estudo das memórias sobre a violência em *La hora azul*, de Alonso Cueto. Objetivando refletir a respeito da relação que se estabelece, na obra, entre história e literatura, o estudo tem por base os conceitos de memória vistos, principalmente, em Jelin (2012), Le Goff (1994) e Halbwachs (2004), testemunho como em Penna (2003) e Seligmann-Silva (2003), história com Contreras e Cueto (2013), Cotler (2006) e Galeano (2004) e literatura em Cueto (2005). A presente pesquisa apoia-se na crescente produção literária, que aborda a temática do conflito interno do Peru dos anos 1980 a 2000, de maneira a apontar os traumas causados pela violência. O texto de *La hora azul* destaca-se pela presença de depoimentos de personagens vítimas da luta armada que, ao relatarem seu sofrimento, contam também sobre a história do país. O romance de Alonso Cueto foi escolhido porque abre caminho para pensarmos sobre a construção da ficção literária, constituída a partir de testemunhos reais e, dessa forma, sobre como a ficção se aproxima da história, tendo em comum a memória. A nossa busca pretende contribuir para a investigação da literatura latino-americana contemporânea, especialmente aquela pautada por eventos históricos traumáticos. A dissertação propõe-se a discutir que literatura é essa e qual a sua relevância enquanto manifestação cultural que, conforme VICH (2009) contribui para o processamento e a reflexão sobre o trauma.

Palavras-chave: Literatura. História. Teor testemunhal. Memória. *La hora azul*.

RESUMEN

Esta investigación consiste en un estudio relativo las memorias respecto a la violencia en *La hora azul*, de Alonso Cueto. Con el objetivo de reflexionar sobre la relación establecida, en la obra, entre historia y literatura, la pesquisa se basa en los conceptos de memoria como vimos en Jelin (2012), Le Goff (1994) e Halbwachs (2004), testigo como en Penna (2003) Seligmann-Silva (2003), historia con Contreras e Cueto (2013), Cotler (2006) e Galeano (2004) y literatura en Cueto (2005). La presente investigación apoyase en la creciente producción literaria que aborda la temática del conflicto interno del Perú desde los años 1980 hasta 2000, de forma a señalar los traumas causados por la violencia. *La hora azul* subraya la presencia de testimonios de personajes víctimas de la lucha armada que, al relatar su sufrimiento, cuentan también la historia del país. La novela de Alonso Cueto fue seleccionada porque abre camino para pensar la construcción de la ficción literaria, constituida a partir de testigos reales y, de esa forma, sobre cómo la ficción se aproxima de la historia, teniendo en común la memoria. Nuestra búsqueda proyecta contribuir para la investigación de la literatura latinoamericana contemporánea, especialmente la pautada por eventos históricos traumáticos. La disertación se propone a discutir qué literatura es esta y cuál es su relevancia como manifestación cultural, lo que, conforme VICH (2009), contribuye para el procesamiento y para la reflexión sobre el trauma.

Palabras clave: Literatura. Historia. Contenido testimonial. Memoria. *La hora azul*.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. HISTÓRIA DE LUTAS DE UM PERU COLONIZADO	11
2.1. Da colônia aos regimes militares: o contexto de uma sociedade fragmentada.	12
2.2. Entre as forças militares e os guerrilheiros comunistas.....	24
2.3. A violência por trás da luta política	34
3. A MEMÓRIA.....	39
3.1 A memória compartilhada.....	39
3.2. Memórias na história, histórias da memória	44
3.3 O testemunho e o teor testemunhal.....	49
3.4. <i>La hora azul</i> no panorama literário peruano	53
4. HISTÓRIA E LITERATURA EM <i>LA HORA AZUL</i>	58
4.1. <i>La hora azul</i> como memória.....	58
4.2. Testemunhos como representação do real	63
4.3. Memória e História: coletividade e identidade social	70
4.4. Ficção e história: <i>La hora azul</i> como representação.....	75
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS	85

1. INTRODUÇÃO

O estudo aqui desenvolvido nasceu de um encontro feliz, ainda na graduação, entre a autora e sua orientadora, por ocasião da pesquisa a ser realizada para o trabalho de conclusão do curso. Na oportunidade, o livro levado como companhia para casa foi *La hora azul*(2005)¹, de Alonso Cueto, responsável pelo despertar de um interesse novo por pesquisa e, principalmente, pela história do Peru, presente na obra literária de forma a chamar atenção em meio ao enredo. O primeiro trabalho realizado sobre o texto de Cueto contou com um olhar para a representação do conflito interno armado e as marcas de violência deixadas nas personagens.

Durante a pesquisa, foram desenvolvidos os conceitos de memória e violência, sendo importante, também, a contextualização da literatura de Cueto, diante da tradição literária peruana, como autor do *pós-boom* da literatura da América Latina. Para esta dissertação, voltaram à discussão antigos questionamentos levantados a partir da leitura de *La hora azul*, sendo o principal desses a possível presença de relatos “reais” no texto literário e o “resgate” feito, pelo autor, de aspectos marcantes do cenário peruano. Daí, nos diálogos entre orientadora e autora, surgiu o projeto que objetiva investigar as relações entre história e literatura a partir das memórias observadas no texto literário e sua semelhança com fatos da história do Peru.

Assim sendo, a presente pesquisa se organiza em três capítulos que procuram dar conta das questões teóricas, da análise crítica e de discussões acerca do tema proposto. No primeiro capítulo, contextualizamos a trajetória político-social do país, buscando dar conta das questões que motivaram, por fim, o confronto entre as forças armadas e o Sendero Luminoso, pois, conforme observa Cotler (2006), “as formas concretas do exercício da dominação de classe, que enquadram o curso das lutas sociais e transformações políticas, ou seja, a história, manifestam-se de diferentes modos.” (COTLER, 2006, p. 15)

Nesse capítulo, também resgatamos a formação dos regimes militares e as relações estabelecidas para o surgimento do Sendero Luminoso, considerando as junturas políticas e as ideologias por trás da luta empreendida. Para isso, buscamos, além de registros bibliográficos, subsídio em depoimentos daqueles que estiveram em meio ao confronto. Isso porque acreditamos que seja necessário compreender, tanto a formação histórica do ponto de vista

¹ Todas as menções feitas referentes à obra *La hora azul*, de Alonso Cueto, foram retiradas da edição: CUETO, Alonso. *La hora azul*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2005.

oficial, quanto o relato dos fatos abarcando situações subjetivas, para entender a perspectiva adotada pelo autor.

Já o segundo capítulo é composto por recapitulações e diálogos acerca da memória, principalmente da memória coletiva considerando o que diz Halbwachs (2004, p. 51) “a sucessão de lembranças, mesmo daquelas que são mais pessoais, explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos [...]”. Conforme deduzimos a partir dos estudos de Jelin (2012), Halbwachs (2004), Le Goff (1994), entre outros, a memória contribui para o desenvolvimento deste estudo porque pode ser um dos mais fortes indícios de ligação entre a história e a literatura.

Na sequência, a discussão se estende ao conceito de testemunho, abrindo caminho para pensarmos o papel dos depoimentos na literatura como representação do real. Ainda no segundo capítulo, a pesquisa se volta para a literatura da América Latina em uma contextualização que busca situar a obra de Alonso Cueto. Nessa parte, a atenção se volta, ainda, para reflexões sobre como as questões sociais influenciam na produção cultural do Peru e como a literatura daquele país conquistou espaço.

A terceira parte da dissertação inaugura a discussão do texto de Cueto, quando nos propomos, primeiramente, a apresentá-lo como memória, dando atenção a alguns dos aspectos pelos quais a obra merece a reflexão. Dividido em quatro partes, o último capítulo é dedicado ao aprofundamento das demandas teóricas em relação ao texto literário. Na primeira das quatro partes, conforme já descrevemos, *La hora azul* é apresentado; no segundo item, são retomadas algumas discussões acerca do testemunho e do *testimonio*, visando a pensar se o texto literário se encaixaria como testemunho pela sua carga de realidade.

O terceiro subtítulo do terceiro capítulo ficou reservado à observação da relação que o texto tem com a história do país, já com vistas a aproximar os conceitos de história e literatura. Aí, se podem conferir referências feitas ao historiador Le Goff, bem como à Comisión de Verdad y Reconciliación. As relações entre o literário e o histórico são averiguadas por meio das semelhanças encontradas nos depoimentos das personagens em relação aos fatos que marcaram a história.

Na parte final da pesquisa, o propósito é reunir os aspectos apontados anteriormente a fim de, juntamente com teóricos como Seligmann-Silva (2003) e Vitor Vich (2009), refletir sobre a proposta literária de Alonso Cueto em relação a *La hora azul*. O questionamento, para o qual são ensaiadas respostas, é aquele que moveu este estudo e que sugere pensar no sentido que emerge da relação estabelecida, na obra, entre o histórico (real) e o literário (ficcional), considerando o papel dos testemunhos.

O presente estudo se encaixa na linha de pesquisa *Processos narrativos, comunicacionais e poéticos*, do Programa de Pós-graduação em Letras – Mestrado da UNISC, que procura investigar os processos de conhecimento e produção de sentido inerentes à leitura de textos literários e comunicacionais. A identificação ocorre ainda pelo caráter hermenêutico, crítico e histórico da pesquisa na discussão de violência e memória, com o desígnio de tratar a obra literária enquanto objeto capaz de gerar conhecimento e permitir a reflexão.

2. HISTÓRIA DE LUTAS DE UM PERU COLONIZADO

As marcas deixadas pelo processo de colonização e de organização política na América Latina são, em grande maioria, violentas. No Peru, terra amplamente habitada por índios, como a importante e estruturada civilização Inca, o processo de colonização, independência e implantação de governos também foi permeado por uma série de conflitos e disputas de poder, terras e comando. Tais eventos ocasionaram a morte de muitos indígenas, bem como sua escravização.

O país teve alternados períodos de governos democráticos e ditaduras militares, porém nenhum com êxito em políticas públicas que de fato alcançassem diminuir a distância entre as classes. A população da serra, em maioria índios e camponeses, foi a que mais sofreu com a falta de um governo que olhasse de fato para as desigualdades sociais e que levasse alguma melhora efetiva à população dos Andes. As diferenças entre os setores da sociedade sempre foram motivo de conflito e campanhas políticas socialistas.

Um dos confrontos mais violentos do país aconteceu com formação de um partido político comunista, que não concordava com os sucessivos regimes oligárquicos no comando do país, fortalecendo as diferenças de classe. O conflito (1980 – 2000) ocorreu entre as forças militares e os combatentes do partido comunista, chamado de Sendero Luminoso. Os senderistas lutavam por seus ideais marxistas enquanto que os militares defendiam o governo. Em meio a esta guerra civil, muitos peruanos foram mortos, violados e expostos a condições desumanas.

A violência dos conflitos internos na América Hispânica, que assim como no Peru, desolou todo o território, é tema de variadas narrativas literárias. Em alguns casos, o autor narra as agruras sofridas pelas vítimas destes confrontos internos e de governos ditatoriais, de forma que depoimentos reais e ficcionais façam parte de uma mesma obra. A necessidade de testemunhar a violência e o trauma é observada nas personagens da realidade e da ficção.

Como forma de compreensão do contexto que leva a História e a ficção narrarem à violência, esta pesquisa estuda, inicialmente, a História do Peru com foco nos eventos violentos e, principalmente, no confronto entre o Sendero Luminoso e os militares. Como será possível observar durante o estudo, houve uma “massa” peruana que esteve sempre em condições sociais precárias que sofreu com as mais variadas formas de violência, desde a escravização até formas cruéis de morte.

Com o estudo voltado primeiramente para a história do Peru e posteriormente a sua literatura, propomos um olhar que, por meio do estudo da memória, do testemunho e da ficção,

busca pensar a complexa narrativa de Alonso Cueto. Ou seja, uma narrativa que inquieta pelo teor de realidade e pelo nível de ficcionalidade com que é construída e que nos motivou a pensar no sentido que brota deste encontro.

2.1. Da colônia aos regimes militares o contexto de uma sociedade fragmentada.

A história do Peru começou a ser escrita há cerca de treze mil anos, quando datam os registros de povoamento humano no território. Antes da colonização, o solo peruano era cultivado pelos indígenas, que construíram uma comunidade organizada com núcleos e estados, cuja economia era movimentada principalmente pela produção da mandioca. O império Inca, ou Quéchua, dominava o que hoje chamamos de Peru, Bolívia e Equador abarcando parte da Colômbia e do Chile.

Os espanhóis chegaram ao solo peruano em 1532 e buscaram estabelecer alianças com nativos contrários ao império Inca, que esteve por muitos anos no domínio do território. Os espanhóis, liderados por Francisco Pizarro e aliados aos grupos indígenas dispostos a derrubar o império, dominaram o país e fundaram cidades como Lima (1535), Trujillo (1535), Chachapoyas (1538), Huamanga (1539) e Arequipa (1540). O vice-reino do Peru foi fundado em 1542.

A população indígena foi dizimada pelas guerras da conquista e pelas epidemias devido à presença estrangeira. Conforme Eduardo Galeano (2004), quando estuda a colonização da América Latina “aquella violenta marea de codicia, horror y bravura no se abatió sobre estas comarcas sino al precio del genocidio nativo [...]” (GALEANO, 2004, p. 58). O que restou dos índios estava sob o comando dos colonizadores, a quem temiam pela forma violenta como conduziram as batalhas durante conquista. Os indígenas foram então divididos entre as “encomiendas”², onde faziam o que sabiam de melhor, que era cultivar a terra.

As “encomiendas” foram delegadas a espanhóis líderes na colonização. O espanhol, responsável pela sua “encomienda” cobrava tributos dos indígenas que, com sua mão de obra, deram início aos primeiros trabalhos de mineração e produção de alimentos do país. Aos “encomenderos” foi dada a responsabilidade pelo que era produzido dentro do território de suas terras (CONTRERAS; CUETO, 2013).

² As *encomiendas*, segundo Contreras e Cueto (2013), eram grandes áreas de terra que foram designadas aos colonizadores espanhóis. Estes espanhóis se estabeleciam ali com suas famílias e comandavam o trabalho dos indígenas, que deviam cultivar estas terras.

Em pouco tempo a Coroa Espanhola organizou um sistema governamental que substituiria os “encomenderos”, sendo que nas cidades se instalaram os corregedores enviados pela Coroa, visto que desde o princípio este foi o lugar eleito para residência dos colonos peninsulares. Conforme os historiadores Carlos Contreras e Marcos Cueto (2013), a oposição entre europeus e indígenas pode ter se estabelecido como um paralelo da universal oposição entre cidade e campo, já que a maioria dos colonizadores instalou-se na costa, onde estavam sendo erguidas as cidades, enquanto que os índios permaneceram no campo.

A produção mineral, sobretudo de prata, para exportação e o estímulo ao cultivo agrícola em grandes escalas, geraram a necessidade de organizar a mão de obra e isso fez com que a coroa congregasse os indígenas nas reduções³, onde eram evangelizados por freis espanhóis. Para completar a demanda de mão de obra, foram importados escravos africanos, os quais trabalhavam na agricultura costeira ou no serviço doméstico nas cidades. Houve ainda a preocupação com a igual distribuição desta mão de obra entre os mineradores e grandes proprietários de terra, assim foi criada a *mita*, decretando que os indígenas deveriam desenvolver variadas atividades:

De acordo com os decretos do Vice-Rei Toledo, organizador supremo do domínio colonial, a sétima parte dos indígenas adultos tinha a obrigação de trabalhar durante dez meses por ano em diferentes tarefas determinadas pelo governo colonial. Para diminuir os protestos provocados por esse tipo de trabalho forçado, a Coroa estipulou que os conquistadores deviam pagar aos indígenas por esse tipo de serviço. Esse “salário”, que no século XVI representava a metade ou o terço do que recebia um trabalhador livre, não foi alterado durante os três séculos de domínio colonial, com a consequente desvalorização do seu poder aquisitivo. (COTLER, 2006, p. 25).

A extração do minério, que teve início no século XVI, sofreu considerável queda na segunda metade do século XVII, quando os *criollos*⁴, descendentes dos espanhóis, tiveram oportunidade de exercer liderança. Em meados do século XVIII, os *criollos* foram destituídos de seus cargos e estes foram destinados unicamente a espanhóis peninsulares. Em 1784, os governos provinciais deram lugar a sete intendências: Trujillo, Tarma, Lima, Huancavelica, Huamanga, Cuzco e Arequipa. Doze anos mais tarde, foi agregada a intendência de Puno que estava incorporada ao vice-reinado do Río de La Plata.

As intendências foram divididas em partidos e seus intendentess e delegados foram escolhidos entre os espanhóis da província. O oriente pouco colonizado foi o destino de uma base militar e eclesiástica. As reformas, especialmente a fiscal, com o aumento de impostos,

³As reduções eram uma espécie de aldeamento indígena que eram organizados e administrados por padres Jesuítas. Os objetivos das reduções eram organizar os indígenas para o trabalho nas minas e catequizá-los. Nestes locais, os índios eram habituados aos costumes europeus e moldados para o trabalho (CONTRERAS; CUETO, 2013).

⁴De acordo com os autores Contreras e Cueto (2013), são chamados de *criollos* os filhos de espanhóis nascidos em solo peruano. Adiante, neste trabalho, voltaremos a estudar os *criollos* e a divisão de classes no país.

causaram diversos tipos de reações entre a população: “la población indígena reaccionó, desatándose importantes rebeliones como la de José Gabriel Condorcanqui (1780-1781), quien llegó a adoptar el sobrenombre de Túpac Amaru II” (CONTRERAS; CUETO, 2013, p. 35).

Túpac Amaru II foi o motivador de uma das maiores revoltas contra a Coroa Espanhola. O descendente Inca, descontente com a quantidade de impostos a ser paga, com o trabalho “semiescravo” e as doenças que afetavam aos demais indígenas, formou exércitos para a luta. Os exércitos compostos por indígenas, mestiços, escravos e colonos pobres resistiam à opressão espanhola e lutavam pela igualdade.

A revolução (1780-1781), liderada por Túpac Amaru II, foi considerada uma das maiores manifestações contra a dominação espanhola, de acordo com os pesquisadores, mas fracassou por não ter o apoio dos *criollos* e da elite indígena da região. Em menor número, os rebeldes foram vencidos pelos exércitos reais, Túpac Amaru II foi capturado, preso e condenado à morte juntamente com a família. Sua língua foi cortada e seus braços e pernas amarrados acavalos para que seu corpo fosse arrastado e dilacerado, como exemplo para que os demais não confrontassem a Coroa.

A independência do Peru originou-se, principalmente, com a chegada da expedição do general José de San Martín, em setembro de 1820, e teve seu final demarcado com a queda da última bandeira espanhola em 1826. Conforme Contreras e Cueto (2013), o processo de independência que aconteceu entre 1820 e 1826 pode ser dividido em quatro etapas. A primeira seria das conferências e do desembarque até 28 de julho de 1821, quando foi declarada a independência. A segunda etapa, de 28 de julho de 1821 a 20 de setembro de 1822, foi quando San Martín renunciou o comando da nação no Congresso. Da renúncia até a chegada de Simón Bolívar, que tomou o comando da nação em setembro de 1823, para acabar com a guerra da independência, seria a terceira etapa. Da chegada de Bolívar, até sua saída em 1826, seria a quarta.

Após a independência, que tem como data oficial dia 28 de julho de 1821, a discussão no Peru girou em torno do sistema governamental a ser adotado, se a monarquia ou a república. Os argumentos republicanos venceram no primeiro Congresso peruano e em 1823 foi redigida a primeira Constituição do país. Logo após a nomeação de um triunvirato para o governo, houve a organização de um motim e José de la Riva-Agüero foi imposto como o primeiro presidente peruano.

A independência do país gerou debates em torno de seu significado, tanto perante à história do país quanto do continente. Historiadores dividiram-se entre aqueles que

consideravam apenas uma mudança política e aqueles que consideravam a independência peruana um divisor de águas na história, como apontam Contreras e Cueto:

A la luz de nuevas investigaciones hoy, sin embargo, es difícil negar que la independencia de España se constituyera en un importante parteaguas de nuestra historia y que muchos planos significara efectivamente una revolución. En términos sociales significó la virtual desaparición de la aristocracia colonial y, en términos económicos, la cancelación de la actividad promotora del Estado sobre ciertos renglones de la producción. (CONTRERAS; CUETO, 2013, p. 42-43).

Já o escritor e sociólogo José Carlos Mariátegui acreditou que a revolução da independência, por ter sido uma questão de *criollos*, não ocasionou grandes mudanças na realidade peruana colonial. Para ele, o sistema feudal adotado pela monarquia espanhola continuou sendo praticado e, além da atividade agrícola, restava aos andinos o trabalho nas minas. Leis proibindo o trabalho gratuito e ordenando a divisão das terras foram redigidas, porém por falta de quem as executasse, ficaram no papel. Dessa forma, a população indígena viu-se ainda mais pobre, o sistema capitalista se manteve e, apesar de o governo republicano ter mais obrigações para com os índios, as propostas de mudanças e melhorias acabaram sufocadas por pilhas de papéis e jogos de interesse:

O *encomendeiro* crioulo possui todos os defeitos do plebeu e nenhuma virtude do fidalgo. A servidão do índio, em resumo, não diminuiu sob a República. Todas as revoltas e tempestades do índio foram afogadas no sangue. Às reivindicações desesperadas do índio, sempre responderam com belicismo. O silêncio da planície imediatamente escondeu o trágico segredo destas respostas. (MARIÁTEGUI, 1975, p. 30).

Contreras e Cueto (2013), ao fazerem um levantamento geral sobre o legado da independência, comentam que, com a derrubada da monarquia, muitos espanhóis deixaram o Peru, em razão da perda de suas posições privilegiadas ou por medo desta perda. Junto com eles, foram também seus bens, suas negociações e seu dinheiro. Além disso, após os cinco anos e meio de batalhas, cidades ficaram arrasadas, produções interrompidas e uma quantidade significativa de território esvaziado, como efeito das emigrações.

O país livre ficou com problemas em sua economia, afetada pelos fatores citados, e ainda porque muitos daqueles que deixaram o país tinham conhecimento sobre economia e mercado. De acordo com a reflexão dos historiadores, a independência desestruturou as bases da nação. Os *criollos* ficaram divididos a respeito de qual forma de governo seria melhor e ainda sobre como reestabelecer o Peru, que buscou em Londres um empréstimo de cerca de 1,2 milhões de libras esterlinas, para suprir gastos militares.

Diante dessas questões, os historiadores refletem sobre a “libertação” peruana. Eles destacam que, diante dos problemas econômicos, o mercado exterior se abriu timidamente e a situação gerou uma nova forma de dependência, comercial e financeira. Para eles, apesar de

não atender às expectativas de igualdade e prosperidade, o que gerou desapontamento foi que a consolidação e a integração do novo Estado precisaram ser lentas.

Mariátegui (1975) analisa a questão do ponto de vista marxista, visando a projetos de igualdade econômica e social. Para ele, as políticas econômicas e sociais são equivocadas, apontando para a república que, além de permanecer defendendo uma economia capitalista, continua a excluir os “verdadeiros peruanos”. O autor fala da revolução pela independência, que agrava ainda mais os problemas sociais do país e que usa a “massa” indígena em seu propósito:

Devia a República elevar a condição do índio. Contrariando este dever, a República empobreceu o índio, agravando seu abatimento e exasperando sua miséria. A República significou para os índios a ascensão de uma nova classe dominante que, sistematicamente se apropriou de suas terras. (MARIÁTEGUI, 1975, p. 29).

Portanto, a República do Peru inicia a sua história com problemas sociais e econômicos. A minoria branca, descendente dos espanhóis, por ser alfabetizada, ocupava os cargos de poder e a maioria indígena contribuía com seu trabalho quase escravo. Contreras e Cueto (2013) destacam que a república peruana começou com dificuldades quanto a uma classe social cujo papel de liderança fosse aceito pelas demais, além da desorganização das finanças públicas, a distância e o ressentimento entre os grupos sociais, impossibilitava a formação de uma nação. Quanto a isso, Galeano (2004) manifesta-se também com relação à segregação que, com a independência, ganhou proporções ainda maiores:

La independencia no los recompensó: traicionó las esperanzas de los que habían derramado su sangre. Cuando la paz llegó, con ella se reabrió el tiempo de la desdicha. Los dueños de la tierra y los grandes mercaderes aumentaron sus fortunas, mientras se extendía la pobreza de las masas populares. (GALEANO, 2004, p. 152).

Diversos governos e constituições contribuíram para o desenvolvimento da República Peruana em anos seguintes, porém as diferenças entre os grupos sociais seguiram sendo um impedimento para a formação de uma comunidade nacional. A exportação de *guano*⁵ possibilitou o desenvolvimento da economia e o crescimento de uma geração de intelectuais que viriam a colaborar para o mercado, para as artes e para a cultura peruana em geral.

Foi a movimentação econômica impulsionada pela exportação, do *guano* no Peru e do salitre na Bolívia e no Chile, que originou novo conflito. Peru e Bolívia mantinham um tratado de defesa. O Chile queria o monopólio da exportação do salitre e para isso invadiu o território boliviano. O Peru entrou no conflito para cumprir o tratado de defesa com o país vizinho e teve consequências econômicas consideravelmente negativas.

⁵*Guano* é uma palavra de origem quéchua, idioma indígena, usada para denominar o fertilizante natural composto por excremento de aves. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/guano>>. Acesso em: 19 abr. 2016

Quando o Peru entrou no combate para cumprir o tratado com a Bolívia, o presidente do país era Manuel Pardo, que, ao terminar seu governo, foi sucedido pelo general Mariano Ignacio Pardo. De acordo com Cotler (2006), logo no começo do conflito com o Chile, o presidente peruano abandonou o país, dizendo que sua viagem ao exterior era em busca de armamentos, porém, segundo o autor, a população não acreditou no que ele chama de “desculpa” de Pardo e, completa: “o grau de desconcerto que provocou o ato tão insólito de covardia somou-se às crescentes diferenças entre os dirigentes políticos, criando um vazio de poder governamental que se refletiu na desarticulação militar” (COTLER, 2006, p. 96).

Com pouca formação militar, Peru e Bolívia ficaram vulneráveis e seus territórios foram invadidos. Para não ter o país ainda mais arrasado, Miguel Iglesias, então presidente do Peru, concordou em conceder terras ao Chile para que o conflito e as ocupações se encerrassem, já que “la derrota provocó la mutilación y la sangría de Perú. La economía nacional perdió sus dos principales recursos, se paralizaron las fuerzas productivas, cayó la moneda, se cerró el crédito exterior” (GALEANO, 2004, p. 183). Além de graves problemas econômicos, a Guerra do Salitre, como ficou conhecida, causou uma guerra civil no Peru porque Cáceres condenou a atitude do então presidente. Um governo provisório convocou eleições e, em 1886, Cáceres assumiu o governo peruano e deu início à nova reconstituição do país.

Em meio a este confronto, foi possível perceber novamente a distância entre os grupos sociais peruanos, de acordo com Contreras e Cueto (2013). O conflito teve apoio de apenas uma pequena parte dos camponeses, aqueles interessados em receber terras como reconhecimento de seu patriotismo, porém, como afirmam:

No éramos una nación sino, apenas, “un territorio habitado”, apostrofó ácidamente Manuel González Prada. Este planteamiento se vería corroborado por el hecho de que los oficiales chilenos recibieron órdenes de su comando de no molestar a los grupos indígenas, haciéndoles entender que la guerra no era con ellos. (CONTRERAS; CUETO, 2013, p. 174).

O governo de Cáceres promoveu uma cena de reconciliação entre *criollos* e indígenas quando o então presidente recebeu em sua casa o cacique Astuparia, líder de uma importante rebelião. O ato foi breve e, nos anos seguintes, o que os *criollos* chamavam de “problema indígena” foi agravado quando o voto foi proibido aos analfabetos e quando fazendas foram expandidas à custa das comunidades andinas. Este governo até pensava em dar educação aos índios com vistas a melhorar sua capacidade de trabalho e administração, mas não tinha recurso para tanto, o que levou ao darwinismo social que, em resumo e neste caso especificamente, significa acreditar na superioridade da raça branca.

Nesse contexto, foi lançada uma campanha para atrair colonos europeus ao país por meio da Lei de Imigração, já que Cáceres buscava o crescimento do país por meio aumento da produção e aproveitamento das terras. A não adesão europeia, devido aos poucos atrativos peruanos, fez com que o governo voltasse outra vez a pensar nos indígenas como opção de desenvolvimento, considerando, agora sua “regeneração”, por meio de doutrina “autogenia”: “según esta doctrina, la población indígena solo estaba “retrasada” en su evolución, pero no incapacitada para el progreso.” (CONTRERAS; CUETO, 2013, p. 190).

O governo de Cáceres foi deposto sob nova guerra civil, desta vez curta, porém sangrenta, que deu a Nicolás de Piérola o comando do Peru, em 1895. Pouco depois de executar reformas no sistema governamental, Piérola enfrentou várias revoltas indígenas em razão dos abusos que sofriam os índios em relação ao trabalho mal remunerado ou sequer pago. Com o governo de Piérola inaugurou-se a chamada República Aristocrática e conforme Cotler (2006) “[...] a despeito de persistirem motivos de dissidência interna na classe dominante, o grupo que representava os interesses dos exportadores dirigiu a política governamental [...]” (COTLER, 2006, p. 109).

Já em 1899, iniciou uma nova fase de governo, com López de Romaña. Seu governo principiou a promoção de uma ordem política europeia, que objetivava melhorias no Estado e na integração indígena, conforme sinalizam Contreras e Cueto (2013):

Las actividades culturales e intelectuales del Perú de comienzos del siglo XX van a estar marcadas por las preocupaciones de cómo lograr el progreso material, cómo establecer una autoridad política legítima, estable y reconocida y como alcanzar la integración social. Esto quiere decir que se reconocían como problemas nacionales el atraso económico, la falta de relación entre el Estado y la sociedad y la fragmentación social, manifestada en la marginalización de los indígenas y a veces de nuevos grupos sociales urbanos. (CONTRERAS; CUETO, 2013, p. 231).

Romaña e os governos que o sucederam buscaram “civilizar” os índios por meio da educação, mantendo vivo o preconceito e o monopólio do poder. De acordo com os estudiosos, esta etapa de governos que durou até 1919 foi chamada de oligarquia ou plutocracia, por alguns autores, em razão de ter marginalizado e neutralizado as camadas populares. Porém, segundo eles, hoje tais denominações são consideradas equivocadas, por historiadores que reconhecem o crescimento do país neste período.

A chamada República Aristocrata deu lugar, em 1919, ao governo de Augusto Bernardino Leguía que assumiu por cinco anos, depois de um golpe de Estado. Com Leguía no controle, o regime oligárquico abriu espaço para a classe média do país e suas ideias: “uno de los propósitos de la Patria Nueva era la ruptura del control político de las élites civilistas, para

incorporar a las clases medias, y limitadamente, demagógica o simbólicamente, a las clases trabajadoras e indígenas” (CONTRERAS; CUETO, 2013, p. 244).

Assim, na trajetória da história peruana, segundo Contreras e Cueto (2013), uma das condições que se manteve inalterada desde a conquista do país foi a dos indígenas. Apesar do lançamento de várias campanhas para integração dos índios com a sociedade peruana e das tentativas de tornar o território uma nação, o preconceito em torno dos moradores da serra e dos trabalhadores das fazendas, seguiu distinguindo e distanciando indígenas de *criollos*.

A necessidade de defender-se da apropriação de suas terras estimulou o surgimento do Indigenismo (1930-1950), movimento que teve o apoio de muitos intelectuais da época, como o professor José Antonio Encinas. Este movimento, que iniciou na literatura e influenciou ainda a política e a pintura, objetivava mostrar a condição do índio na sociedade peruana, evidenciando os aspectos positivos da cultura indígena e apontando o seu abandono e a discriminação que os mantinham à margem da sociedade.

Em razão do movimento que se levantava a favor dos índios, criaram-se entidades culturais e revistas em apoio à causa, o que mobilizou vários setores da sociedade a favor do resgate cultural e de amparo aos índios. A resistência das comunidades indígenas, no princípio, levou à morte dezenas de camponeses. Porém, no final dos anos de 1920, os conflitos cessaram e a opção para a resolução dos conflitos foi o diálogo. O Indigenismo foi visto também como uma nova identidade nacional.

O movimento indígena abriu caminho para a defesa de outros ideais, como os defendidos por Mariátegui, escritor e sociólogo de formação autodidata, que iniciou a carreira no jornalismo e é reconhecido por estimular em seus escritos a reforma universitária e as lutas operárias. Mariátegui dedica-se principalmente às questões econômicas e indígenas. Para ele, o problema de exploração do índio estava na distribuição das terras, como podemos ver em *Sete ensaios sobre a realidade peruana* (1975), que teve sua primeira edição publicada em 1928:

Não nos contentamos com reivindicar o direito do índio à educação, à cultura, ao progresso, ao amor e ao céu. Começamos por reivindicar, categoricamente, seu direito à terra. [...] E este problema da terra – cuja identificação com o problema do índio é assaz evidente – também não queremos que seja atenuado ou diminuído oportunisticamente. Pelo contrário. (MARIÁTEGUI, 1975, p. 33).

Mariátegui fundou o Partido Socialista Peruano, que mais tarde foi transformado em Partido Comunista Peruano, tendo se destacado como um dos mais influentes marxistas peruanos. Na introdução de seu livro, informa sobre a análise imparcial da situação peruana e afirma que o mérito está em colocar todo seu sangue nas ideias. Mariátegui faleceu precocemente em 1930, mesmo ano em que acabou o regime ditatorial de Augusto Leguía, após

onze anos à frente do governo do Peru. Logo depois da queda de Leguía, o militar Luís Sanchez Cerro exerceu o governo do país por seis meses. Após sua renúncia, foram convocadas eleições para presidente.

Neste período, houve a reformulação no processo eleitoral peruano, criando a comissão que contou com nomes como Jorge Basadre (historiador), Luís E. Valcárcel (antropólogo) e José Antonio Encinas (professor de Letras). Houve a implantação do voto obrigatório e secreto, bem como de um Jurado Eleitoral que organizou os registros. Contudo, as mulheres e os analfabetos continuaram sendo excluídos do processo de votação.

No pleito eleitoral, competiram Vítor Raúl Haya de la Torre, pelo partido Aprista, e Sanchez Cerro pela União Revolucionária. A Aliança Popular Revolucionária Americana – APRA - e seus partidários (trabalhadores e intelectuais) não aprovavam as ideias de Mariátegui e tinham diferenças com o Partido Comunista. Os Apristas acreditavam que a união de várias classes sociais, liderada pela classe média, fortaleceria a luta contra o sistema imperialista do qual dependia o país e possibilitaria o desenvolvimento do capitalismo nacional.

O fato de ser mestiço, em um país cujos líderes sempre foram brancos, contou a favor de Sanchez Cerro, que foi eleito graças ao apoio de seguidores de distintas classes. No governo, apesar de acusações de fraude eleitoral, Cerro iniciou uma perseguição aos apristas, seus representantes, incluindo Haya de La Torre foram deportados em razão de serem uma ameaça para sua administração.

A rivalidade do governo com os apristas, aliada a incidentes desastrosos cometidos na administração, desencadeou, em 1933, uma nova guerra civil no país. Grupos apristas se rebelaram em Callao, Huaraz, Cajamarca e principalmente em Trujillo, onde ocorreram os confrontos mais sangrentos. Segundo Contreras e Cueto (2013), o governo acabou com a rebelião enviando tropas militares e unidades da aviação: “posteriormente hubo cortes marciales y fusilamientos masivos en las ruinas preincas de Chan Chan, que habrían llegado a 5000. Según la leyenda, fue en estos levantamientos que se popularizó la frase “solo el aprismo salvará al Perú” (CONTRERAS; CUETO, 2013, p. 268).

Sanchez Cerro também caiu durante a onda de violência no país, assassinado por Abelardo Mendoza Leyva, durante um desfile militar. Frente à morte de Sanchez Cerro, a Assembleia Constituinte, por falta da vice-presidência suprimida na Constituição de 1933, nomeou o general Óscar R. Benavides, para o comando da nação. Benavides governou até o fim do mandato para o qual Cerro havia sido eleito, em 1936, quando foram organizadas novas eleições.

No processo, o APRA, vetado a participar por ser considerada uma organização internacional⁶, apoiou a candidatura do professor universitário Luis Antonio Eguiguren. Participaram também Luis A. Flores, da União Revolucionária, Jorge Prado pelo Frente Nacional e Manuel Vicente Villarán por uma coligação de grupos políticos. No entanto, o Congresso anulou a eleição durante a contagem dos votos, justificando que Eguiguren, que estava vencendo, recebera apoio de um partido considerado internacional (o APRA), ferindo assim a Constituição.

Em decorrência, o governo de Benavides foi prorrogado por mais três anos e autorizado a governar por decretos de lei. Conforme Contreras e Cueto (2013), o mandato de Benavides foi marcado por violência, censura e exílio, já que havia o medo do crescimento das lutas sociais. Ainda de acordo com os historiadores, o militar experiente tratou de matizar a repressão para conseguir estabilidade política. Cotler (2006) lembra que Benavides ensaiou uma trégua com o APRA com atitudes como a anistia a Haya de la Torre, no entanto, a estratégia política de Benavides teve de encarar a oposição da própria classe dominante a que ele pertencia:

Por isso, Benavides optou por postergar indefinidamente a realização da suas promessas de restabelecer as liberdades públicas e convocar eleições. Como consequência, o APRA e Haya voltaram a promover levantes militares, o que levou o governo a reprimir qualquer tipo de crítica. Assim, a trégua política durou menos de um ano, e a luta entre o governo da classe dominante e os setores populares foi reiniciada [...]. (COTLER, 2006, p. 204-205).

Benavides foi sucedido pelo banqueiro Manuel Prado, que governou entre 1939 e 1945. Prado venceu as eleições disputadas com o advogado José Quesada, representante do partido União Revolucionária e considerado fascista, com o apoio de Benavides e representando o Frente Patriótico. O partido de Prado representava um leque de interesses, incluindo a esquerda e o Partido Comunista, e não foi apoiado pelo APRA por ser aliado de Benavides.

O banqueiro deu sequência a uma série de projetos iniciados no governo anterior, dentre eles as políticas a favor dos trabalhadores urbanos. O controle de preços dos produtos de primeira necessidade, do salário mínimo, bem como o aumento de remunerações, estiveram entre as medidas em prol dos trabalhadores públicos e privados. Como apontam Contreras e Cueto (2013), estas medidas de desenvolvimento e populistas podiam camuflar o interesse de neutralizar grupos reformistas como o APRA, mas também faziam parte da consciência do Estado sobre sua parcela de responsabilidade no desenvolvimento e no bem estar social.

⁶O APRA (Alianza Popular Revolucionaria Americana) foi fundado por Augusto Haya de La Torre no Peru, em 1930, inspirado em outro partido, que surgiu em Paris, em 1927, com vistas a se tornar um partido político que unificasse a política latino-americana. A organização não alcançou se difundir aos demais países da América, porém teve influência sobre outras formações políticas.<<http://apra.com.pe/historia.html>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

O governo de Prado também foi importante pelo fato de ter iniciado as bases de uma libertação política, o que significou a autorização da ação sindical e a legalização do APRA e do Partido Comunista. O ato permitiu a formação da Confederação de Trabalhadores do Peru – CTP – em 1944, que inicialmente teve a direção compartilhada por Apristas e Comunistas. Porém, em pouco tempo, o APRA tomou o controle e Luis Negreiros se tornou o líder.

Ainda, durante os anos em que Manuel Prado esteve governando o Peru, o olhar do Estado voltou-se para o interior do país, para a chamada “modernização da selva” e novamente para a “civilização” dos índios. A tentativa de extrair conscientemente os recursos naturais e estabelecer uma ligação entre a selva e as cidades possibilitou a formação de novas áreas urbanas e a criação de uma série de estradas que mantiveram em menor isolamento o interior do país.

A próxima administração, iniciada em 1945, ficou a cargo de José Luis Bustamante y Rivero. Bustamante representou a uma aliança entre os Apristas, Comunistas, políticos independentes e intelectuais, chamada Frente Democrático Nacional. Para Contreras e Cueto (2013), a vitória do Frente gerou expectativas de reconciliação, crescimento econômico, consenso político e democracia, sendo que foram reconhecidos numerosos sindicatos agrícolas, mineiros e industriais. Cotler (2006) complementa “reinava no país uma euforia desconhecida que refletia a ânsia de transformação das camadas populares e médias” (COTLER, 2006, p. 215). Ainda foram permitidas a organização e a mobilização de estudantes secundários e universitários, além de partidos políticos, que haviam sido proscritos, terem voltado a atuar livremente.

Para os estudiosos, a proposta de uma democracia menos restringida e de reformismo moderado preocupou a oligarquia, que estava acostumada a tratar o povo em geral com paternalismo e métodos coercitivos, a fim de fomentar a docilidade e a dependência. Dessa forma, quando as políticas econômicas desacertadas do governante causaram desequilíbrio na economia do país, abriram brecha para que a direita oligárquica iniciasse movimentos contra Bustamante.

O governo teve problemas com os aliados Apristas também, quando, por causa da suspeita do envolvimento de membros do APRA com a morte de um jornalista, em virtude de sua perseguição à imprensa contrária ao aprismo, fez com que ministros do partido fossem afastados do governo. Assim, Bustamante e seu governo estiveram entre o APRA e a direita como apontam os historiadores:

Lo cierto es que, para esa época, la democracia no era un objetivo ni para derecha ni para el APRA. Bustamante y algunos sectores medios hicieron esfuerzos por mantener el sistema democrático y trataron – algo tarde – de organizarse en el Movimiento

Popular Democrático, pero de vieron atrapado por el fuego cruzado de las movilizaciones, las acusaciones y las demandas radicales de ambos lados. Eventualmente, el APRA buscó el apoyo de la tropa para acabar con la democracia, mientras que la derecha lo hacía entre los altos oficiales del ejército. (CONTRERAS; CUETO, 2013, p. 304).

A democracia e o governo de Bustamante caíram em 1948, quando em Arequipa, o general Manuel A. Odría, ex-ministro do governo, tomou o poder. Sendo assim, para os estudiosos: “[...] el gobierno de Bustamante fue finalmente un esfuerzo fallido de la instauración de un régimen democrático en el Perú, procurando la inclusión del partido reformista más importante en el poder” (CONTRERAS; CUETO, 2013, p. 304).

Com Odría foram restaurados o regime oligárquico e a severidade do militarismo que antecedeu o governo de Prado. Seu governo aderiu a um tipo de controle sobre os movimentos sociais, que combinou repressão e autoritarismo com um paternalismo clientelista e perseguições impiedosas a quem se opusesse ao regime por ele instaurado. As regras da democracia foram desrespeitadas com eleições irregulares, prisões e perseguições realizadas por meio de uma lei de segurança interior que acabou com o estado de direito, afetando o desenvolvimento político, cultural e intelectual do país.

Sua política de governo, com o lema “saúde, educação e trabalho”, não superou a atenção dada aos seus abusos de poder e torturas cometidas contra seus opositores. Em uma segunda tentativa, o povo de Arequipa venceu uma pequena luta contra o ditador, derrubando o ministro do Interior, Alejandro Esparza Zañartu e facilitando sua saída em 1956. Odría deu lugar ao segundo governo de Manuel Prado, que venceu as eleições novamente, desta vez com apoio dos apristas. Este pleito foi o primeiro no país a contar com o voto das mulheres.

A segunda estadia de Prado à frente da administração (1956 – 1962) do Peru ficou conhecida como anos de “convivência”, já que o APRA esteve apoiando do início ao fim o seu comando. Seu sistema de governo foi marcado por uma maior abertura democrática no país, por um plano econômico de desenvolvimento liberal e ainda por esforços para dar início à liberação política, permitido a existência de sindicatos e atividades de Apristas e Comunistas.

Na eleição de 1962, nenhum candidato conseguiu a maioria necessária dos votos, na disputa entre Haya de La Torre, Fernando Belaúnde e Odría. A união dos apristas com seu antigo perseguidor, Odría, criou um clima tenso no país e com medo de uma possível intervenção do Congresso frente a esta aliança considerada perigosa, as Forças Armadas protagonizaram um golpe de Estado e expulsaram Prado para o exterior.

Em nova votação, com o tácito apoio das Forças Armadas e da Democracia Cristiana, Fernando Belaúnde Terry, representante do partido Ação Popular – (AP) ganhou as eleições.

Para os estudiosos Contreras e Cueto (2013), Belaúnde representava uma nova camada de profissionais, distantes da oligarquia, como uma manifestação das novas classes média urbana, que buscavam a modernização do país, a mudança da política autoritária e novos direitos políticos e sociais sem cair na corrupção sindical e na retórica imperialista com que se identificava o APRA. Cotler (2006) também ressalta que a vitória de Belaúnde trouxe esperanças ao país visto que:

A vitória de Belaúnde foi recebida com uma euforia insólita nos anais políticos do país. Um professor universitário, arquiteto, conhecedor do país, pela primeira vez fizera uma campanha que chegara aos mais distantes rincões do Peru e chegava à Presidência disposto a reconstruir arquitetonicamente o edifício político-social peruano. Nesse ambiente, as massas camponesas adiantaram-se à próxima reforma agrária, aumentando a ocupação dos latifúndios. Milhares de estudantes universitários reuniram-se em Cooperação Popular para colaborar com os camponeses e o “desenvolvimento da comunidade”. (COTLER, 2006, p. 290).

Uma das primeiras ações do governo belaundista foi a convocação de eleições municipais, rompendo um antigo costume de designar autoridades locais. Entre as promissoras medidas a serem tomadas pelo governo esteve, também, a integração da selva com a extensão das estradas e entre elas uma que atravessasse de sul a norte, uma reforma agrária com modernização tecnológica e extinção dos latifúndios “feudais” e ainda moradias populares e apoio à indústria nacional. Os historiadores esclarecem:

Durante su primer gobierno, Acción Popular reveló que, en realidad, más que un partido doctrinario y con una ideología clara y una organización popular, era un grupo de personalidades que seguían a un caudillo carismático. Este expresaba su pensamiento mediante frases resonantes y soñadoras, pero a veces enigmáticas, como “la conquista del Perú por los peruanos” y con discursos de un nacionalismo historicista y señorial (como que su política económica sería la de Pachacútec, el noveno inca). Lo que probablemente expresaba su proyecto de colonizar la Amazonía. (CONTRERAS; CUETO, 2013, p. 332).

Contando com o Congresso como oposição e sendo mais uma vítima das sucessivas crises econômicas, o governo de Belaúnde teve que enfrentar o desenvolvimento de novas guerrilhas e começou a decair em 1967. Já com vistas à eleição de 1969, os partidos de oposição começaram a tomar proveito da crise e o congresso passa a censurar o governo. Incomodados com o rumo que tomou o governo e sentindo que Belaúnde lhes falhou, os militares aplicaram, em outubro de 1968, outra vez um golpe e enviaram o presidente ao exílio.

2.2. Entre as forças militares e os guerrilheiros comunistas

O golpe de 1968 instaurou, no país, uma ditadura militar que duraria doze anos, durante os quais não houve Congresso nem poder eleitoral. A Corte Suprema foi substituída pelo Conselho Nacional de Justiça e a Constituição de 1933 esteve abolida por um estatuto

revolucionário. Os partidos políticos estiveram na clandestinidade e a liberdade de expressão foi desfeita. Todas as medidas foram tomadas com a justificativa de realizar transformações populares sem a obstrução.

Esteve à frente do regime o general Juan Velasco Alvarado, que baniu os demais comandantes. O governo se denominou Governo Revolucionário da Força Armada e propôs implantar as reformas que o APRA e o Ação Popular haviam programado e não cumpriram. Militares, como Velasco, viam a ameaça interna dos grupos comunistas e guerrilhas como um perigo para a estabilidade política do país e, em consequência, para a segurança da nação soberana e sua forma de manter o controle era extirpar as causas da injustiça social.

O governo militar foi responsável também pela reforma agrária que afetou inclusive os chamados “barões do açúcar”. Tropas armadas desapropriaram, à ponta de fuzil, fazendeiros e administradores. Os proprietários tiveram que aceitar um valor irrisório por suas propriedades e, se tivessem sido maus patrões, o valor sofria descontos. As terras foram passadas às mãos dos trabalhadores, chegando a beneficiar 369 famílias.

A reforma realizada pelos militares foi criticada por beneficiar apenas uma parte da população campesina, deixando o restante ainda pior do que estava. Além disso, os pequenos produtores tinham habilidades com a terra, mas não experiência para administrar seus novos lotes e tomar decisões importantes, o que, segundo Contreras e Cueto (2013), complicou a situação econômica.

Conforme o historiador José Luis Rénique, “mundos e fundos” haviam sido prometidos à comunidade camponesa que não foram cumpridos. Segundo ele, os reformistas não consideraram viável uma entrega maciça de terras aos campesinos e então os reuniram em um sistema muito parecido com as antigas fazendas. Rénique chama atenção para o desapontamento dos trabalhadores: “sobreviria uma frustração aumentada que talvez tenha sido a semente da violência da década seguinte” (RÉNIQUE, 2009, p. 125-126).

Entre erros e acertos, o governo de Velasco movimentou as camadas sociais peruanas ao ter tentado integrar as massas em suas estruturas políticas. O problema, como apontaram Contreras e Cueto (2013) e Rénique (2009), estava no campo, onde depois de serem extintos os restos da servidão e do latifundismo, uma reforma subitamente encerrada deixava grandes expectativas insatisfeitas e uma população ávida de ordem e reivindicações. O governo de Velasco, como argumenta Rénique, marcou uma ruptura após cinco séculos de história do país ou, pelo menos, o fim da pátria *criolla*.

Um golpe interno nas Forças Armadas foi organizado em 1975, dirigido por militares que buscavam uma administração mais institucional e menos personalizada. Juan Velasco

Alvarado já devia ter deixado o poder, porém fez isso apenas quando viu que estava cercado. A segunda fase do militarismo foi marcada por disputas de poder e, de acordo com Contreras e Cueto (2013), a crise econômica, os protestos sociais e os reclames pelo regresso da democracia juntaram-se na intenção de acabar com o regime das Forças Armadas.

As dificuldades financeiras originaram mobilizações dos trabalhadores que organizaram grandes greves em 1976 e 1977. Neste período, também se consolidaram os sindicatos que vinham se fortalecendo durante os anos anteriores, devido ao trabalho do Partido Comunista e outros da esquerda maoísta e trotskistas. Os camponeses também se organizaram, porém em grupos mais à esquerda que os comunistas pró-soviéticos.

Cercados pela esquerda e pela direita, os militares chamaram eleições para a formação de uma Assembleia Constituinte em 1978. A esta assembleia coube a redação de uma nova Constituição e a facilitação do retorno à institucionalidade democrática, bem como o retorno digno dos militares aos quartéis. Já em 1979, uma das novidades da nova Constituição foi a segurança dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos peruanos. Porém, sem dúvida, a maior conquista foi a concessão do voto aos analfabetos, já que um em cada cinco peruanos era analfabeto.

As eleições presidenciais que ocorreram em 1980 levaram ao governo, com larga vantagem, o mesmo homem que os militares tiraram quase arrastado do Palácio do Governo, Fernando Belaúnde Terry. Este obteve 42% dos votos contra representantes do APRA e do PPC, em resumo como apontam: “se puede decir que ganó el candidato que durante la campaña pareció ofrecer con habilidad y tranquilidad una transición más pacífica en medio de un escenario de conflictos sociales vueltos cada vez más radicales e intensos” (CONTRERAS; CUETO, 2013, p. 364).

A grande questão levantada pelos autores é que o Peru de 1980 estava muito diferente daquele de 1968. Houve uma grande migração da população para as cidades, em busca de vantagens que os trabalhadores urbanos tinham em relação aos camponeses e assim se criou em Lima uma periferia com cerca de quatro milhões de moradores. Aliados ao crescimento populacional urbano estiveram ainda a criminalidade e os problemas de tráfico e de serviços públicos, como saneamento, insuficientes.

Em busca de restaurar a ordem política, Belaúnde, assim que assumiu seu cargo oficialmente, tratou de devolver os jornais e meios de comunicação massiva aos seus antigos donos, bem como convocou eleições municipais. Uma das questões que dificultou a governabilidade foi a ação, em princípio subestimada, do grupo comunista Sendero Luminoso

(Caminho luminoso), nome assumido pelo então Partido Comunista, que desencadeou uma série de ações violentas no país.

Então, aparecem os primeiros sinais do confronto interno responsável pela violência que pretendemos estudar neste trabalho. O país permanecia dividido em diversas classes sociais e sofria com um descontrolado crescimento urbano, já que, desde a colonização, a maioria dos governos manteve seu olhar voltado para um grupo específico, marginalizando as classes populares, indígenas e campesinas. Estes fatores estimulam a reação dos grupos de esquerda, especialmente os maoístas, como esclarece Christopher Akos Morriss:

En realidad, Sendero Luminoso fue producto de las luchas internas de la extrema izquierda y las profundas desigualdades de la sociedad peruana. Desde su origen, el Perú ha sufrido de brechas sociales, políticas y económicas entre la población hispanizada de la costa y los indígenas de la sierra. El subdesarrollo de las provincias, especialmente las de la sierra, había resultado en un país donde gran parte de la población no se veía beneficiada ni representada en el gobierno central en Lima. Además, el Perú del siglo XX estuvo marcado por la inestabilidad política y, durante los años 1960, se presenció un profundo desengaño entre los jóvenes de la sierra sobre la posibilidad de una reforma pacífica a los problemas sociopolíticos del país. Hubo episodios de resistencia y rebelión izquierdistas en el campo, los cuales fueron reprimidos violentamente por el gobierno militar. (AKOS MORRIS, 2011, p. 5-6).

Conforme Contreras e Cueto (2013), o grupo era formado por intelectuais locais, professores de escolas e universitários, em vários casos filhos de proprietários de terras empobrecidos depois da Reforma Agrária de Velasco. A província de Ayacucho foi o berço dos militantes que abraçaram o marxismo e queriam fazer do Peru um país campesino coletivista. Uma de suas primeiras ações foi a execução de quatro cães que foram pendurados nos semáforos da capital:

Entre 1980 y 1984 sus acciones terroristas fueron restringidas a ese departamento serrano, donde llegaron a construir efectivas bases de apoyo dentro de una población campesina que estaba entre la población más miserable de un país pobre. Pero desde entonces se trasladaron a Lima, donde los apagones e bombazos se empezaron a convertir en hechos cotidianos de los limeños, y al mismo tiempo cobraron dimensión nacional. En 1981 se dio una primera ley que condenaba a diez o veinte años de cárcel a los terroristas convictos. En 1983, las Fuerzas Armadas fueron convocadas a combatir la subversión. Fue el inicio de una cruenta guerra civil de diez años que causó devastación y zozobra. (CONTRERAS; CUETO, 2013, p. 371).

Em muitos textos, lemos que o principal líder do Sendero e um grande motivador de conflitos foi Abimael Guzmán, que ingressou no Partido Comunista aos 20 anos, em 1953, e estava sempre preocupado com a organização interna do partido. A Comissão de Verdade e Reconciliação – CVR⁷ complementa com a informação de que, logo após sua entrada no

⁷ “El Gobierno Transitorio presidido por el Dr. Valentín Paniagua creó la Comisión de la Verdad el 4 de junio del 2001 mediante Decreto Supremo N° 065-2001-PCM, la misma que fue ratificada y complementada por el Dr. Alejandro Toledo el 4 de septiembre del mismo año, denominándose finalmente Comisión de la Verdad y Reconciliación (Decreto Supremo N°101-2001-PCM). La Comisión de la Verdad y Reconciliación se crea como la instancia encargada de esclarecer el proceso, los hechos ocurridos y las responsabilidades correspondientes, no

partido, que na época denominava-se Bandera Roja, Guzmán mostrou-se diferente dos demais militantes por não querer sair a campo, mas sim focar na organização e na ideologia do partido.

Abimael tinha expectativas e planos diferentes quanto ao que propunha a ideologia do partido. O então líder Saturnino Paredes percebeu as intenções de Guzmán de tomar a liderança, tanto que, entre os anos 1960 e 1970, houve uma ruptura no partido. Paredes pensava na formação de uma agremiação, porém Guzmán tinha ideais maiores de luta e instauração do socialismo. No momento da ruptura, o grupo de Abimael contava com 12 militantes em Ayacucho e 51 em todo o território peruano.

A organização liderada por Abimael Guzmán e seus companheiros ganhou o nome de Partido Comunista do Peru, popularmente conhecido como Sendero Luminoso, o PCP-SL. O líder comunista espalhava sua ideologia e buscava adeptos em encontros secretos dentro das universidades, principalmente em Ayacucho, onde estava seu quartel general. Apoiados nas ideias de Mariátegui, professores e alunos congregavam outros setores sociais em volta de sua causa, formando vários grupos que dependiam organicamente do PCP-SL, como assinala a CVR:

Como se ve, la sociedad resultaba absolutamente subordinada al partido que «lo decide todo, todo sin excepción». Más allá de los límites partidarios, para SL no existía nada, salvo enemigos. «Salvo el poder, todo es ilusión» decía uno de sus lemas, que bien podría ser cambiado por: «salvo el partido, todo es ilusión». Una vez iniciada la lucha armada, la «masa» debe someterse a la dirección científica del partido, o pagarla caro. En esta concepción está la futura «militarización de la sociedad» que propugnará SL y que elevará dramáticamente la cantidad de víctimas del conflicto armado interno. (COMISIÓN DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN, 2003, p. 22).

De acordo com o que apontam as pesquisas da CVR, o professor universitário Guzmán tinha um projeto para a revolução que comandou. As investigações da CVR destacam que o culto à personalidade, a possibilidade de passar por cima das estruturas partidárias, entregar todo o poder para a "chefia", "mudar as almas" da população para a consolidação do partido e do socialismo e a ditadura abrangente sobre a burguesia convertida por Guzman na ditadura abrangente dentro do partido estavam no projeto. Guzmán foi apontado como a quarta espada do marxismo e a encarnação do chamado “pensamento Gonzalo”:

El denominado «pensamiento Gonzalo» hace «especificaciones» al maoísmo, todas para simplificarlo y/o volverlo más violento: a) la unificación de las leyes de la dialéctica en una sola: la ley de la contradicción; b) la universalidad de la guerra popular, que para Mao era válida sólo en países atrasados (semifeudales); c) la necesidad de que la guerra se despliegue desde un inicio en el campo y la ciudad⁷; d) la militarización del Partido Comunista y de la sociedad resultante del triunfo de su revolución; e) la necesidad de revoluciones culturales permanentes después de dicho triunfo. Estos son, a grandes rasgos, los fundamentos ideológicos que resultan

sólo de quienes los ejecutaron sino también de quienes los ordenaron o toleraron, y a su vez proponer iniciativas que afirmen la paz y la reconciliación entre todos los peruanos.” Disponível em: <<http://www.cverdad.org.pe/lacomision/nlabor/antecedentes.php>>. Acesso em: 10 abr. 2016

indispensables para comprender el tipo de proyecto que desarrolló Sendero Luminoso. (COMISIÓN DE VERDADE Y RECONCILIACIÓN, 2003 p. 15).

A decisão de partir para a luta armada ocorreu entre 1977 e 1979, quando a organização começa a ver a necessidade de violência para atingir seus objetivos socialistas. Para convencer os companheiros, Guzmán pregava a ideologia marxista como uma religião a ser seguida, era preciso que acreditassem e que se deixassem tomar pelo significado da revolução. Com vistas à preparação dos combatentes foi organizado um quartel militar, onde os militantes eram treinados pelo próprio Abimael.

Para os seguidores do Sendero, influenciados por Guzmán, a violência era como uma “limpeza” necessária para que se instalasse a ideologia marxista e a ordem social advinda da mesma. Segundo a Comisión de Verdad y Reconciliación (2003, p. 22), Guzmán “lleva a cabo una ruptura radical con la dinámica social y política predominante en el país y se transforma en un proyecto fundamentalista, de potencial terrorista y genocida”.

Os senderistas buscavam recrutas em universidades e escolas, dentre aqueles que já não julgavam possível ascender socialmente. Os jovens recrutas viam no Sendero uma proposta para pensar no seu futuro e o da nação. Também na tentativa de obter verba para manter a batalha, os rebeldes aliaram-se ao narcotráfico e à plantação de coca, parceria com o Movimento Revolucionário Túpac Amaru - MRTA. Para transportar e comercializar a coca, muitas vezes empresários eram chantageados e ameaçados juntamente com suas famílias. O episódio fez com que crescesse muito o medo da luta armada.

Em 1985, finalmente os Apristas chegaram ao governo peruano, com Alan García Perez. O marco do governo do APRA foi a estatização dos bancos, com o argumento de que, por estarem nas mãos de apenas algumas famílias com posses, atrasavam o desenvolvimento do país. A medida, porém, não obteve sucesso porque alguns donos dormiram em seus estabelecimentos, como forma de protesto e outros venderam suas ações aos trabalhadores, como estratégias contra a medida.

Durante o governo aprista, que aumentou a pobreza e deixou em colapso os serviços estatais, o grupo senderista armou uma de suas maiores investidas armadas. Nesse período os guerrilheiros dominaram várias cidades do país e as Forças Armadas respondiam às investidas sem muita organização, o que desencadeou uma guerra suja, na qual até mesmo o Poder Judicial havia perdido a capacidade de julgar aos guerrilheiros.

No começo da revolta, o Sendero montou suas forças entre os camponeses e, em seguida, foi tomado como justiceiro, pois livrou os povoados de violadores e corruptos. Mas, como observado por José Luis Réinque:

A semente senderista tinha produzido uma breve temporada luminosa com base na simpatia cautelosa dos camponeses para com os jovens 'companheiros' que limpavam as aldeias [...] No entanto, assim que o céu ficou nublado e se impôs o tempo para o medo [...] ou seja, os segmentos da população se rebelaram contra as imposições dos revolucionários. (2009, p. 158).

Diante do exposto, a situação do governo ficava cada vez mais tensa, nas palavras de Contreras e Cueto (2013, p. 375): “en 1989, el Perú parecía al borde del abismo”. Terrorismo, inflação, narcotráfico e pobreza extrema deixavam o país nesta situação. As ações subversivas do Sendero Luminoso, registradas pela polícia até 1989, chegaram a 3149, confirmando o triunfo senderista. Segundo os estudiosos, para as novas eleições, faltavam ainda alguns meses, que se tornaram prolongados e densos.

Uma das medidas tomada pelas Forças Armadas, neste período, considerada positiva, foi dar armas aos camponeses para que se defendessem. Revoltados contra as atitudes dos guerrilheiros, os colonos formaram rondas que mantiveram os senderistas exilados na mata e distantes do que haviam sido suas bases de apoio. Os grupos campesinos eram liderados por licenciados do exército e que provinham da mesma região serrana que estava sendo defendida.

Nas esperadas eleições de 1990, concorreram Mario Vargas Llosa, pela aliança partidária de direita FREDEMO, e Alberto Fujimori, um político praticamente desconhecido, que se lançou em uma campanha independente de partidos. Enquanto Llosa tinha propostas ousadas, de revolução popular e implantação do neoliberalismo, Fujimori tinha o lema “Honradez, tecnología y trabajo”. Foram necessários dois processos de votação para que Alberto se elegeisse, tendo contado com o apoio do APRA, na segunda votação.

Fujimori era um descendente de imigrantes japoneses que não tinha carreira política e não especificou seu plano de governo, o que foi motivo de receio. Dentre as ações neoliberais de Fujimori, a que mais deixou marcas foi o autoritarismo com que o então presidente governou o Peru. Um dos exemplos foi o golpe interno que o presidente orquestrou em 1992, quando anunciou a diluição do congresso que, segundo ele, lhe impediam de governar:

El gobierno fujimorista, por lo menos explícitamente desde el golpe de estado de abril de 1992, y en sus propósitos iniciales, ha procurado establecer un régimen autoritario basado en el control social, restricciones a la movilización y pluralismo limitado. Para cumplir con estos propósitos, se sustenta en una camarilla que establece nexos con una reducida coalición social, sacando partido de la falta de alternativas políticas y de iniciativas de la sociedad civil. (COTLER; GROMPONE, 2000, p. 80).

Alberto Fujimori esteve no comando do país até os anos 2000, quando renunciou por causa de denúncias de corrupção em seu governo. O legado fujimorista também deixou marcas no país pela forma violenta como agiu na caça aos senderistas por meio das Forças Armadas, sobre as quais tinha total controle. Com o golpe interno, Fujimori realizou mudanças na

legislação do país que lhe permitiam combater a guerrilha a qualquer custo, como vemos no relatório da CVR:

Especial atención merecen los cambios radicales de la legislación antiterrorista y las consecuencias que ello implica: el giro hacia la preeminencia de otros tipos de violaciones de los derechos humanos que no comprometen la vida misma, pero que se practican sistemáticamente. En esos nueve meses, sin ninguna instancia de control, se perpetraron una serie de conocidos casos de violaciones de los derechos humanos a manos de las fuerzas del orden y de un grupo de operaciones especiales dirigido desde el SINA consecuencia de los cuales varias personas perdieron la vida. (COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN, 2003, p. 60).

O Sendero pensou ter atingido os seus objetivos quando levou a crise ao governo Aprista. Contudo, não foi bem sucedido, pois logo a população chamou e lutou para restaurar o governo, tendo em vista que os métodos dos revolucionários eram excessivamente violentos e causaram terror na população. Isso levou os militares a se aliarem a Fujimori, que, no início, teve aceitação em razão da prisão de Abimael Guzmán, no entanto, logo seus métodos violentos foram repudiados.

Em realidade, o grupo senderista vinha obtendo êxito em suas ações até a tomada do poder por Fujimori, em 1992, com o golpe interno. A partir daí, o presidente tinha total liberdade para governar, então as investidas contra o Sendero Luminoso se tornaram mais radicais e organizadas. Primeiro, as expectativas revolucionárias com os guerrilheiros, depois a esperança de ordem e paz com os militares foram sucessivas decepções para a população que estava no meio do combate e sem a possibilidade de neutralidade, como vemos em Rénique:

A entrada das Forças armadas no combate seria o elemento culminante nessa surpreendida descida ao inferno. A sua presença impossibilitava a neutralidade; milhares ficaram confinados “entre dois fogos”; populações inteiras optaram por abandonar seus povoados para se refugiarem nas montanhas. Para os que não conseguiram fazê-lo, restava escolher em que lado queriam morrer. (RÉNIQUE, 2009, p. 158).

Considera-se importante notar, como vimos em Rénique (2009), que, durante a ação do Sendero e militares, quase meio milhão de pessoas tiveram que deixar seus terrenos e casas e parte deles foi para a floresta, onde se dedicaram à produção de coca, e outra parte migrou para as cidades, especialmente Lima, a "juntar-se ao exército de informais". Em suma, como disse Cotler (1997, p. 3), "as ações terroristas do Sendero e as violações dos direitos humanos por parte das forças armadas criaram um estado de insegurança que desorganizou as fracas bases institucionais da sociedade e da política". Isto foi determinante para produzir um estado de medo generalizado e consternação, que concretizou uma onda de migração, legal e ilegal, de diferentes setores sociais, como é possível perceber em:

La gravedad de la situación peruana, sin embargo, no se limitó a un conflicto no convencional entre organizaciones subversivas armadas y agentes del estado, sino que incluyó en el mismo período 1980-2000 la peor crisis económica del siglo que

desembocó en un proceso hiperinflacionario inédito en el país; momentos de severa crisis política que incluyeron el debilitamiento del sistema de partidos y la aparición de liderazgos providenciales, un autogolpe de Estado y hasta el abandono de la Presidencia de la República en medio de uno de los mayores escándalos de corrupción de la historia peruana; el fenómeno del narcotráfico coincidió tanto con el surgimiento y expansión del fenómeno subversivo armado como con su represión. (COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN, 2003, p. 56).

A luta armada que o Sendero Luminoso empreendeu contra o formato de governo peruano deixou muitas sequelas na cidade de Ayacucho, a que mais sofreu com o conflito. A vila foi cercada por todos os lados e teve as maiores perdas, já que, desde o princípio, sediou a cúpula do PCP-SL. A onda de violência fez com que o vilarejo ficasse conhecido como “zona vermelha” como Cotler explica:

A sanguinária erupção senderista em vilas e aldeias de ayacuchanos, junto à repressão militar colocou o campesinato e organizações sociais entre seu fogo cruzado. Por um lado, os senderistas frenéticos, prontos para "bater o campo" das supostas características de semi-feudalismo que caracterizam o país e o capitalismo burocrático que as sustentaria, atacaram e destruíram as organizações e seus bem comunitários; Eles bloquearam o acesso dos agricultores ao mercado os submetem compulsivamente a obras coletivas. Por sua vez, executaram pública e cruelmente aqueles que resistiram a tais restrições; representantes das autoridades, locais e nacionais, bem como as pequenas empresas e proprietários de terras médias que não tinham sido afetados pela reforma agrária. (COTLER, 1997, p. 2).

Durante o conflito mais violento na história da República, os senderistas cometeram crimes graves que constituem delitos desumanos e foram responsáveis por 54% das mortes no confronto. O total estimado de vítimas do sendero ascendeu a 31.331 pessoas, dentre as cerca de 69.000 contabilizadas pela CVR. A luta do Sendero Luminoso parecia ter acabado com prisão de Abimael Guzmán, em 1992, porém o grupo continuou agindo sob o comando de Elena Iparraguirre.

A responsabilidade pelas demais mortes foi dos militares, que, ao chegarem aos povoados, agiram de forma semelhante ou pior do que os senderistas. Com a intenção de reconquistar os territórios dominados pelo SL, a ação do exército foi, como aponta Carlos Iván Degregori no prólogo de *Chungui: violencia y trazos de memoria*, um espelho invertido da ação do Sendero. Degregori confirma que, nas mãos dos militares, a população estava em apuros da mesma forma que nas mãos dos senderistas:

Así, si SL corta orejas, cuellos, chanca cabezas con piedras; el Ejército corta cabezas, manos, senos, ojos y compite en sevicia con SL cuando prohíbe, él también, llorar a los campesinos presentes en las ceremonias públicas de ejecución. La frase de Guzmán, “estamos dispuestos a todo, a todo”, podría haber sido suscrita por algunos de los jefes militares de Chungui, entre 1984 – 1986, comprobando las conclusiones 54 y 55 del *Informe Final* de la CVR. (DEGREGORI in JIMÉNEZ, 2009, p. 28).

Conforme o que aponta a Comissão de Verdade e Reconciliação, a ação violenta das Forças Armadas se intensificou com a tomada do poder por Fujimori, especialmente depois do

golpe de 1992. Com a cumplicidade de Vladimiro Montesinos, o governo fujimorista lançou uma série de decretos que davam autonomia aos soldados das Forças Armadas, para que combatessem a todo o custo, tanto as ações subversivas do Sendero Luminoso, quanto os opositores do governo. Assim, com base legal e sem o questionamento dos direitos humanos, houve a intervenção mais radical e sanguinária dos militares na história do país, uma operação chamada de contrassubversiva empreendida pelo governo Fujimori e pelas Forças Armadas.

Por lo menos desde la masacre de Barrios Altos, si no antes, la camarilla presidencial-militar del gobierno desarrolló una serie de actividades de violación premeditada y sistemática de los derechos humanos con el propósito de radicalizar a sus partidarios y obligarlos a defender posturas que implicaran la ausencia total de control democrático sobre la contrasubversión. Aún una vez desactivado el grupo Colina como tal, dadas las prerrogativas y facilidades con que el SIN contaba, las operaciones especiales de inteligencia continuaron. Estas operaciones tenían como meta producir un efecto aterrizante sobre todos los opositores al régimen. Apoyar a su régimen elegido y garante de ciertas condiciones mínimas de bienestar implicaba entonces para los fujimoristas participar del encubrimiento de formas crueles e inhumanas de combatir a la subversión o convalidarlas abiertamente, con el propósito de descalificar desde los fundamentos a las personas o grupos políticos que no compartieran esta actitud. (COMISIÓN DE LA VERDADE Y RECONCILIACIÓN, 2003, p. 100).

O período do conflito foi dividido, pela CVR, em cinco etapas, sendo a primeira o início da violência armada (05/1980 – 12/1982). Já a segunda seria a militarização do conflito (01/1983 – 06/1986). A terceira é a fase que vai do assassinato de prisioneiros de junho de 1986 até 27 de março de 1989, data do ataque do Sendero Luminoso, com o apoio de traficantes de drogas, à delegacia Uchiza no departamento de San Martín. A quarta etapa foi a da crise extrema: ofensiva subversiva e contra-ofensiva, (03/1989 – 09/1992). A quinta foi o declínio da ação subversiva, do autoritarismo e da corrupção (09/1992 – 11/2000). O último período começa com a captura de Guzmán e outros líderes do Sendero Luminoso e estende-se à saída de Alberto Fujimori do país.

Durante todo o período que sucedeu à colonização, mas especialmente no período de enfrentamento entre os senderistas e os militares, é perceptível que a construção do país gira em torno de questões políticas complexas. Mesmo quando os enfrentamentos armados não ocorriam, ou quando eram mais facilmente controlados, as relações políticas interferiam na vida dos indígenas e camponeses de forma opressora, como apresentado no início deste trabalho.

A erupção senderista, apesar de motivada por ideais socialistas, não agiu diferentemente. O confronto entre os partidários de Abimael Guzmán e os militares do governo passaram por cima de tudo o que defendiam de forma arrasadora. Como verificaremos a seguir, o conflito deixou sequelas em seguidores de ambos os partidos e a violência deixou mais do que corpos a serem enterrados; deixou um legado de assombro, medo e traumas profundos nos sobreviventes do campo e serra.

2.3. A violência por trás da luta política

Os líderes do Partido Comunista do Peru – Sendero Luminoso, ao acreditaram na necessidade de uma luta armada para chegar aos seus objetivos de implantação do socialismo no país, tinham seus quartéis nas comunidades campesinas, como já vimos. Sem um número muito grande de seguidores, o Sendero viu a necessidade de “doutrinar” os andinos das comunidades onde se alojavam, de forma a conseguir um grupo maior para o combate. Uma das questões que, inicialmente, levaram os campesinos a lutar pelos ideais marxistas foi a promessa de igualdade social.

Os métodos violentos dos senderistas, durante o combate, fizeram com que, gradativamente, a população deixasse de apoiá-los, montando rondas para se proteger e aliando-se às Forças Armadas. Logo, as Forças Armadas também começaram a praticar abusos e violações, então a população se viu em meio ao fogo cruzado, sem poder confiar em nenhuma das partes envolvidas. O período do conflito passou a ser, para os moradores da serra, um filme de terror conhecido por Guerra Sucia.

Como em outras guerras, no confronto peruano, houve o que podemos chamar de violência endêmica, com campesinos e indígenas sendo atingidos pelo combate político e ideológico orquestrado e posto em prática na serra. A violação dos direitos humanos aconteceu durante grande parte do conflito e o rastro foi de desespero. Em meio às disputas por poder e território, milhares de andinos perderam suas casas, famílias e vidas.

A Comissão da Verdade e Reconciliação surgiu em quatro de junho de 2001, com o fim de ir até os Andes e fazer levantamentos sobre quais foram as causas e os desdobramentos do conflito que cobria de sangue o país. De acordo com a introdução realizada ao informe final da CVR, a principal motivação para a criação da comissão foi o altíssimo índice de desrespeito aos direitos humanos que vinha sendo observado e que foi reforçado com a morte de oito jornalistas em Uchuraccay, em janeiro de 1983.

O ato de criação da CVR se deu durante a transição de governos, quando Alberto Fujimori deixava seu posto autoritário por causa das denúncias de corrupção envolvendo seu governo. Neste período, esteve no comando do país Valentín Paniagua, então presidente do Congresso Nacional, que deu início ao projeto da comissão. A recém formada comissão teve nomeados para o trabalho treze membros, dos quais um devia ser uma espécie de observador.

Os membros adotaram os princípios de verdade, justiça, sentido moral, sentido judicial e sentido político social:

Ya al inicio de sus trabajos, en una «Declaración de principios y de compromiso con la nación» (Comisión de la Verdad y Reconciliación, 2001), la CVR hizo pública su convicción de que los principios que debían regir su misión son: la defensa de la cultura de los derechos humanos, la consolidación de una democracia genuina, la implantación de una justicia solidaria y la más absoluta transparencia en la ejecución de sus investigaciones. (COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN, 2003, p. 28).

A opressão e o extermínio da população indígena e campesina ficaram conhecidos depois que pesquisadores, incluindo aqueles da CVR, foram a campo para buscar os números, causa e consequências do conflito. Segundo a antropóloga Kimberly Theidon (2004), que analisa os dados apresentados pela CVR, em seu livro *Entre projimos: el conflicto armado interno y la política de la reconciliación en el Perú*:

De la totalidad de víctimas reportadas a la CVR, 79% vivía en las zonas rurales y 75% de las víctimas fatales del conflicto armado interno tenía el quechua u otras lenguas nativas como idioma materno (CVR 2003: conclusiones). Así, una "epidemiología" de la violencia política en el Perú demuestra que la muerte y la desaparición fueron distribuidas según geografía, clase y etnicidad. (THEIDON, 2004, p. 19).

Conforme vemos em Theidon (2004), a região do país que mais sofreu com o conflito foi a centro-sul, composta pelos povoados de Ayacucho, Apurímac e Huancavelica, onde foi registrado o maior número de mortos. Enquanto que no país 45% dos habitantes são considerados pobres, nesses povoados os números chegam a 75%, e as diferenças entre classes eram mais acentuadas: “dicen en las alturas de Huanta que sus comunidades eran ‘zonas olvidadas’” (THEIDON, 2004, p. 35).

A autora esteve com sua equipe em sete povoados da região centro-sul, onde recolheu depoimentos com os quais julgou ser difícil de conviver: “[...] le resulta difícil discernir si las imágenes que llenaron sus sueños surgieron de su propia experiencia o de las experiencias narradas a lo largo de la investigación” (THEIDON, 2004, p. 39). Assim como em outros trabalhos de investigação, o levantamento da pesquisadora é repleto de depoimentos em que apenas o nome da testemunha é fictício. A partir deles, percebemos como foi a onda de violência.

A antropóloga chama atenção para o fato de a base da guerrilha senderista ser formada por campesinos. Em seu estudo, ela busca compreender o que levou os moradores do campo e serra a matarem seus amigos e vizinhos: “[...] una de las especificidades de las guerras internas es que, muy a menudo, el enemigo fue un ‘enemigo íntimo’ – un vecino, una nuera, un padrino o la comunidad de enfrente” (THEIDON, 2004, p. 22). Ela investiga a doutrinação realizada

pelos membros do Sendero Luminoso, como professores, por exemplo, que moravam nestas comunidades.

A violência durante o conflito armado foi além das lutas entre os combatentes senderistas e militares, ou os campesinos que apoiavam a um ou outro lado e, por vezes a guerra não era a causa da violência, mas uma justificativa para cometê-la. Há relatos de muitas mulheres violadas, até mesmo diante de seus filhos, ou ainda violentadas por vários homens ao mesmo tempo. As violações nem sempre tinham relação com as ideologias ou com a política do país, ao menos não é possível fazer essa relação no seguinte depoimento:

Los soldados bajaban de la base por las noches y entraban en casa de Eulogia y de su abuelita. Hacían cola para violarla, aprovechando su incapacidad para expresar verbalmente su dolor. Sus vecinas nos contaron, con una mezcla de compasión y de vergüenza, que "No podíamos hacer nada, teníamos miedo que nos iban a visitar también". Es decir, la escuchaban por la noche, junto a su abuela, quien se sentaba al lado sin poder hacer nada para proteger a su nieta. Los sonidos guturales y apagados de Eulogia todavía resuenan en los oídos de estas vecinas. "Sabíamos por los sonidos, sabíamos qué estaban haciendo los soldados. Pero no podíamos decir nada". Los soldados lograron reducir a todas a la condición de mudas. (THEIDON, 2004, p. 108).

Em muitos casos ainda, as mulheres eram vítimas também de ataques verbais ou tinham seus cabelos cortados para marcá-las, demonstrando o que havia passado com elas. Muitas delas tinham filhos frutos da violência sexual, o que as condenava a conviver com a dor de ver em seus filhos a representação do mal que sofreram. Muitas crianças nascidas neste período sofreram com vários distúrbios, por isso muitas campesinas e indígenas acreditaram passar os seus traumas para os filhos, por meio da amamentação, o que chamavam de *la teta asustada*.

O jornalista, antropólogo e também desenhista Edilberto Jiménez foi responsável pela produção do livro *Chungui* (2009), no qual depoimentos são acompanhados por ilustrações que representam o conflito armado interno e a falta de humanidade dos combatentes. Nesse povoado, que esteve dentre os mais atingidos pelas lutas, nem mesmo as crianças foram poupadas do caos que se instalou, de acordo com seu estudo:

Los responsables de SL [...] comunican en forma de cadena o chasquis a los responsables de cada pueblo, que los pobladores tienes que hacer las "retiradas". En los meses y años siguientes, los pueblos van quedando desiertos. En muchos casos, los campesinos tendrían que matar a sus perros y aves de corral para que no hagan ruido. Incluso a sus hijos. (JIMÉNEZ, 2009, p. 25).

Assim como:

Hemos estado en nuestro monte local (campamento) llegaron los de Fuerza Local (encargados de cuidar los campamentos), nos dicen que tenemos que estar atentos, los militares estaban cerca. Por mala suerte mi hijito empezó a llorar, el responsable me obligó a matar y calladita como dando mi pecho lo ahogué a mi hijito y dando pequeñas pataletas a muerto. Por culpa de esos miserables he matado a mi hijo espero que me perdone nuestro Dios. (Testimonio de C.C., 2001) (JIMÉNEZ, 2009, p.117).

Uma mãe matar o próprio filho não é um ato comum, nem mesmo para um período de guerra. Atitudes, como a que conhecemos a partir deste último depoimento transcrito, permitem que acompanhem o tamanho do assombro da população diante dos militares e guerrilheiros. Diante disso, muitos peruanos escolheram o suicídio ao invés de esperar pelo encontro com qualquer um dos grupos. O desespero tomava conta da população que se escondia na mata:

Todo era miedo, de noche no más se preparaba la comida, no probábamos sal, vivíamos como cualquier animalito del monte. Cuando venían los militares, los niños tenían que estar calladitos sin hacer bulla. Pero a veces el hambre, la sed, hacía que los niños lloren. Por eso los jefes de los senderistas ordenaron matar a todos los niños. En Huerta Huaycco a las mujeres les obligaron matar a sus hijos, pero después ellos mismos los mataron ahorcándolos con soguillas y también con sus manos les aplastaron sus cuellitos. (JIMÉNEZ, 2009, p. 56).

Em outro testemunho, recolhido e ilustrado por Jiménez (2009), um homem da comunidade de Putucunay conta que, quando estavam migrando para um local mais seguro, foram capturados pelos militares. As mulheres foram amarradas e mortas ali mesmo, enquanto as crianças foram mortas dentro de uma casa e quem conseguiu fugir ficou só e vivendo escondido: “al día siguiente vine a ver y los encontré a todos muertos, llenos de sangre y excremento. Tuvimos que enterrar a nuestros familiares sin que nadie nos vea” (JIMÉNEZ, 2009, p. 214).

Os atos violentos contra mulheres e crianças, a separação de famílias pela morte e principalmente o fato de muitos terem presenciado a violação, a tortura e o óbito de seus entes queridos deixou na população uma série de problemas psicológicos. O centro da pesquisa de Theidon (2004) procurou entender como os peruanos atingidos pela guerra civil seguiam suas vidas, em meio às sequelas. Em seu percurso, ela cruzou com vários problemas desenvolvidos na mente das vítimas pelo choque violento, como a debilidade física:

Ya estoy vieja. No sé cuantos años tengo. Creo ochenta. Antes era alegre, ahora tanto sufrimiento. Con tantos pensamientos, con debilidad estoy vieja. Ese tiempo era penitencia, sacrificio. Teníamos que esconder en los montes, sin comer, sin dormir. Los militares han matado a mis dos hijitos cuando nos escondíamos en Lloqlllepampa. Estábamos escapándonos, escondiéndonos en los montes. Ahí mi hijito me dice "mamá, quiero orinar". "Ya, anda pues, allá no más". En eso cuando estaba orinando ese maldito le ha disparado en su *qarichampi* [pene]. Le ha hecho pasar por atrás. Igual a mi otra hijita, hasta su barriga le ha hecho pasar la bala. Esa noche llorando les tenía una al lado y el otro al otro lado. Toda la noche llorando les he velado. ¿Qué iba a hacer? El día siguiente a seguir escapándome, escondiéndome de miedo. Ahora dicen va volver [lo que era antes]. Si eso pasa, yo prefiero tomar veneno para morirme. Ya no quiero pasar por eso que he pasado. Prefiero tirarme al río, *qaqaman huischukuraymanmi*, me lanzaría por el barranco. Yo no puedo olvidar. Ya vieja pues. SEÑORA EDELINA CHUCHÓN, 56 AÑOS, ACCOMARCA (THEIDON, 2004, p. 71-72, grifo do autor).

Assim, como aponta o excerto, a memória do ocorrido e o fato de ter presenciado a violência com os próprios filhos fez com que a peruana se sentisse mais velha do que realmente

estava. Além deste depoimento, Theidon analisou a outros que demonstram os problemas emocionais desencadeados pela violência, por exemplo, o que os andinos chamam *dellakis* e que a autora liga a lembranças:

-De ese Juan, a su mula lo habían amarrado. Entonces a la mula lo habían arrastrado. Entonces la mula, por todo el suelo, le había arrastrado y cuando no moría, con cuchillo e habían metido. Aquí en su estomaguito, le habían metido el cuchillo. Su intestino había saltado, sus ojos habían salido hasta aquí -indicando la distancia con su mano-. Así le he encontrado. Sangre, había bastante. Supimos que no fue solamente la señora Felicitas quien vio el cadáver de su esposo, sino también sus hijos.

-A causa de los *llakis* que tuvimos cuando se murió mi esposo, de tanto llorar, mis hijos se volvieron locos. Vieron cómo mataban a su papá. Entonces desde ese tiempo se encontraban como en un sueño [*muspaypi qina*] y se ponían a llorar. Con los *llakis*, no teníamos ganas de comer. (THEIDON, 2004, p. 66, grifo do autor).

Em meio às diversas formas de violência, aqueles que sobreviviam ao confronto tiveram dificuldades para seguir suas vidas e lidar com o trauma. Como é possível perceber pelos depoimentos transcritos anteriormente, não foi apenas a violência física que dificultou a sobrevivência. Kimberly Theidon sinaliza para esta questão falando da “loucura coletiva” que se instaurou:

Finalmente, las personas invocan la "locura colectiva" cuando hablan de la realidad alterada por la violencia. En vez de ser una experiencia que aisló a la persona, fue una realidad compartida. Por supuesto que hay escalas de la patología pero "estábamos como locos" fue una experiencia socializada. Creemos que es justamente este aspecto colectivo el que explica, en gran parte, por qué tantos miembros de estos pueblos han logrado reencontrar la cordura. (THEIDON, 2004, p. 86).

Passado o período de violência, quando os guerrilheiros já não mais dominavam os povoados e os militares estavam recolhidos às suas bases, restou ao país reconstruir muitas coisas, inclusive memórias e resgates pessoais de nível psicológico. Os depoimentos recolhidos pelos historiadores, mais do que exemplos ou provas, podem ser vistos como uma forma encontrada pelas vítimas de dividir seus traumas, uma tentativa de até mesmo entender o que havia acontecido e de tentar superar de alguma forma. No próximo capítulo esses depoimentos serão observados das perspectivas da memória e do testemunho.

3. A MEMÓRIA

3.1 A memória compartilhada

A memória, como documentação de um fato ou como registro daquilo que aconteceu de relevante em determinada sociedade, já ganhava espaço nas antigas civilizações, conforme Le Goff (1994) e seus estudos sobre a existência do *mnemon*, cujo trabalho era guardar memórias, de acordo com a determinação da justiça: “na mitologia e na lenda, o *mnemon* é o servidor de um herói que o acompanha sem cessar para lhe lembrar uma ordem divina cujo esquecimento traria a morte” (LE GOFF, 1994, p. 437). Devido a sua complexidade e relevância tanto para os indivíduos, quanto para os grupos, o estudo da memória recebeu desde muito tempo atenção especial de estudiosos de diversas áreas.

Neste trabalho, o estudo se volta para a memória como algo da ordem do social, em sua relação com a história e com a literatura por meio do testemunho. A escolha se dá em razão de a pesquisa ter sido motivada pela obra *La hora azul*, de Alonso Cueto, que, em meio a um relato ficcional, aponta para questões sociais do Peru por meio de testemunhos, como a segregação de

classes e a violência do conflito entre o Sendero Luminoso e as Forças Armadas. Como aponta Jelin (2012), socióloga, ao falar da memória dos indígenas peruanos, “en esas comunidades, la dictadura, la represión y la violencia del pasado reciente se superponen con una discriminación y una violencia estructural de muy larga data, lo cual hace que el pasado reciente sea interpretado en claves de más larga duración” (JELIN, 2012, p. 26).

A ligação entre sociedade e memória tem relação com uma espécie de organização sensorial, a perda da memória existente, ou parte dela, ocasionaria algum transtorno. O filósofo francês Henri Bergson (2006, p. 78) explica o papel da memória dizendo que “ao mesmo tempo em que nossa percepção atual e, por assim dizer, instantânea, efetua essa divisão da matéria em objetos independentes, nossa memória solidifica em qualidades sensíveis o escoamento contínuo das coisas”.

A memória, como marcador do passado individual, permite que cada um tenha um ponto “fixo” para onde olhar, algo que o mantém ligado com aquilo que foi, mas que ainda o constitui, de forma que “la memoria tiene entonces un papel altamente significativo, como mecanismo cultural para fortalecer el sentido de pertenencia a grupos o comunidades” (JELIN, 2012, p. 44). Portanto, em grupos oprimidos, a referência de um passado em comum lhes dá o sentimento de pertencimento, permitindo maior confiança e superação.

Para Michael Pollack (1992), que investiga a relação entre a memória e a identidade social, a memória, assim como a identidade de um indivíduo na sociedade, é algo que está em constante construção com base em eventos, atores e espaços e, como destaca: “esses três critérios, acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos” (POLLACK, 1992, p. 202).

Com base nos estudos de Pollack, eventos violentos, como o que aconteceu no Peru, são responsáveis por marcar de maneira sólida a memória e também por fazer com que alguns fatos possam ser distorcidos. Para Pollack, a memória individual pode cometer pequenos deslizos e confundir um momento com o outro. Os acontecimentos, lugares e pessoas, nesses casos, são localizadores importantes. Ainda conforme os estudos de Pollack, a memória individual tem papel fundamental na construção de uma memória coletiva e de uma identidade social.

No caso da Guerra Sucia, a região da serra e os seus habitantes, na maioria indígena, foram os maiores atingidos pelos ataques, tendo como reflexo a morte de milhares de índios. Violações de mulheres, assassinato de crianças e torturas estiveram dentre os crimes cometidos por ambos os lados do conflito. A lembrança individual sobre qualquer atrocidade empreendida em meio ao confronto, faz parte da memória coletiva e do passado, não só de um ser humano,

mas do grupo, pois se originou de uma questão social e se deu por meio da interação, mesmo que involuntária. A partir dessas questões, Halbwachs (2004) discute a impossibilidade da existência de uma memória unicamente individual, afirmando que o homem não está, em momento algum, totalmente só:

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. (HALBWACHS, 2004, p. 55).

O autor conduz seus estudos à questão de que o homem é prioritariamente um ser social e, dessa forma, seu pensamento estaria constantemente ligado a outros. Ele usa o seguinte exemplo em sua argumentação: “como supor que um objeto pesado, suspenso no ar por uma quantidade de fios tênues e entrecruzados, permaneça suspenso no vácuo, onde se sustenta por si mesmo” (HALBWACHS, 2004, p. 56).

Ricoeur, da mesma maneira, vê a memória pessoal como fruto do coletivo, ou pelo menos com suas raízes no social. Ele concorda com as ideias de Halbwachs quando diz, por exemplo, que “o ponto de partida de toda análise não pode ser abolido por sua conclusão: é no ato pessoal da recordação que foi inicialmente procurada e encontrada a marca do social. Ora, esse ato de recordação é cada vez mais nosso” (RICOEUR, 2007, p. 133). Para recordação de um fato que, em meio a um conflito tenha marcado alguém, é inevitável lembrar-se do conflito.

A memória coletiva, nesse sentido, é essencial para que a individual não se perca, sendo que o grupo proporcionaria certa referência aos fatos. O ataque que acontece em um povoado pode servir de referência para a lembrança de um fato violento isolado, assim o individual e o coletivo colaboram para a reconstrução do fato. Como salienta Ricoeur:

Do papel do testemunho dos outros na recordação da lembrança passa-se gradativamente aos papéis das lembranças que temos enquanto membros de um grupo; elas exigem de nós um deslocamento de ponto de vista do qual somos eminentemente capazes. Temos, assim, acesso a acontecimentos reconstruídos para nós por outros que não nós. Portanto, é por seu lugar num conjunto, que os outros se definem. (RICOEUR, 2007, p. 131).

A interação surge quando os agentes sociais sentem a necessidade de falar sobre o trauma que lhes foi causado, com a intenção de superar esse passado. Dividir a lembrança do que aconteceu é uma forma de se encontrar em meio ao caos deixado por uma guerra civil,

assim, ao dividir, a memória de um indivíduo também é memória da sociedade visto que é sobre algo que atingiu também a outros. Como bem lembra Jelin:

Las memorias son simultáneamente individuales y sociales, ya que en la medida en que las palabras y la comunidad de discurso son colectivas, la experiencia también lo es. Las vivencias individuales no se transforman en experiencias con sentido sin la presencia de discursos culturales, y estos son siempre colectivos. A su vez, la experiencia y la memoria individuales no existen en sí, sino que se manifiestan y se tornan colectivas en el acto de compartir. O sea, la experiencia individual construye comunidad en el acto narrativo compartido, en el narrar y escuchar. [...] La “experiencia” es vivida subjetivamente y es culturalmente compartida y compartible. (JELIN, 2012, p. 69).

Ricoeur ainda propõe a existência de alguém a quem chama de *próximo*, além do *eu* e do *outro*, o que legitima ainda mais a ideia de uma memória coletiva. Esse *próximo* participa de ambas as memórias, sendo que ele ouve e sabe sobre o que o eu tem na memória e também o que o grupo tem de memórias: “os próximos, essas pessoas que contam para nós e para o qual nós contamos, estão situados numa faixa de variação das distâncias na relação entre o si e os outros” (RICOEUR, 2007, p. 141).

Portanto, aceitar a memória como coletiva ou social não significa negar a existência da memória individual, que pertence apenas a um indivíduo. Considerando que estudamos a memória de indivíduos marcada por um conflito violento e que lhes atingiu física e psicologicamente, é compreensível que algumas recordações sejam e permaneçam particulares, por mais que remetam ao evento em si:

Se essas duas memórias se interpenetram com frequência, especialmente se a memória individual, para confirmar algumas de suas lembranças, para torná-las mais exatas, e até mesmo para preencher algumas de suas lacunas, pode se apoiar na memória coletiva, nela se deslocar e se confundir com ela em alguns momentos, nem por isso deixará de seguir seu próprio caminho, e toda essa contribuição é assimilada e progressivamente incorporada à sua substância. Por outro lado, a memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confundem com elas –evolui segundo suas leis [...]. (HALBWACHS, 2004, p. 57-58).

Compreende-se, assim, a formação de uma relação de dependência entre essas memórias, já que lembrar uma situação de agressão ou violação remete também à recordação de sua causa ou motivação. Além disso, a mesma interação que é responsável por tornar uma memória coletiva também permite o diálogo e, com ele, a reflexão e a organização do que aconteceu “los sujetos pueden elaborar sus memorias narrativas porque hubo otros que lo han hecho antes, y han logrado transmitir las y dialogar sobre ellas” (JELIN, 2012, p. 66).

As interpretações sobre o que Halbwachs chama de memória coletiva já são bastante discutidas. Para o trabalho de investigação que propomos aqui se revela também importante considerar a relação da memória individual com a memória dos outros. Porém, assim como aponta Jelin (2012), o aspecto problemático da conceituação de Halbwachs é apostar que a

memória coletiva seja “algo” que exista independente dos indivíduos, já que a coletividade se daria a partir da partilha dos acontecimentos, ritos e lembranças.

Dessa maneira, como pretendemos estudar as memórias dos grupos sociais peruanos a partir do relato compartilhado de indivíduos, optamos por refletir sobre a memória coletiva conforme a interpretação de Jelin, pois “sin embargo, se la puede interpretar también en el sentido de memorias compartidas, superpuestas, producto de interacciones múltiples, encuadradas en marcos sociales y en relaciones de poder” (JELIN, 2012, p. 55). Ela argumenta que o coletivo das memórias é o enlace de tradições culturais com memórias individuais, que estão em constante compartilhamento.

Com Jelin (2012), entendemos o conceito de trabalhos da memória, que implicam recordar o que aconteceu para discutir e conseguir alcançar o distanciamento necessário e distinguir passado, presente e futuro. De acordo com a pesquisadora, é preciso trabalhar a memória para elaborar sentidos do passado e seguir em frente sem estar preso ao passado “para salir de esta situación se requiere trabajar, elaborar, incorporar memorias y recuerdos en lugar de re-vivir y actuar” (JELIN, 2012, p. 48).

O trabalho da memória pode ser realizado em diferentes perspectivas, pois, assim como pode ser trabalhada, pode ser também manipulada. Não há como negar que, quando existe um conflito relacionado com a formação de memórias, também surgem disputas em relação a elas. No caso do conflito interno armado do Peru, as recordações têm a ver, mais do que com violações de direitos humanos por ambos os lados da guerra, com um passado marcado por ditaduras e governos segregacionistas e opressores.

As disputas acontecem quando a memória social de um fato contribui para a memória oficial ou histórica do acontecimento. Surgem então as batalhas entre os grupos pela prevalência daquela memória que melhor lhes representa e este é o ponto em que é necessária atenção “se torna necesario centrar la mirada sobre conflictos y disputas en la interpretación y sentido del pasado, y en el proceso por lo cual algunos relatos logran desplazar a otros e convertirse en hegemónicos” (JELIN, 2012, p. 72).

As lutas políticas pela memória são um dos fatores que aproximam a memória e a história e que, como veremos a seguir, fazem da memória social uma contribuição à história. Mesmo em meio a disputas, sobre qual grupo de memórias deveria representar de forma mais completa e verdadeira os fatos, a interação dessas lembranças favorece a construção da história oficial.

O olhar que foi dedicado, no capítulo anterior deste trabalho, à história do Peru é importante para que seja compreendido o processo histórico que originou, no país, o confronto

sangrento entre os senderistas e os militares. Voltando o olhar para o passado, é possível acompanhar a trajetória de exclusão dos indígenas e de sua cultura, depois da colonização das terras peruanas, pela Coroa Espanhola, assim como se pode observar o massacre de índios desencadeado pelo conflito.

A Guerra Sucia marcou a história do país e a memória dos peruanos. Após o término dos confrontos, o país, que já enfrentava problemas de desenvolvimento, precisou encontrar uma maneira de se reinventar e se reconstruir. Então, a forma encontrada pelos governantes da época foi a criação de uma comissão, que investigaria o conflito e reconciliaria a população. A Comisión de Verdad y Reconciliación – CVR - foi a campo para resgatar a história do conflito e, para isso, teve como base a memória daqueles que estiveram em meio à guerra.

Por meio da atuação, da comissão formada pelo governo, depois do confronto, houve uma busca pela memória oficial, um estudo sobre a formação do Partido Comunista do Peru - Sendero Luminoso - também dos governos da época e dos povoados que foram atingidos, ouvindo os sobreviventes e familiares já que as memórias oficiais “son intentos más o menos conscientes de definir y reforzar sentimientos de pertenencia, que apuntan a mantener la cohesión social y a defender fronteras simbólicas” (JELIN, 2012, p. 72). Os testemunhos de quem esteve em meio ao confronto contribuíram também para identificar o saldo negativo da guerra em termos de mortes e violência.

3.2. Memórias na história, histórias da memória

Os gregos tinham a memória como uma deusa, a *Mnemósine*. Mãe de nove musas geradas a partir de nove noites passadas com Zeus, e dentre elas Clio (a história). Portanto, na mitologia, a história é filha da memória. Le Goff (1994, p. 436) aponta para a existência de uma fronteira aonde a memória se torna história, quando dá exemplo de reis que mandavam gravar, em pedras, seus feitos. Para o historiador, a memória social é, entre os gregos, fonte da história quando transcrita, “mas entre os Gregos, da mesma forma que a memória escrita se vem acrescentar à memória oral, transformando-a, a história vem substituir a memória coletiva, transformando-a, mas sem a destruir”.

Partindo do conceito de Le Goff, o trabalho da CVR teria sido o de reunir estas memórias sociais e fazer delas história. A memória construída pela CVR e reunida em suas publicações serviu como base para a história oficial do Peru do período conflituoso e foi constituída, pelo menos em parte, a partir de depoimentos dos sobreviventes. Assim, por mais

que, em razão da manipulação em torno da memória oficial, a memória coletiva não permaneça intacta, ao menos é imprescindível reconhecer o seu papel na construção da história.

Ao pesquisar as relações da memória com a história, Le Goff (1994) percorre uma linha cronológica, apontando que a memória já serviu à história de muitas maneiras, seja por meio de documentos redigidos ou por representações artísticas. Em certo ponto, o autor, ao dissertar sobre a memória no século XIX, lembra-se da Revolução Francesa, que, para ele, assumiu um novo papel, quando foram instituídas comemorações para manter a revolução na memória. Devido à relevância do evento, comemora-se para lembrar e para marcar algo proeminente na história.

Estudar as relações entre memória e história implica também problematizá-las, como o faz Pierre Nora. O historiador chama atenção para a memória como sendo algo com maior complexidade em relação à história quando argumenta que “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história conhece o relativo. (NORA,1993, p.3)”. O autor valoriza a memória como fruto do que foi presenciado, tocado e sentido em detrimento ao tom mais duro da história.

Observar o que é levantado por Nora (1993) permite refletir sobre o período de conflito do Peru a que nos dispomos a estudar, mais estreitamente ainda, nos inúmeros depoimentos recolhidos pela CVR, por historiadores e autores diversos. Se considerarmos cada tiro, cada violação do corpo e da mente e também as perdas sofridas por povoados que já se encontravam em condições sociais desvantajosas, é possível verificar que a história talvez não consiga alcançar o que realmente significam essas memórias. Contudo, os diálogos convergem para o que a mitologia já havia explicado, a história é filha da memória e, como analisa Le Goff (1994), busca adequar-se a ela.

O estudioso aponta que, conforme a sociedade se transforma, utiliza e representa as suas memórias, também se modificam a história e os seus significados. “A história dita “nova”, que se esforça por criar uma história científica a partir da memória coletiva, pode ser interpretada como “uma revolução da memória” fazendo-a cumprir uma “rotação” em torno de alguns eixos fundamentais [...]” (LE GOFF, 1994, p.473). O que o pesquisador chama de revolução pode ser entendido como uma problemática, porque requer a renúncia de uma temporalidade linear e busca uma retrospectiva.

Há, portanto, algo que fica claro entre os estudiosos, já que Nora (1993, p.18) concorda que “na mistura, é a memória que dita e a história que escreve”, afirmando que é preciso aceitar a relação entre ambas, sem esquecer que a memória é transformada por sua passagem em

história, perdendo seu caráter mais essencial. O autor argumenta que “[...] a memória é vivida coletivamente, mas ela tem a necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória” (NORA, 1993, p.12).

Jay Winter (2006) fala do surgimento do “boom da memória” em relação aos estudos de história no final do século XX. Segundo ele, seria um reflexo de uma matriz complexa de sofrimento, ativismo político, reivindicações de indenização, pesquisa científica, reflexão filosófica e arte. “De maior importância é a ressonância do termo “memória” fora da academia e sua capacidade de servir como metáfora para movimentos mais amplos de incerteza quanto a como enquadrar o passado” (WINTER, 2006, p.87).

A ressonância, de que fala Winter, é o que pode ser sentido em relação aos estudos sobre a história peruana. No que se refere aos depoimentos, percebe-se uma necessidade de falar, ao mesmo tempo em que se nota, em meio a tantas vozes, uma busca por enquadrar o passado. O passado é recente e o caos do conflito parece não ter saído dos povoados. O “recente” ao qual se refere diz respeito ao período de guerra. Porém, não é possível desvincular o conflito das questões sociais que o precederam e motivaram.

Como mencionado no primeiro capítulo, mesmo depois da independência do Peru, os povoados da região da serra, especialmente os indígenas, continuaram sendo excluídos das políticas de governo e o abismo entre a costa e a serra não se desfez. Considerando a segregação social, latente desde a colonização, e a luta instaurada pelo Sendero Luminoso, com base em ideais comunistas, é intrigante que a maioria massiva de mortos no confronto tenham sido, precisamente, os moradores da serra. A menção feita ao passado recente é com base em Jelin (2012, p. 10), que diz “‘pasado reciente’ porque era un pasado muy presente”.

Portanto, conforme Jelin (2012), quando mudam os cenários políticos, o surgimento de novos atores sociais, assim como mudanças nas sensibilidades sociais, implicam mudanças nos sentidos do passado. Para ela, a significação dos acontecimentos não é estabelecida de uma vez para sempre, não é estática, já que a localização dos atores sociais, o cenário político no qual estão inseridos, e suas lutas por estabelecer sentidos, devem ser considerados. Assim, “la construcción de memorias sobre el pasado se convierte entonces en un objeto de estudio de la propia historia, el estudio histórico de las memorias, que llama entonces ‘historizar las memorias’” (JELIN, 2012, p.99).

Dessa maneira, quando propomos estudar as relações entre a memória e a história em um conflito como a guerra civil peruana, é imprescindível considerar que se trata de um passado recente, que a sociedade já enfrentava problemas e que as memórias são feridas em processo de cura. Misturam-se então diferentes atores sociais, em diferentes esferas, que buscam seus

próprios significados acerca daquilo que viveram. Ao exemplificar as proximidades entre memória e história, Jelin (2012) faz relatos sobre Shoah⁸ e sobre a ditadura de Pinochet, no Chile, e propõe reflexões que se aplicam também ao cenário peruano:

[...] el tiempo de las memorias no es lineal, no es cronológico, no es racional. Los procesos históricos ligados a las memorias de pasados conflictivos tienen momentos de mayor visibilidad y momentos de latencia, de aparente olvido o silencio [...] en estos procesos intervienen de manera central las transformaciones y procesos de la subjetividad, marcados por manifestaciones y elaboraciones de situaciones traumáticas. (JELIN, 2012, p.103).

Ainda que, em uma situação pós-guerra, exista a tendência de voltar o olhar para as partes conflitantes, para o vencedor ou para o derrotado e para as consequências como um todo, existem eventos que exigem mais. A luta armada, iniciada em 1980, pelos senderistas, envolveu não apenas partidários e militares, mas também a população dos povoados da serra, que buscavam ideais argumentados pelos do Sendero, ou a proteção esperada dos defensores do Estado. Além desses ainda estavam aqueles andinos povoados que, apesar de não terem tomado partido no confronto, foram acometidos por invasões, incêndios, isolamentos e prisões.

As várias investidas do conflito, durante os quase 20 anos de sua duração, deixaram rastros em toda a serra peruana, não apenas nas vítimas, mas também nos agressores e é isso que faz com que “las memorias se convierten entonces en un importante “objeto de estudio” y llaman a investigar los vínculos entre historias pasadas y memorias presentes, el qué y el cómo se recuerda y se silencia, en especial frente a situaciones de catástrofe social [...]” (JELIN, 2012, 104).

Nesse sentido, vale ainda pensar no que Jelin (2012) chama de políticas da memória ou ainda de abusos da memória e que podem interferir, também na história. No caso específico de um conflito armado envolvendo o Estado, a construção da história e da memória oficial tem ainda maiores dificuldades, visto que há uma tendência à censura e ao medo da opressão quando existem poderes envolvidos. Como explica Jelin (2012), as questões sociais têm papel definidor:

Tanto en las conmemoraciones, como en el establecimiento de los lugares de la memoria hay una lucha política cuyos adversarios principales son las fuerzas sociales que demandan marcas de memoria y quienes piden la borradora de la marca, sobre la base de una versión del pasado que minimiza o elimina el sentido de lo que los/as otros/as quieren recordar. (JELIN, 2012, p.90).

Conforme Sánchez (2004), a trilogia memória, história e guerra invoca relações muito complexas com relação a processos de construção de identidade, tanto da elaboração do

⁸ O termo Shoah é um dos utilizados para fazer referência ao período em que o governo nazista alemão provocou o extermínio de judeus e é considerado porque “a intraduzibilidade de Shoah sinaliza justamente aquilo do qual a língua não pode testemunhar sem desintegrar-se”. (FELMAN, 1990, p. 58.)

indivíduo, quanto da nação, frente a tudo. A trilogia alude a uma pluralidade de relatos, trajetórias e projetos que se tecem em relações específicas de poder, que podem afirmar, suprimir ou subordinar determinados atores sociais. Para o autor, nesses casos, a memória requer o apoio da história, mas a ela não interessam os dados fixos e sim os rastros da experiência vivida, seu sentido, a marca que deixa no tempo.

Pensar a relação entre memória e história, que vem se estreitando, especialmente na América Latina, onde ditaduras e guerras civis marcaram a população, assim sendo, requer que se considere a violência desses conflitos e, principalmente, os rastros deixados por ela. A intensidade dessas marcas na memória, de acordo com Sánchez (2004, p. 159), revela que “esta es la gran mutación de la historiografía contemporánea que ha saltado de una centralidad del acontecimiento, objeto privilegiado de la historia, a la huella, objeto privilegiado de la memoria”.

Os acontecimentos violentos do século XX deram à memória um dever de recordar, de, ao mesmo tempo, manter latentes e superar as milhares de mortes e torturas. Na América Latina como um todo e, mais especificamente, como é o caso deste estudo, no Peru, como é possível acompanhar por meio da Comisión de Verdad y Reconciliación(2006)há uma evidente marca de memória no processo de significação e reconstrução, como argumenta Hurtado (2009):

Cuando la conmemoración es vista como un deber de la memoria se suele entender que implica otorgar sentido a acontecimientos inexplicables y absurdos, y por ello la función de la historia apuntaría a evitar no solo que tales hechos se repitan, sino también lograr su asimilación por los individuos y el grupo. Cuando decimos asimilación, estamos pensando en evitar la negación de los mismos, el agobio, la angustia y el duelo no superados. (HURTADO, 2009, p.66).

De acordo com o que estudamos, não há uma única maneira de definir a relação entre história e memória. São muitos os aspectos a serem considerados e o principal deles é que muitos são os eventos e também os atores. No caso peruano, por exemplo, durante os quase 20 anos de conflitos, muitos povoados foram atingidos de diferentes maneiras, enquanto que a costa quase não foi alcançada. Por isso, Jelin (2012, p. 104) argumenta:

Son múltiples niveles y tipos de relación. Sin duda, la memoria nos es idéntica a la historia. La memoria es una fuente crucial para la historia, aun (y especialmente) en sus tergiversaciones, desplazamientos y negaciones, que plantean enigmas y preguntas abiertas a la investigación. En este sentido, la memoria funciona como un estímulo para la elaboración de la agenda de la investigación histórica. Por su parte, la historia permite cuestionar y probar críticamente los contenidos de las memorias, y esto ayuda en la tarea de narrar y transmitir memorias críticamente establecidas y probadas.

Como vimos, a memória tem um papel importante na construção não somente da história, mas de significados sobre os acontecimentos, particularmente àqueles que foram violentos. Da mesma maneira, é preciso retomar o fato de que a recordação de um indivíduo se

torna coletiva quando é compartilhada. Aí entra o papel de narrar o trauma. A narrativa de um fato violento vai além de dizer o que aconteceu: empenha-se em demonstrar como aquele fato marcou a sua subjetividade ou o seu cotidiano.

3.3 O testemunho e o teor testemunhal

A narrativa a respeito da violência em conflitos internos de um país, contados por aqueles que estiveram envolvidos diretamente com os eventos, traz uma carga muito particular de realidade do confronto. É essa carga de real dos depoimentos, dos sobreviventes que se destaca no testemunho, tendo o depoente o papel de recordar e falar a “verdade”. Conforme Ricoeur (2007, p. 41):

Para falar sem rodeios, não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela. Os falsos testemunhos [...] só podem ser desmascarados por uma instância crítica cujo único recurso é opor aos testemunhos tachados de suspeitos outros testemunhos reputados mais confiáveis. Ora [...], o testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história.

Contudo, é preciso sinalizar que os estudos do testemunho têm partido de diferentes campos de conhecimento, dentre eles a Psicologia, que aborda o testemunho do ponto de vista comportamental e da narrativa da situação traumática, a Psicanálise, cuja ferramenta é o testemunho, a Filosofia como teoria de percepção ou no estudo dos atos de fala. Ainda precisam ser levadas em conta a Etnologia, com sua relevante técnica de pesquisa e as fontes vivas que, de acordo com Seligmann-Silva (2009), têm validade também para o novo campo da história oral e da historiografia de um modo geral “que tem debatido sua relação (tensa) com os testemunhos históricos e, ao longo do século XX, se redescobriu como filha de Mnemosyne, a Memória” (SELIGMANN-SILVA, 2009, p.49).

Seligmann-Silva, que pesquisa o testemunho e as testemunhas, com base na Shoah e na literatura sobre esse evento, o faz desde a etimologia dos termos, iniciando por *témoin*, do francês, que significa o “que vê” ou no particípio perfeito “que sabe por ter visto”. No espanhol, *testigo*, ou a testemunha no português, tem dois pontos de vista, conforme o autor estuda em Benveniste, aquele que viveu o fato e o relata e aquele que presenciou o fato, o primeiro do grego *superstes* e o segundo *testis*:

O “manter-se no fato” do *superstes* remete à situação singular do sobrevivente como alguém que habita na clausura de um acontecimento extremo que o aproximou da morte. Nosso *mártir* moderno está mais perto deste sentido do que do testemunho como *testis*. O modelo do testemunho como *superstes* tem a audição e não a visão em seu centro. Pensar a história a partir dele significa aprender a diminuir o papel dado ao *ístor* do termo e se pensar em uma história mais auricular: aberta aos testemunhos

e também ao próprio evento do testemunhar, sem reduzir o testemunho *ameio*. (SELIGMANN-SILVA, 2010, p.5, grifos do autor).

Contudo, o autor salienta que não é possível separar os dois tipos de testemunho, da mesma forma que não se pode dissociar memória e história de maneira rígida. Na tentativa de discutir o testemunho em sua complexidade, como visão, oralidade narrativa e capacidade de julgamento, explica que “um elemento complementa o outro, mas eles relacionam-se também de modo conflituoso” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p.5).

O testemunho ganha especial atenção no século das catástrofes, como é chamado o século XX, como uma ferramenta das vítimas, uma voz que emerge de dentro do conflito. São vozes que mostram as facetas e os bastidores de eventos sangrentos, movidos por ideologias diversas. São lembranças de situações dolorosas que precisam ser contadas e recontadas, como se a repetição fosse necessária para a credibilidade de algo tão anômalo. Por essas razões, os estudos do testemunho se voltam para a Shoah, devido ao grau de desumanidade a que foram submetidos os judeus e à necessidade de narrar percebida nos sobreviventes desse extermínio.

Assim como no período durante e após o holocausto, surgiram obras literárias com base em testemunhos na América Latina. Nos países latinos emerge uma geração de escritores que, devido ao contexto, não escapa de abordar a violência como tema. Tanto as ditaduras, quanto os conflitos internos armados têm na literatura uma ferramenta de crítica à repressão e à violação dos direitos humanos. O testemunho, nesse caso, ao ser utilizado pelo autor, confere realidade à história narrada, conforme Seligmann-Silva (2003, p. 374), “a tensão que habita a literatura, na sua relação dupla com o “real” – de afirmação e de negação – também se encontra no coração do testemunho. Literatura e testemunho só existem no espaço entre as palavras e as ‘coisas’”.

Cumpra-se observar, portanto, que a linha entre literatura e realidade é tênue e não pode ser delimitada quando se observa, segundo Seligmann-Silva (2003), que o testemunho na literatura não se trata de uma imitação, mas de uma manifestação do real. “A verdade é que esse limite entre a ficção e a “realidade” não pode ser delimitado. E o testemunho justamente quer resgatar o que existe de mais terrível no “real” para apresentá-lo. Mesmo que para isso ele precise da literatura” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 375). Sendo assim, o autor chama atenção para duas questões principais do testemunho e que devem ser observadas quando de seu estudo:

a) ao invés de se falar em “literatura de testemunho”, que não é um gênero, percebemos agora uma *face da literatura* que vem à tona na nossa época de catástrofes e que faz com que toda a história da literatura – após duzentos anos de auto-referência– seja revista a partir do questionamento da sua relação e do seu compromisso com o “real”. Nos estudos de testemunho deve-se buscar caracterizar o

“*teor testimonhal*” que marca toda obra literária, mas que aprendemos a detectar a partir da concentração desse teor na literatura e escritura do século XX. Esse teor indica diversas modalidades de relação metonímica entre o “real” e a escritura; b) em segundo lugar, esse “real” não deve ser confundido com a “realidade” tal como ela era pensada e pressuposta pelo romance realista e naturalista: o “real” que nos interessa aqui deve ser compreendido na chave freudiana do *trauma*, de um evento que justamente resiste à representação. (SELIGMANN-SILVA, 2009, p. 70, grifos do autor).

No caso latino-americano, a noção de literatura que envolve o relato de um acontecimento histórico surgiu, em 1969, em Cuba. O Prêmio Casa das Américas e a categoria *testimonio*⁹ foram criados durante o governo de Fidel Castro para incentivar as novas narrativas. Observa-se, portanto, que uma das principais características dessa estética é a intencionalidade do autor de despertar uma consciência revolucionária e o pensamento político esquerdista:

la corriente central de la narrativa testimonial brota normalmente de la experiencia directa. Se trata de descripciones hechas por testigos oculares de acontecimientos en los que toman parte personas realmente existentes y/o de reportajes hechos por individuos que representan a grupos sociales involucrados en una situación histórica particularmente significativa. El estilo tiende a ser realista y hay un intento de revelar aspectos escondidos de la realidad y de concienciar al lector. La esperanza subyacente es que tales narrativas otorguen una forma de poder al testigo o a la víctima y que ayuden a cambiar la situación que critican. Por lo tanto, el testimonio constituye un género grato a la izquierda, especialmente porque el testigo tiende a pertenecer a los sectores desheredados u oprimidos de la sociedad. (SHAW, 2005, p. 254).

A partir do incentivo dado pelo governo cubano, o gênero *testimonio* ganhou um espaço especial na literatura, sendo reconhecida a sua contribuição para a abertura de consciência da população. Assim, anunciou-se um primeiro sentido do testemunho na literatura latino-americana, em que ganham voz setores sociais antes oprimidos, como vemos em Penna (2003, p. 300-301):

A entrada de um modelo latino-americano de política identitária, que propõe uma forma de expressão intimamente ligada aos movimentos sociais, e marca a irrupção (midiática, comercial, política, acadêmica) de sujeitos de enunciação tradicionalmente silenciados e subjugados, diretamente ligados aos grupos que representam.

A intencionalidade primeira da literatura de *testimonio* era de contar a história do sujeito, do camponês que lutou pela sobrevivência e que sofreu com a violência no país. O que não pode ser desconsiderado, conforme Penna (2003), é a ligação do *testimonio* com a política, já que está construído sob pressupostos ideológicos partidários. Entretanto, apesar de haver a escolha de quem testemunha e de sua condição social ter sido marcada por construções de poder, não se pode negar a relevância desses testemunhos:

A importância do testemunho na América Latina espanhola está ligada à possibilidade de dar expressão a culturas com uma inserção precária no universo escrito e uma existência quase que exclusivamente oral. Como a distribuição entre escrita e

⁹ O uso da expressão *testimonio* será adotado na pesquisa para manter a relação histórica com o contexto hispano-americano, visto que foi pensado, segundo Seligmann-Silva (2005) a partir da experiência histórica e literária da América Latina.

oralidade repete uma segmentarização social em grande escala – consequência de um processo de aculturação e modernização que transcreve o legado colonial, perpetuando a exclusão e a marginalização das culturas que não passam pelo processo de “letramento” ou da escrita –, o testemunho latino- americano acaba possibilitando a expressão de culturas e subjetividades emergentes.

(PENNA, 2003, p. 305).

Em razão da sua proximidade com eventos reais, tentou-se encaixar o *testimonio* em outros gêneros como a crônica e a autobiografia, por exemplo, levando em conta ainda a narrativa em primeira pessoa exibida pelos textos: “ou seja, o *testimonio* incorpora o “pacto autobiográfico” que afirma a coincidência entre o autor da narração e o seu protagonista. O testemunho é exemplar, *não-fictício* e é profundamente *marcado* pela oralidade” (SELIGMANN-SILVA, 2005, 91).

A literatura de *testimonio*, contudo, apesar de trazer à tona a história de um indivíduo em detrimento de um momento coletivo, não obteve o êxito esperado, visto que a situação dos povoados não foi alterada em razão de sua exposição até a década de 1980. Portanto, na proximidade dessa literatura com a política “o que está em jogo neste debate é uma crítica da função representativa na literatura, levada a cabo tradicionalmente pelo intelectual concebido como porta-voz do povo, e a estruturação de um novo conceito de representação, ligado ao estabelecimento de identidades políticas” (PENNA, 2003, p.313).

O que não pode ser deixado de lado, entretanto, apesar dessas discussões sobre as tendências da literatura de *testimonio*, é a luta que se inicia em torno de um propósito social como lembra Seligmann-Silva (2005, p. 90): “a função identitária do *testimonio* é fundamental: ele aglutina populações, etnias e classes em torno de uma mesma luta”. Na mesma direção, Jelin (2012) sinaliza para a construção pessoal que acontece em conjunto com o social quando:

En el testimonio personal, quienes sufrieron directamente comienzan a hablar y narrar su experiencia. Es al mismo una fuente fundamental para recoger información sobre lo que sucedió, un ejercicio de memoria personal y social en tanto implica una narrativa que intenta dar algún sentido al pasado y un medio de expresión personal, creativo, por parte de quien relata y quien pregunta o escucha. (JELIN, 2012, p.125).

As produções recentes literárias, na América Latina, que representam a violência já não o fazem como nas décadas de 1960 a 1980. Há, entre elas, uma herança da literatura de *testimonio* que apontou para a relevância de tratar sobre diferentes sujeitos e suas identidades. Contudo, o que emerge na América Latina no século XX é uma literatura com “teor testemunhal”, principalmente, como apontou Seligmann-Silva, por manter uma relação estreita com acontecimentos “reais”. O que se faz necessário apontar é que, independente de suas ligações e definições:

O testemunho, com seu compromisso com o “real” e o “histórico”, duas categorias distintas e que marcam a duplicidade do *superstes* e do *testis*, pode indicar algumas

pistas para aprendermos a lidar com esses novos jogos, não só de linguagem, mas de memória, que temos diante de nós. (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 93).

Portanto, como um dos resultados da memória, o testemunho tem responsabilidade por manter, ora a proximidade, ora o distanciamento entre o real e o ficcional. Este, entre outros fatores, serviu de motivação para que fosse produzida no Peru uma série de obras cujo enredo fosse baseado em depoimentos, muitas vezes reais.

3.4. Panorama literário peruano

Os primeiros registros da literatura em países latino-americanos são da época das colônias espanholas, quando os intelectuais pertenciam ao clero, ou eram missionários, filhos de proprietários ou funcionários públicos. Em um lugar onde a cultura dos colonizadores foi imposta ao povo colonizado, cultura e religião permaneceram apenas em registros, escritos principalmente por religiosos ou em cartas e relatos de viagem.

A literatura sobre os países latino-americanos teve um significativo desenvolvimento após a independência. De acordo com Franco (2002), o período de independência não era de grande literatura porque os escritores estavam mais preocupados com o que estava acontecendo onde viviam. Ao longo dos anos, novos escritores se destacaram nos países latino-americanos, muitos ainda sofrendo com ditaduras e outros partindo para diversos países para aprender com os escritores a quem seguiram. Como afirmou Bragança (2008, p. 119):

A literatura latino-americana teve, a partir dos anos sessenta, uma dimensão de visibilidade e abrangência jamais conseguida até então. A riquíssima profusão de obras que se editavam e se reeditavam a partir daquela década marcou definitivamente a historiografia literária do continente, dando valorização internacional a uma geração de escritores que, até aquele momento, tinham uma enorme dificuldade de circulação inclusive no interior da própria América Latina.

Bragança explica que esse momento, chamado de "fertilidade literária", estava enredado com a expansão do mercado editorial no continente e também que foi necessária uma nova e grande demanda intelectual presente na sociedade. "Este momento ficou conhecido como *o boom* na literatura latino-americana, e foi seguido por discussões posteriores, já no final daquela década, no que seria caracterizado como *o pós-boom*" (BRAGANÇA, 2008, p. 119, grifos do autor).

Essa consideração é oportuna para começar a falar sobre o *boom e pós-boom*, ou seja, dos momentos considerados mais importantes da literatura latino-americana. O *boom*, como

discute Shaw (2005), foi um período marcado por mudanças significativas na novela hispano-americana. Um dos pontos mais fortes foi o surgimento do realismo mágico, que deu um aspecto diferente para realidade antes descrita nas obras. Nesse momento, surgiram escritores influentes até hoje, como o colombiano Gabriel García Márquez, o peruano Mario Vargas Llosa, o argentino Julio Cortázar e o mexicano Juan Rulfo. Shaw ainda descreve o desenvolvimento do humor em diferentes formas e também o erotismo, nas chamadas novas novelas latino-americanas. Donald Shaw (2005, p. 251) conclui: “la novela, cualquier novela, tiene la obligación de cambiar los hábitos perceptivos del lector. Nosotros creemos que este ha sido y es el gran logro del boom”.

O início do *pós-boom* está na obra *Soñé que lanieve ardía*, de Antonio Skármeta, 1975, e seu triunfo foi com *La casa de los espíritus*, de Isabel Allende, em 1982. São eles os pioneiros do movimento que voltou a escrever sobre a realidade próxima e da valorização da técnica inicial na construção da narrativa, simples e popular. Como disse Shaw (2005, p. 264), quando estudou Peter Earle, “os del pos boom han vuelto a la corriente central de la narrativa hispanoamericana en la que el estético fue siempre subordinado al ético”. Ele completa: “el artículo de Earle ayuda a explicar la reacción hacia un tipo de narrativa que pudiera causar un impacto más directo en un público menos estilista”.

Esse retorno à realidade, a incorporação de elementos de pop e outras características do *pós-boom* são vistas pelos autores como uma nova situação encontrada nesse período, ainda que a transição do *boom* para o *pós-boom* deva ser vista de um ponto de vista historicista. No entanto, apesar de serem considerados grandes períodos literários, não existem datas exatas marcando o seu surgimento ou fim. Como destacou Bragança (2008), o *boom* e o *pós-boom* podem ser considerados dois grandes momentos na literatura americana. Mas devemos considerar que eles não têm datas ou características estéticas específicas, são, acima de tudo, movimentos.

Segundo James Higgins (2006) de todas as características do *pós-boom* a mais marcante foi a crescente diversidade, tanto na origem dos autores como nas visões de mundo possibilitadas por eles. Ainda de acordo com o autor, a diversidade permitiu uma maior abertura social e o surgimento de escritores populares que romperam com o monopólio da classe média sobre a literatura, como explica:

En las últimas décadas nuestro concepto de la literatura peruana ha cambiado de modo fundamental. Hoy en día se acepta que, siendo el Perú un país culturalmente heterogéneo, debemos calificar de literatura no sólo obras cultas escritas en español sino también textos escritos en las lenguas nativas y las

tradiciones orales, tanto en español como en quechua, aymara y las lenguas amazónicas. (HIGGINS, 2006, p. 9)

O pós-modernismo surgiu na sequência do *pós-boom* e teve fortes relações com o *boom*. Nesse período são novamente adotadas as características do momento mais conhecido da literatura hispano-americana. Shaw (2005, p. 326) ressalta que “lo que encontramos en el posmodernismo es una intensificación a veces radical de las tendencias antirrealistas o antimiméticas del boom”. Entre os primeiros pós-modernistas, destacam-se Nestor Sanchez, na Argentina, Salvador Elizondo, no México, e Severo Sarduy em Cuba.

A produção literária peruana tem traços da sua sociedade, especialmente no que diz respeito às classes. Tanto as diferenças sociais, que foram sempre muito evidentes no país, quanto o preconceito para com os índios, que estiveram sempre submissos aos *criollos*, estão intimamente ligados à cultura literária do país. Segundo Degregori (2007, p. 55), “[...] la peruana sigue siendo una sociedad cultural y étnicamente diversa, aunque los sectores dominantes del país se nieguen a admitir esto en todas sus implicancias”. Para ele, três grandes universos culturais podem ser distinguidos na sociedade peruana.

Um dos universos culturais do Peru é o campesino, que está se tornando a cada dia menor, tem fortes características indígenas e comunica-se nas línguas quéchuas, aymara e outras amazônicas. Esse povo prefere ser identificado por campesino porque a palavra “índio” tem uma forte carga pejorativa. Caracterizado como outro dos três grandes universos culturais, o mais numeroso em população, o segmento é denominado como *cholos* que, também pela carga pejorativa, é chamado recentemente por andino. Esse povoado de raízes culturais indígenas incorporou muitos elementos e costumes da cultura ocidental. Migraram nas últimas décadas para as cidades e em grande parte são bilíngues, falantes de quéchuas e castelhano ou aymara e castelhano.

Os andinos são representados por intelectuais das classes média e alta que têm raízes culturais indígenas. Sobre a questão, Degregori (2007, p.58) diz “las diferencias entre la narrativa criolla y la andina no son, como se piensa erróneamente, de carácter geográfico, sino sociocultural”, portanto, são oferecidas duas visões diferentes do país e também da dominação exercida pelos *criollos*. Na década de sessenta, essa dominação começou a diminuir e uma crise se instalou entre os mesmos. No período de crise para os *criollos*, a narrativa peruana indígena começou a ganhar terreno no Peru com José María Arguedas. Em seu livro *Los ríos profundos*, ele escreveu sobre o conflito entre os senhores e os índios, enfatizando as diferenças espaciais

e sociais entre os andinos e *criollos*. Mario Vargas Llosa foi considerado o autor que cavou fundo esta questão em *Conversación en la Catedral*.

Já os *criollos*, formados em sua maioria por descendentes de espanhóis, fixaram raiz em solo peruano e que estão mais próximos da cultura costeira ocidental. Junto a esses três grupos também existem em número muito menor, afro-peruanos e os descendentes de imigrantes chineses. Para Degregori (2007), cada um destes universos tem produzido em diversos aspectos culturais, exceto os indígenas, que permaneceram, em maioria, nos canais da oralidade. Quando se fala em literatura peruana, quase sempre fala em literatura *criolla*, pois foi essa que dominou a produção literária do Peru, destacando Lima e a região costeira e tratando por vezes do mundo ocidental e do país *criollo*.

As diferenças de classe foram percebidas no país também durante o conflito entre o Sendero Luminoso e as Forças Armadas representando o governo, conforme vimos no início do primeiro capítulo deste trabalho. Porém, a violência do confronto que levou ao massacre de milhares de indígenas e camponeses não foi tema central da literatura peruana nem nos seus momentos mais críticos. Há quem justifique a necessidade de certo distanciamento para escrever sobre a violência, porém Degregori (2007) fala em uma “cegueira coletiva” que teria tomado conta da população peruana. O autor ainda ressalta que “como lo ha mostrado el trabajo de la Comisión de la Verdad y Reconciliación, en efecto, la guerra interna fue, diciéndole crudamente, un asunto de indios y cholos” (DEGREGORI, 2007, p.60).

No período que sucedeu às lutas armadas surgiram obras que trataram da violência que se instaurou no país. O mérito da exploração deste tema ficou com os andinos, talvez por sentirem-se mais perto culturalmente dos autores e vítimas do conflito. Os autores andinos ocupam um lugar importante na literatura peruana do final do século XX e início do XXI, apesar de os *criollos* possuírem maior e mais reconhecida literatura, referente ao mesmo tema.

Na concepção de Vitor Vich (2009), as expressões culturais, dentre elas a literatura, podem ajudar a processar melhor o trauma causado pelos eventos violentos. Para o autor, é possível que os atos sejam repensados e reorganizados de forma que se torne possível refletir sobre dimensões negadas ou até mesmo esquecidas do conflito interno armado peruano. Sobre a reflexão permitida pela expressão cultural, Degregori (2007, p. 64) fala “esa mirada valora aspectos de nuestro ser que no habíamos descubierto o a los que tal vez no dábamos importancia”.

Para Santiago Roncagliolo (2008), em *Entre lo local y lo global: la narrativa latino americana en el cambio del siglo (1990-2006)*, o relatório e as pesquisas da Comissão de Verdade e Reconciliação abriram espaço para o surgimento das narrativas sobre o tema. Para ele a Comissão fechou o período de combates e violência e abriu um novo para reflexão a respeito da brutalidade e os traumas do conflito. Neste período surgiram novelas como *De amor y de guerra*, de Víctor Andrés Ponce, e *La hora azul*, de Alonso Cueto, inaugurando mudanças no cenário peruano.

Na sequência de *La hora azul* (2005,) Cueto ainda escreveu *La pasajera* (2015) que narra o encontro um ex militar que tornou-se taxista e uma cabeleireira, o primeiro tentando e acertar as coisas com sua consciência em relação à época do conflito e a segunda fugindo a qualquer lembrança que remeta ao passado violento e traumático. Em seguida nasceu *La viajera del viento*, contando a história de um militar que reencontra uma mulher a qual julgava ter matado no conflito. As três produções de Cueto vêm sendo encaradas como uma trilogia, pela proposta tratar do mesmo assunto e por trazer personagens do primeiro para os outros dois livros.

4. HISTÓRIA E LITERATURA EM *LA HORA AZUL*

4.1. *La hora azul* como memória¹⁰

O conflito armado no Peru, motivado pelas diferenças sociais e iniciado pelo Partido Comunista do Peru, o Sendero Luminoso, deixou números negativos na economia do país, além de, como já estudamos, milhares de mortos e feridos. Ademais dos dados econômicos e algarismos, estão muitas histórias tristes, famílias destruídas, mutilações e violações. Situações como essas, além de abalar psicologicamente as vítimas e também os agressores, formam memórias traumáticas.

Contudo, as interpretações sobre a onda de violência que se instalou no país são variadas, visto que apenas uma parte da população presenciou os eventos da guerra. É diferente a percepção das populações da serra e a da costa, por exemplo, dos *criollos* para os campesinos. Há que se considerar, portanto, que a memória coletiva peruana deste período não é um todo, pois existe uma batalha de memórias entre aquela de quem presenciou o conflito e aquela construída em torno da história oficial.

As lembranças são disputadas pela comissão em defesa dos direitos humanos e pelo poder político, de acordo com Vitor Vich (2009 a), os primeiros pela sua divulgação e em razão das feridas, que ainda permanecem abertas na sociedade peruana, já os demais, pelo seu esquecimento e pela reconciliação em razão de interesses “[...] el imperativo de reconciliarse a cualquier precio, incluso al precio de la verdad, esté ligado a la prisa de subirse al tren de la globalización capitalista” (VICH, 2009, p.10).

Quanto a isso, Carlos Iván Degregori sinaliza para o fenômeno da “memória salvadora” que afetou a sociedade peruana, o que ele diz ser a vontade de esquecer os abusos cometidos pelo estado, quando, ao apoiar o golpe comandado por Alberto Fujimori troca “[...] libertades en cambio de orden y seguridad” (DEGREGORI, 2004, p. 76). A sociedade, que se viu em meio a uma crise, depois de doze anos em meio a um violento conflito interno, considerou o golpe de Estado e os abusos dos militares como necessário para restauração da ordem, sem observar o custo de quem teria que pagar por essa mesma ordem.

¹⁰Durante a pesquisa sobre *La hora azul*, fomos alertadas e compreendemos sobre a necessidade de dar maior atenção aos aspectos do livro enquanto texto literário, como a possibilidade de encaixá-lo em algum gênero e ainda sobre a sua riqueza narrativa. Optamos por compreender estas questões em estudos a serem realizados em outras oportunidades, devido ao tempo que dispomos, entendendo que estes aspectos demandam de atenção especial.

Além do olhar dos historiadores, a memória do confronto e os traumas ocasionados pelo mesmo também ganhou atenção em diversas expressões artísticas, dentre elas a literatura, como podemos acompanhar a seguir, em *La hora azul*, de Alonso Cueto. A obra foi ganhadora do Prêmio Herralde, em novembro de 2005, mesmo ano de sua publicação. Alonso Cueto nasceu em Lima, em 1954 e passou a infância em Paris e Washington, retornou a Lima aos sete anos de idade. Formou-se na Universidade Católica do Peru e obteve o Doutorado em 1985 com tese sobre Juan Carlos Onetti. Recebeu cerca de oito grandes prêmios e é membro da Academia Peruana de La Lengua, eleito em 2009.

O texto de Alonso Cueto foi escolhido, pois, além de sua relevância enquanto arte e popularidade entre os romances que tratam da violência política, chama atenção para a memória dos sobreviventes como matéria fundamental para discutir a (re)construção da sociedade peruana. O aspecto investigativo remete a uma viagem panorâmica sobre o que restou da guerra nos peruanos e o que restou do país depois do confronto. Na obra, para este estudo, são observados os eventos violentos resgatados por meio da memória das personagens, a contribuição da investigação do protagonista para a construção de uma consciência sobre o Peru pós-conflito, bem como as questões sociais apontadas com base nas considerações do protagonista.

La hora azul pode ser compreendido como memória, especialmente quando são observados os detalhes que o protagonista dá ao leitor a respeito dos depoimentos, ouvidos durante suas investigações. A obra conta a história de Adrián, um jovem advogado, bem sucedido, pai de duas filhas e casado com Claudia, que, assim como ele, está em posição social privilegiada. Sua vida é uma rotina organizada e tranquila, é dono de um escritório de advocacia junto com Eduardo e, em diversas ocasiões, seu trabalho é manter contato com clientes em refeições e encontros luxuosos.

A instabilidade chega a sua vida com a morte da mãe. Beatriz teve um casamento frustrado com Alberto Ormache, comandante da marinha peruana. Com os filhos ainda pequenos, ela resolve se divorciar, pois o marido passa noites embriagado e com outras mulheres. Após o divórcio, ela se responsabiliza pela criação e educação dos filhos Rúben e Adrián. Apesar dos problemas com o casamento, Beatriz é vista como uma mulher de classe e que sustenta muitas amigas e obras de caridade.

Por ocasião da morte da mãe, Rúben lembra coisas que o comandante fazia durante o conflito, dentre elas o costume de tomar mulheres como prisioneiras, violentá-las e depois dá-las a sua tropa para que também o fizesse e, posteriormente, as matasse: “le decían que iban a

liberarla después, y así ella siempre tenía que aceptar nomás todo lo que le hacían. Me dijeron que así se olvidaban del miedo”(CUETO, 2005, p. 37).

A descoberta é um choque para o jovem advogado que “desconhece” a atuação do pai durante o conflito, o que fez com que o assunto ganhasse espaço em seus pensamentos. Logo após isso, quando é chegada a hora de rever a documentação dos imóveis da mãe, ele faz uma nova descoberta sobre o seu passado e de sua família. Em meio ao baú de documentos ele encontra uma carta, assinada por Vilma Augurto, na qual sua família era amaldiçoada em razão de o pai ter prejudicado a sobrinha desta mulher, e então a memória de Adrián liga estes eventos à visita que fez ao pai no leito de morte:

Ese día, cuando me vio entrar, se sentó, abrió los brazos. Hijo, has venido, puta madre, no lo puedo creer, por fin llegaste.[...] ya, pero oye, quiero que sepas algo, hay una chica, una mujer que conocí una vez, o sea, no sé si puedes encontrarla, allá, búscala si puedes, cuando estaba en la guerra. En Huanta. Una chica de allí. Te lo estoy pidiendo por favor. Antes de morirme. (CUETO, 2005, p. 23).

Os vários indícios, apontando para um passado obscuro do pai, que lhe foi escondido pela família, bem como a curiosidade pelos eventos do conflito, especialmente aqueles em que esteve envolvido o seu progenitor, despertaram no protagonista o desejo por verdade. No início das investigações, conheceu dois soldados, Chaco e Guayo, que lutaram na guerra com seu pai, e de quem toma conhecimento através do irmão Rúben. São eles que revelam para Adrián os primeiros fatos sobre a guerra e qual foi o papel dos militares na mesma. Contam tudo o que sabem de seu pai e deixam o advogado ainda mais curioso sobre a jovem.

Com o relato dos personagens Chaco e Guayo, o autor aproxima seu protagonista da realidade, do confronto e de como a violência era o método, com o qual os soldados se mantinham em ritmo do combate, “después de un rato se animaron a recordar algunos métodos de tortura. A veces los metíamos bajo el agua de una tina para que confesaran. Sí no les hacíamos así nosotros, nos hacían ellos pues, era así. A veces les poníamos alambres en los cojones o en los senos” (CUETO, 2005, p. 75).

Adrián, devido à sua alienação, correspondente à distância que parte liminhos mantiveram do conflito observando-o como algo remoto, fica chocado com os diversos relatos sobre a violência e a forma como a morte era tratada “[...] y así salieron corriendo como ratas, así que pin pin a todos les fuimos dando y los matamos a toditos, así nomás, como ratoncitos fueron cayendo” (CUETO, 2005, p. 73). Sua curiosidade em conhecer o passado abstruso de seu progenitor, bem como o paradeiro misterioso da terruca¹¹ a quem seu pai manteve cativa e cujo

¹¹Termo pejorativo utilizado em relação aos campesinos indígenas. No texto, às vezes, é empregado no sentido de terrorista ou senderista.

nome os militares anunciaram como Miriam, foi crescendo, junto a uma necessidade de construir memórias sobre este passado.

O apossamento das pistas sobre o paradeiro de Miriam leva ao advogado a descobrir que, juntamente com Vilma Augurto, quem chantageava a sua mãe era Chaco. Além disso, ele descobre e recupera, com a chantagista, fotos tiradas de seu pai e da menina nos campos militares onde ele a mantinha aprisionada. Então, Adrián inicia as buscas por Miriam em Lima, onde a encontra através de registros imobiliários.

A primeira reação com relação ao protagonista, quando inicia a busca pela campesina, é de desconfiança. Podem-se observar referências às diferenças sociais no país e que existe um temor nas vítimas do conflito, em relação às classes dominantes. Então, as memórias exploradas pelo autor revelam-se não apenas por meio de depoimentos sobre o período violento, mas também dos silêncios apreensivos e traumatizados:

¿Y por qué quiere buscarla? [...] No sé dónde podrá estar ahora, doctor. No lo he visto a mi primo en estos tiempos. Pero discúlpeme, doctor, no me ha dicho por qué lo busca. [...] ¿Ella conoció a su padre dice? ¿Dónde?.(CUETO, 2005, p. 165).

Os poucos dados sobre o período de guerra e sobre Miriam, que conseguiu em Lima, levam ao protagonista empreender uma viagem à região mais atingida pelo conflito, o departamento de Ayacucho e cidade de Huanta, onde seu pai atuou. Adrián conhece a serra e seu povo assombrado pela morte e pela memória das perdas sofridas durante a guerra. Ele então percebe que nunca lhe ocorreu, assim como à maioria dos moradores das metrópoles, sobre a violência cometida pelos militares e senderistas. É lá que ele conhece o cenário do conflito sangrento e escuta histórias de vítimas que sofreram violência e perda diretas.

O silêncio percorre toda a narrativa, começando pela mãe de Adrián que esconde segredos e que não tem com quem falar, é percebido nos ayacuchanos que inicialmente evitam o diálogo e no núcleo familiar de Miriam. Como aponta Jelin (2012), a relação entre o trauma e a capacidade de representar ou de narrar pode ser vista de vários ângulos, inclusive pode-se cogitar que falte linguagem capaz de expressar a intensidade e o horror do ocorrido, esta é mais uma marca apontada por Cueto. Na obra, o silêncio e a necessidade de narrar representam um olhar para o trauma e para um esquecimento que parece ser impossível “[...] y hablamos, conversamos sobre todo pero sobre todo de los que se murieron, de ellos más hablamos.” (CUETO, 2005, p. 200)

O autor já chamara atenção para o silêncio presente na obra quando o protagonista dialoga com a personagem de Guiomar e ela alerta sobre aqueles que não conseguem falar sobre o trauma “la gente que se queda callada está mucho peor que los que pueden quejarse, sabes.

Poder quejarse, c, un lujo. El silencio en cambio..., no sé..., es como una cueva” (CUETO, 2005, p. 184). Nesta direção o leitor é convidado a pensar sobre como conviver com o silêncio, assim como com o trauma em uma sociedade que não está preparada ou interessada em ouvir, como bem lembra Jelin (2012, p. 114):

Estamos aquí frente a una de las paradojas del “trauma histórico”, que señala el doble hueco en la narrativa: la incapacidad o imposibilidad de construir una narrativa por el vacío dialógico – no hay sujeto y no hay oyente, no hay escucha. Cuando se abre el camino al diálogo, quien habla y quien escucha comienzan a nombrar, a dar sentido, a construir memorias. Pero se necesitan ambos/as, interactuando en un escenario compartido.

Em seu regresso para casa, o advogado faz uma nova busca à jovem e, neste ponto, o autor revela as primeiras características de Miriam e mostra ainda que ela é mais uma vítima do conflito que convive com o trauma da violência. A informante é a senhora Fox, na casa de quem a jovem teria trabalhado como doméstica, que conta que Miriam era boa funcionária e que tinha um filho bastante calado. Ela revela também que Miriam tinha o estranho costume de sair para caminhar na madrugada e que dizia que não conseguia dormir. “[...] yo le preguntaba si había salido y Miriam me decía que si pero a caminar, y nada más” (CUETO, 2005, p. 197). Isso também seria um estado de violência pressionado pela memória ou apenas uma fuga do medo?

Em Miriam, o autor representa a história de muitas mulheres que foram violadas durante o confronto. Ela ainda tem um filho que, de acordo com esta interpretação, pode sofrer de uma doença psicológica chamada “teta asustada” que já foi estudada no primeiro capítulo com Kimberly Theidon e que pode ser visto também no informe final da CVR. Sendo assim, o silêncio de Miguel teria relação com as “memórias tóxicas” de sua mãe e que lhe foram transmitidas por meio da amamentação. Em razão do misticismo criado em torno da enfermidade, outros sintomas e definições lhe foram atribuídos, porém o silêncio é a maior delas:

Porque no habla casi nunca con otros niños. Habla conmigo y con la señora Melchora y con su tío a veces. Pero no habla mucho. Y cuando crezca más, no sé, ese silencio puede hacer-se más grande, puede ponerse él más triste, peor de lo que está ahora, a veces lo veo tan distraído, no sé lo que le pasa [...]. (CUETO, 2005, p. 251 e 252).

Diante do caminho apontado pela narrativa, vamos passar ao estudo de uma personagem bastante complexa, o objeto de busca de Adrián a personagem de Miriam. Com as informações conseguidas com a senhora Fox, Adrián volta ao bairro de Huanta Dos e encontra a mulher que motivou tantas mudanças em sua vida. Miriam tem um salão de cabeleireira, no mesmo local onde vive com seu filho Miguel. A descoberta traz para a vida do advogado uma nova

perspectiva, a partir do momento em que tem a oportunidade de se aproximar da campesina. Ele vê como uma obrigação tentar ajudá-la, apesar de dizer que não sente culpa pelas ações do pai.

Miriam contou a ele que foi tirada por soldados dos braços de sua mãe e foi entregue ao comandante Ormache, este a amava e não a cedeu aos soldados, como fez com as demais a quem violava. Depois de algum tempo, ela conseguiu fugir dos soldados correndo durante a noite, entre desmaios e tropeços até a *hora azul* (amanhecer antes do nascer do sol).

Misteriosamente, Miriam morre com suas memórias e medos e deixa uma lacuna no entendimento dos fatos e de sua história pessoal, enigmas que Adrián ainda não tinha decifrado. Mesmo sem ter recebido recomendações diretas, Adrián se sente na obrigação de ajudar Miguel, que ficou sob os cuidados de uma vizinha. A aproximação de ambos é lenta e existe um abismo entre o filho dela e o advogado que nem mesmo a possibilidade de um parentesco entre eles desfaz. O limenho propõe ajuda a alguém que pode ser de sua família, porém é inevitável que se questione sobre o apoio a Miguel e sobre a culpa que gira em torno de sua atitude.

Como arremate deste estudo, é importante observar que o autor apoia-se na memória de seus personagens para mostrar a história de uma realidade violenta do país. Através de recordações bastante marcantes de suas personagens, Cueto chama atenção não só para o durante, como também para o pós-guerra, voltando seu olhar para aqueles que sobreviveram, mas que, tendo em vista as memórias da violência, a guerra não sai deles.

O texto de Cueto abre grandes possibilidades de observações a serem feitas sobre a construção da sociedade peruana após a luta armada. Ele aponta para uma memória ferida e que fica sem a devida atenção, compartilhadas por um grupo que há mais tempo carece de um governo que lhes conceda oportunidades iguais e dê ouvidos a suas histórias. O modo como é construído o romance permite a abertura de caminhos para novas interpretações sobre a literatura peruana pós-conflito e sua relação próxima com a história.

4.2. Testemunhos como representação do real

Conforme o trajeto que vem sendo percorrido para construir este estudo, é possível inferir, sobre a história do Peru, que a violência cometida desde colonização contra os povoados indígenas e campesinos, na forma de dominação, segregação e opressão foi fonte inspiradora para os primeiros escritos testemunhais peruanos. Na sequência, o estouro da guerra civil no

país serviu para que fossem produzidos novos escritos sobre a violência, sobretudo, aquela contra a população da serra.

O trabalho de conclusão de curso de Verônica Gomes Olegário Leite, *Memória e violência: o conflito armado do Peru sob a ótica da literatura* (2015), organiza-se pensando o testemunho no Peru. Para ela, os depoimentos também se caracterizam como uma forma de representação da população que não domina a escrita e pensa ainda a literatura de testemunho como de resistência e denúncia: “essa literatura encontrou espaço para sua consolidação, recentemente, a partir dos registros de violências sofridas durante os períodos de ditaduras militares, guerras civis e demais conflitos internos” (LEITE, 2015, p. 26).

Cabe ressaltar, refletindo sobre o caso peruano, o aspecto político que é tomado em conta quando surgem os romances testemunhais, tanto do posicionamento de quem transcreve os testemunhos, quanto do resultado de sua publicação. O que vale notar, para além do jogo político, é a importância que adquire o sujeito subalterno, que ganha visibilidade e passa, a partir da constituição da sua subjetividade, a representar a coletividade por meio das suas memórias, de acordo com Penna (2003):

[...] Assim, a postulação da radicalidade do testemunho partirá sempre de uma crítica do sistema intelectual latino-americano como instituição de subjetivação do subalterno [...], a literatura latino-americana como um todo e a exclusividade da representação político-literária da nação, que se constitui ao constituir o sujeito subalterno (ao subjetivá-lo), posicionando-se como seu representante. (PENNA, 2003, p. 313).

Nesse sentido, Jelin (2012) analisa que o testemunho é “el revivir del pasado” quando é possível construir uma memória sem voltar completamente ao passado. Ela enfatiza que o testemunho possibilita o reconhecimento da alteridade e assim permite um diálogo para marcar “con fuerza el nunca más”. Esse é um dos sentidos do testemunho com o qual concordam a maioria dos críticos literários, considerando a recordação como estratégia contra a repetição.

O *testimonio*, termo adotado na América Latina, de acordo com Seligmann-Silva (2009), é definido por John Beverley como uma narrativa em primeira pessoa feita por um escritor que, ao mesmo tempo, testemunha. Ao contrário da conhecida literatura de testemunho, o *testimonio* foi reconhecido como gênero literário, porém pode ter perdido um pouco a sua força, quando as expectativas, quanto ao poder desta literatura para mudar a realidade, caíram por terra.

Contudo, Seligmann-Silva aponta que se percebe hoje uma ampla utilização do testemunho, não apenas em relação a eventos como a Shoah ou demais guerras, mas como representação das minorias. Especialmente em relação à América Latina, ele explica que: “o

ponto de partida é constituído pelas experiências históricas da ditadura, da exploração econômica, da repressão às minorias étnicas e às mulheres, sendo que nos últimos anos também a perseguição aos homossexuais tem sido pesquisada” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 86). Indo ao encontro do que estuda Seligmann-Silva, cabe pensar, para este trabalho, a literatura que surge com o que ele denomina teor testemunhal, visto que o autor não se propõe a escrever um testemunho seu, nem uma história única e “real” sobre o confronto.

O romance, *La hora azul*, de Cueto, conta o percurso de um advogado que reside em Lima e que desconhece a situação do interior do país, inclusive do confronto. A partir do enredo do livro, é possível refletir sobre a proposta do autor em levar o leitor, junto com a personagem principal, a conhecer a violência por trás dos ideais do conflito interno armado no Peru. O alvitre literário de Cueto tem muitos traços da sua maneira de produzir, já que, focado na realidade de seu país, o autor faz questão de conferir de perto a condição da população. De acordo com o próprio autor, em entrevista, o livro nasceu de um depoimento contando uma história como a de Miriam, desencadeada pelo conflito interno armado no país. A busca de Ormache filho pela moça permite que ele tente reconstruir uma parte da história de sua vida, enquanto conhece uma parte da história, não oficial, peruana.

Os eventos internos do conflito são pouco conhecidos pela maioria da população da costa, principalmente por aqueles em uma posição social confortável e que mantêm pouco contato com a população da serra, mesmo com aquela que foi às periferias das cidades costeiras em busca de refúgio. Nesse sentido, a investigação iniciada pelo protagonista de *La hora azul* permite que ele construa uma memória com base nos depoimentos dos sobreviventes e de seus familiares, pois, conforme Jelin: “cuando se abre el camino al diálogo, quién habla y quién escucha comienzan a nombrar, a dar sentido, a construir memorias” (JELIN, 2012, p. 114).

Pensando na perspectiva da literatura de testemunho, o advogado representa o mediador, aquele que ouve os testemunhos e se responsabiliza em escrevê-los, garantindo que não serão esquecidos. Reservadas as proporções, o que Cueto tenta mostrar em Adrián é o que Agamben (2008, p. 26) explica: “ele não se sente escritor; torna-se escritor unicamente para testemunhar”, já que, em determinada passagem, Adrián fala sobre a necessidade que sente em compartilhar o que viu e ouviu durante sua viagem a Ayacucho. A partir de depoimentos que ele escuta, inaugura-se na obra uma série de “compartilhamentos de memória” desencadeados por personagens que sentem a necessidade de contar. Tendo em vista a diversidade de como a memória da violência é empreendida pelos personagens, Adrián parece envolvido pelas recordações alheias.

O teor testemunhal pode ser percebido na obra com uma proposta de remontar o cenário de um dos conflitos ocorridos no século XX, no interior do Peru. Assim, o testemunho cumpre seu papel no texto visto e é por meio dele que o enredo se torna possível, mostrando versões sobre um evento violento. O depoimento que inaugura a tomada de conhecimento de Adrián sobre a violência, envolvendo a guerra e o seu pai, é o do soldado Guayo, que esteve com Ormache pai no campo de batalha:

Una vez los perseguimos buen rato a los terrucos hasta que los vimos que habían entrado en una casa, se escondieron en una casa. Así que los rodeamos, les gritamos que salieran pero no salían, era una casa de ramas, así que le tiramos granadas, le prendimos fuego [...] hasta el último que salió con la bandera roja gritando y le dimos también. Bajamos cuando estaban todos en el suelo, pero este día iba a ser un día muy triste, muy triste para nosotros. Un amigo mío, el técnico Rosas, murió allí. Allí falleció mi amigo Rosas. (CUETO, 2005, p. 73).

Em seguida, o protagonista do romance de Cueto compartilha com o leitor uma série de depoimentos acerca das marcas da luta armada a partir dos diálogos que estabelece em sua viagem. Nesse ponto, o teor testemunhal presente no texto apresenta-se como o meio pelo qual são apontadas manifestações muito próximas à realidade peruana. Na viagem, surgem testemunhos sobre o que estaria na memória coletiva de Ayacucho, como o do motorista de táxi que o leva em sua rota pelas ruas da cidade:

Salimos a la carretera. Le pregunté a Anselmo si él había estado allí durante la guerra. Terrible, me dijo. Su voz cavernosa soltaba disparos de saliva que le rociaban el pantalón. Era terrible nomás caminar por esta carretera. O sea caminar por aquí una cuestión de suerte nomás era. O te agarraba Sendero o te agarraban los militares. Pero peor era Sendero pues. (CUETO, 2005, p.166).

Essas recordações que, de acordo com o que se observa no texto, parecem insistir em não ser esquecidas, são memórias de trauma e medo, fazem parte de um momento em que os moradores da serra peruana sofreram com tonturas, mortes, desaparecimentos e coerções. Embora mostre a angústia do povoado que sofreu diretamente com o conflito, Cueto também traz, por meio dos trabalhadores de Ayacucho, lembranças da violência que não se revela por uma ação ou por um momento, mas por um estado de violação, uma vez que aqueles que viviam na zona de guerra não podiam sequer sair de suas casas, como conta o motorista Anselmo: “¿Y ustedes de Huanta? Le dije. Soy de Huanta. ¿Y en la época de la guerra? No salía casi nunca de allí. Sí salías, los senderistas te podían agarrar, se llevaban tu carro y si les daba la gana, te dejaban vivo para que caminaras” (CUETO, 2005, p. 167).

A tarefa que o teor testemunhal desempenha na obra, como representação do real, também pode ser observada nos trechos a seguir, com base no que foi lido nos estudos realizados pela historiadora Kimberly Theidon (2004), em que um dos entrevistados na região de Huanta explica: “durante esos años, si hubieras llegado aquí como has llegado, estuvieras

muerto.” A partir de depoimentos como o do taxista, observa-se a condição das comunidades do campo no período do confronto. É a memória de um indivíduo que representa a coletividade, o seu medo era o medo dos moradores da serra, como demonstra Theidon com o depoimento apresentado.

A minúcia com que são descritos alguns atos violentos leva o leitor a pensar sobre as questões do trauma e posicionamentos a partir dos depoimentos, como, na visita ao estádio de Huanta, que foi um campo de futebol e, no período do conflito, foi utilizado pela marinha como um campo de concentração e de tortura. Muitos dos testemunhos da obra foram dados por soldados da marinha, falando de dor, morte e torturas diversas, o que para eles era uma fuga do medo:

Yo había leído sobre el lugar [...] ¿Cuál había sido la rutina de ese lugar? Chaco y Guayo me habían contado que una sesión de torturas podía durar fácilmente toda una noche si estaban de mal humor. Recordaba haber leído algo sobre eso. Muchos torturadores se vuelven adictos a los gritos, a las contorsiones a las súplicas, las pruebas del dolor. (CUETO, 2005, p. 171-172).

Os testemunhos na literatura fazem o papel de representar o real e ajudar na organização do enredo, uma vez que, vê-se, por exemplo, no Tomo VI do Relatório Final da CVR quando conversa com os investigadores o depoente registrado sob o número de 100205, na parte que trata das torturas e dos locais usados pelas Forças Armadas para tais atos. Semelhante aos testemunhos vistos em Cueto (2005), a testemunha da CVR afirma ter sido capturado em 1984, na província de Huanta, departamento de Ayacucho e conduzido ao quartel de Huanta, o Estádio de Huanta e ainda completa que:

Luego de tomarle su manifestación lo comenzaron a golpear. Fue torturado, lo colgaron, le golpearon en varias ocasiones llegando a ser quemado con colillas de cigarro. En la noche lo condujeron de noche a un pabellón del Estadio de Huanta donde había unas vigas y nuevamente lo torturaron, le ataron las manos hacia atrás codo con codo y lo agarraron con «una faja mojada» y le colocaron encima de una silla. Un militar amarró la sogá y otro le quitó la silla quedándose colgado. (COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN, TOMO VI, 2003 p. 229).

Em visita ao povoado de Luricocha, Adrián conversa com dois anciãos num diálogo intermediado pelo padre Marco, visto que as personagens dos depoentes falavam apenas quéchua. Por meio deles, o advogado descobre que a jovem a quem procurava já não tem mais familiares na região e ouve novos relatos que o ajudam a reconstruir o passado de Miriam e que contribuem também para que o leitor passe a observar o conflito a partir das atitudes do Sendero Luminoso:

El hombre sacudió la cabeza. Su padre y su madre murieron, dice que no quisieron dar su comida de la bodega a los senderistas, dice que los senderistas se llevaron a su hermano para obligarlo a pelear con ellos. Después los senderistas asaltaron al puesto policial aquí también. Allí lo mataron a su otro hermano. (CUETO, 2005, p.176).

Assim, por meio das viagens empreendidas pelo advogado limenho na busca por Miriam, os depoimentos vão montando um panorama do que foi o período mais violento do Peru. Um grande aliado nas descobertas de Adrián é o padre Marco que lhe conta, por exemplo, a situação do senhor Casimiro Sillipú, que vai todos os dias à igreja para rezar e falar com o padre, pois, sabendo da maneira como mataram ao seu filho, ele não conhece o olvido, como depõe “le echaron gasolina y lo amarraron a una piedra en lo alto del cerro para que incinerara lentamente con el sol” (CUETO, 2005, p. 189). Esse pai não consegue seguir a sua vida normalmente, ele precisa ir à igreja falar com o padre. Nesse ponto observa-se como a memória da violência também está presente naqueles que sofreram as perdas e não apenas naqueles que foram violados fisicamente.

O senhor Sillipú não foi ferido por senderistas, tampouco sua esposa Teodora, mas o que impede que siga normalmente os seus dias não é a memória do seu sofrimento físico, mas o sentimento da perda de seu filho. Ao senhor Sillipú, assim como outros personagens, lhe resta lamentar a morte de um membro da família que não pôde salvar, a quem ninguém poderia salvar. Em contraste com o pai que chora a morte do filho, o romance traz a personagem de Georgina Gamboa, a quem sete soldados violentaram. A violação deu a Georgina uma filha, por quem ela tem de continuar a viver porque precisa criá-la.

O protagonista, ainda na conversa com o padre Marco, garante novos testemunhos para suas investigações, como o de Paula Socca, a quem mataram os seis filhos e o marido, e o de Quinta Chipana, um jovem que arriscou sua vida junto a alguns amigos, para retirar o corpo de um senhor que foi pendurado em praça pública separado da cabeça, como forma de represália. Chipana deu ao cidadão o descanso, de acordo com o padre Marco.

A personagem de Miriam é mencionada no texto como a terruca que o Comandante Ormache, pai de Adrián, violou e a quem o filho procurou por tanto tempo na tentativa de (re)descobrir-se. As contradições são o ponto alto da personagem que é indefinida na maioria da história, porém é ela a testemunha mais completa. Em razão dos traumas que carrega, em relação à violência que sofreu e que presenciou, ela é a testemunha chave, por ter conhecido vários pontos do confronto:

A su papá lo odié tanto, le digo, a su padre pude haberlo matado si hubiera podido, porque me engañó tanto, y abusó de mí, en ese cuartito, yo lo odié tanto, por culpa de ellos, de los soldados, de los morocos, perdí a mi familia, ya no pude ver a mi familia, ya no los alcancé, se murieron, se murieron sin mí, y yo lo odiaba tanto a su papá, pero ahora ya lo odio, ya casi lo quiero. (CUETO 2005, p.219).

Miriam se aproxima lentamente de Adrián e aos poucos fala do que aconteceu consigo. A resistência inicial com relação à aproximação com o advogado permite a interpretação de que

a personagem prefere evitar o diálogo sobre o conflito, já que a lembrança é dolorosa. Nesse sentido, concorda-se com Vich (2009 a) quando diz que o silêncio de Miriam e também de seu filho Miguel é sua resposta e seu testemunho frente a tudo que passou, como relata a própria Miriam ao dizer “porque cuando Miguel crezca su silencio va a crecer con él. Eso es lo que pienso siempre” (CUETO, 2005, p. 251).

Nesse ponto da narrativa, a descrição que Miriam faz de suas experiências leva o leitor a acompanhar a personagem no seu desespero para libertar-se, na sua angústia e no seu medo, tamanho o “teor” de real do seu testemunho:

Al comienzo corría nomás, quería correr más rápido, las botas me pesaban pero no podía quitármelas, entonces pensé que iba a entrar por las laderas para seguir de frente, quería correr lejos de la carretera, de repente me sentí tan bien, tan fuerte de repente, como que dentro yo sentí que un gato grande me había entrado y que ya estaba dirigiendo todo lo que yo estaba corriendo, yo me olvidé que mis piernas estaban allí, el miedo me hacía sentir como un gato en los pies, así era el miedo, pero me daba más fuerzas, así que sentía el dolor del miedo en todo el cuerpo, el dolor del miedo que te hinca desde dentro. Los pies, las botas que tenía empezaban a volar conmigo, no sentía nada, no pensaba en nada, sólo en correr nomás [...]. (CUETO, 2005, p. 235).

Após ter corrido por tanto tempo, a garota procurou por sua casa e família, mas, assim como muitos outros moradores da serra, se viu só:

Todos muertos. A mi hermano mayor lo mataron los del Sendero porque estaba con los soldados, y mis papas y mi otro hermano se habían muerto una noche de balacera, cuando Sendero atacó Luricocha, mis padres y mis hermanos muertos, cuando me dijo eso mi tío, allí mismo me caí, me quedé desmayada, y después cuando me desperté, y de frente fui a la ventana, saqué un vidrio de la ventana y me corté las venas, me hubiera muerto, si hubiera podido morirme me habría muerto. (CUETO, p. 237).

Miriam pode ser apontada como aquela que sofreu as mais diversas formas de violência, tanto o que aconteceu na guerra, como a memória que tem a esse respeito, deixaram muitas marcas na sua subjetividade, de modo que ela não tem uma descrição precisa e surpreende os leitores em cada passagem, sendo atormentada e calma ao mesmo tempo. Nessa perspectiva, pode-se pensar em Miriam como a representante de um coletivo de mulheres que sofreram violações diversas no confronto.

Em um trecho do Tomo VI da Comisión de Verdad y Reconciliación, no espaço onde as investigações se voltaram para a violência contra as mulheres de um modo geral e ainda para a violência sexual, é possível observar nova semelhança entre o que de fato ocorreu na história do Peru e a literatura de Cueto:

No obstante la subrepresentación estadística, existen datos que permiten identificar casos de violencia sexual. Así, por ejemplo, se tiene que de 118 testimonios recopilados por la CVR en el Establecimiento Penal de Mujeres de Chorrillos, en 30 casos las mujeres mencionan haber sufrido violación sexual mientras que en 66 casos dicen haber sido sometidas a otras formas de violencia sexual. Esto implica que aproximadamente el 81% de estas testificantes fueron víctimas de violencia sexual. (COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN, TOMO VI, 2003 p.275).

A personagem de Miriam, assim como alguns outros depoimentos, vêm nos trazer algo novo por meio do testemunho. Ao narrar o período em que esteve em meio aos soldados e também sua vida depois do período dos conflitos a personagem propõe que o leitor pense, não apenas no que foi o conflito interno armado, mas nos demais aspectos sociais históricos do país. Ainda sob outra perspectiva pode-se compreender a memória ferida como um alerta para o pós-guerra e as marcas não cicatrizadas na sociedade.

Dessa forma, torna-se imprescindível destacar que, apesar de fugir de algumas características estéticas da literatura de testemunho, como o fato de a história não ser contada apenas por uma pessoa e esta pessoa não ser uma vítima do confronto, e possibilitar que sejam identificados apenas traços de teor testemunhal, a obra de Alonso Cueto cumpre com uma das mais comuns discussões propostas pelo testemunho. O texto se propõe a arquitetar um período violento, que resiste a representações e que se propõe a representar setores marginalizados.

4.3. Memória e História: coletividade e identidade social

Conforme apontado no subtítulo anterior, o teor testemunhal presente em *La hora azul* é responsável por representar o que se pode chamar também de “teor de realidade” referente a um conflito marcante no país. Portanto, considerando que o testemunho é fruto da memória e que dessa forma diz respeito à história desse local, a proposta é apontar essas afinidades, principalmente com relação à memória coletiva.

Em tempo, referencia-se Le Goff (1994), que explica as relações entre memória e história e observa que a evolução das sociedades na segunda metade do século XX clarifica a importância da memória coletiva, visto que esta faz parte, segundo ele, das sociedades desenvolvidas e das sociedades em desenvolvimento. O autor enfatiza que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 1994, p. 476).

Pensando inicialmente nas caracterizações da personagem principal, logo no início da obra, é possível perceber o contexto em que está inserido Adrián, marcando sua posição social em um país bastante segregacionista. O autor abre seus escritos falando de uma foto que a personagem principal teria tirado para uma revista, juntamente com sua esposa Claudia, o sócio Eduardo e sua esposa Milagros. Adrián dirige-se ao leitor em primeira pessoa e deixa transparecer, ao mesmo tempo, acomodação e certo desconforto por ser quem é:

Por entonces me veía mucho, y creo que siempre bien. Los datos de una vida estaban, por decirlo así, a mi favor. Tenía cuarenta y dos años. Ganaba nueve mil dólares mensuales. Pesaba ochenta kilos, un buen peso par mi metro ochenta y dos. Iba una hora diaria al gimnasio. Era además uno de los socios del estudio e abogados, que mantenía un grupo de cien buenos clientes.[...] Por esa época algún amigo me dijo, con tono acusatorio, que me veía cada vez más contento. (CUETO, 2005, p. 14).

Com uma carreira de sucesso, esposa e duas filhas exemplares, o advogado prefere não pensar no passado do pai comandante da Marinha, já falecido, até que a morte de sua mãe traz à tona uma violação que seu pai cometera durante o período de luta contra o Sendero Luminoso. A primeira demanda, a ser tomada em conta surge quando o advogado vê a possibilidade de um escândalo que poderia prejudicar a memória de seus pais e a sua carreira. Inicialmente, o leitor se vê diante de um limenho alienado a tudo o que houve no interior do país e preocupado em manter a sua posição.

Ao apresentar a figura de Adrián, Cueto leva o leitor a pensar, como foi estudado no primeiro capítulo desta dissertação, na história do Peru e a enxergar nele o herdeiro de um colonizador que se instalou na costa do país, e contribuiu para a exploração da mão de obra de índios e mestiços, talvez não diretamente, mas usufruindo de seus frutos e contribuindo para a manutenção do sistema: “además nuestra casa de quinientos metros cuadrados en San Isidro era suficiente para que cada uno de nosotros, incluidas las dos empleadas de limpieza, la cocinera y el chofer de Claudia [...]” (CUETO, 2005, p. 16).

A zona de conforto da personagem só vai ser alterada quando ele descobre o passado do pai, juntamente com as chantagens que a mãe vinha sofrendo em razão disso e resolve buscar respostas sobre o ocorrido. Em sua busca conhece uma parte da história de seu país que até então ignorava, por meio das memórias de outros personagens. Inicialmente com o irmão Rúben, e depois com os soldados Chaco y Guayo, são compartilhadas memórias de uma das faces da luta armada:

En cualquier segundo la explosión, el lago de sangre, el cuerpo despedazado, si hay suerte un ataúd con una bandera peruana y listo. Uno se convertía en una cifra más en la estadística. Nadie se iba a acordar. Pero ya uno se acostumbra al miedo, dice Guayo, el miedo es una cosa negra y dura, ya casi tiene forma. (CUETO, 2005, p.173).

Uma série de memórias vai surgir, como muitas vozes, quando a personagem principal sai em busca da jovem Miriam e encontra um bairro em Lima formado por moradores da serra que fugiram para a cidade em razão do conflito, ou ainda quando vai a Ayacucho para investigar seu passado. Nesse ponto da obra, o autor guia o leitor para o que Michael Pollak (1992, p. 202) chamou de “lugar de memória” como “locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e, por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo”.

Pode-se inferir que, ao encontrar um lugar repleto de memórias, Adrián compreende que a forma encontrada pelas vítimas para lidar com seu sofrimento é variada e que a diversidade dos seres humanos é percebida também pela forma como lidam com a sua dor. O compartilhamento das memórias, por exemplo, é uma opção de alívio e muitos procuram consolo na religião e no diálogo, como conta o padre Marco, sobre as pessoas de sua comunidade:

Ya no quieren consuelo, señor. Pero quieren hablar, quieren contarme sus cosas, eso nomás quieren, y por eso yo los oigo pues. Los oigo y ellos hablan y sigo oyendo y cuando ellos se van yo me quedo solo y lloro todo lo que puedo, señor. (CUETO, 2005, p. 176).

O que o autor traz em meio aos depoimentos são memórias individuais capazes de representar o coletivo e esse coletivo tem papel essencial em ajudar na construção da história.

Porém, é preciso observar o que nos aponta Halbwachs (2004, p. 60):

Por história é preciso entender então, não uma sucessão cronológica de acontecimentos e de datas, mas tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros, e cujos livros e narrativas não nos apresentam em geral senão um quadro bem esquemático e incompleto.

Nos chamados “Danzantes de tijeras”, Adrián encontra uma antiga tradição andina e que é também uma forma transpor o sofrimento. Mais uma vez, o protagonista volta sua atenção para como são diversas as formas de as pessoas conviverem com a memória dos acontecimentos, assim que, enquanto alguns preferem permanecer em silêncio diante de tudo, outros falam do que aconteceu e outros optam pela arte como forma de expressão, como define a personagem Guiomar: “la danza es una distracción de la muerte. Aquí han conocido la muerte siempre. Si no han podido rebelarse contra ella en la realidad, se han rebelado en la música, en los retablos, en la danza” (Cueto, 2005, p. 182). Ao citar os dançarinos, o autor pode estar fazendo referência à identidade do povo peruano e, ainda, situando-o historicamente.

A personagem de Guiomar, a quem Adrián conhece em um dos seus almoços em Luricocha, alerta que esses dançarinos optam pela música e pela linguagem corporal para fugir de seus medos e do assombro que os ayacuchanos sentem por estar vivos. Os que dançam, diferentemente de outros personagens, encontraram uma maneira de continuar suas vidas e de enfrentar a memória do horror da guerra e da violência a que foram sujeitados, pois a dança lhes permite a purificação e a conexão com a natureza em um ritual, conforme explica Guiomar: “la naturaleza respira en él. Gracias al danzante, la vida de un árbol, de una montaña, de un arroyo, se preserva y nos pertenece” (CUETO, 2005, p. 186 e 187).

Relacionando a referência que a obra faz, se pode pensar tanto na história como um passado distante, quanto na história recente ou passado recente, como cita Jelin (2012). Quando

trata das questões sociais como, a distância entre o advogado limenho e a realidade do interior de seu país, o autor chama atenção para um problema que marca a história do país há mais tempo, pois teve origem com a colonização. Porém, quando trata das lembranças do conflito, ele propõe pensar sobre um passado recente. Jelin (2012, p. 39) diz que:

[...] pasado un cierto tiempo – que permite establecer un mínimo de distancia entre el pasado y el presente –, las interpretaciones alternativas (inclusive rivales) de ese pasado reciente y de su memoria comienzan a ocupar un lugar central en los debates culturales y políticos. Constituyen un tema público ineludible en la difícil tarea de forjar sociedades democráticas. Esas memorias y esas interpretaciones son también elementos clave en los procesos de (re)construcción de identidades individuales y colectivas en sociedades que emergen de períodos de violencia y trauma.

As memórias partilhadas pelas personagens são memórias traumáticas causadas pela intensidade da violência a que estiveram submetidos os povoados em meio ao conflito. As lembranças contidas no texto de Cueto remetem ao primeiro capítulo deste estudo, em que está compilada parte do que acontecia no confronto, segundo os historiadores. São relatos que impressionam o leitor pelo nível de “realidade” que expressam, como o de Anselmo, o taxista que dividiu suas memórias com Adrián: “allí nomás los ponían los cuerpos, me dijo la voz de Anselmo, uno pasaba por aquí y allí los veía. Ya casi siempre muertos venían, torturados y cortados y así los traían” (CUETO, 2005, p. 168).

Ainda, em *La hora azul*, podem ser identificadas passagens onde o autor enfatiza o porquê de esse período estar intensamente marcado na memória dos personagens, como na passagem seguinte em que a personagem de Guiomar explica a Adrián que “la gente de aquí no es como la de otras partes – dijo lentamente –.Nadie aquí cree que estar vivo es lo normal. Aquí han observado siempre la vida con asombro. Un amigo me lo dijo así una vez. La muerte es una buena maestra” (CUETO, 2005,p. 182).

Assim sendo, considerando os trechos acima citados de *La hora azul* e os estudos realizados nesta dissertação sobre a história do Peru, faz-se necessário voltar a Le Goff e à relevância da memória coletiva. O estudioso garante que contemporaneamente “a memória coletiva sofreu grandes transformações com a constituição das ciências sociais e desempenha um papel importante na interdisciplinaridade que tende a instalar-se entre elas” (LE GOFF, 1994, p. 472).

Os relatos aos quais se pretende inferir que representam a memória coletiva e que ajudam também a identificar a presença de elementos que fazem parte da história peruana são, por exemplo, as descrições das sessões de tortura, feitas pelos soldados. Como mostra Guayo:

Y luego a oír los golpes en la cara, el ruido de los cables en los testículos o en los senos (como un pequeño chasquido, me había dicho Guayo), el aullido detrás de la pared, las colas para las violaciones, la pestilencia de la propia carne, la sangre que te salpica la cara tiene un sabor amargo, da un poco de náuseas. (CUETO, 2005, p. 172).

Para além de saber que houve milhares de torturados e mortos, como bem registram os números, a memória que é apresentada por meio de um indivíduo contribui para que, quem não presenciou o evento saiba da carga de dor deixada pelo mesmo. O que Cueto oferece não é uma, mas várias perspectivas de um momento que ainda lateja na sociedade peruana. Os diversos depoimentos, associados às descrições sobre as questões sociais levam o leitor para dentro do Peru para acompanhar não só o que foi o conflito, assim como uma história qualquer, mas com detalhes de como era a violência e principalmente de o quanto ela impactou tanto às subjetividades quanto o coletivo. José Di Marco (2003, p. 1), nesse sentido, esclarece que “esta lectura de *lo que sucedió en términos de lo que aún está sucediendo* produce un efecto de verdad que excede el marco de lo fáctico y tiende a instalar al lector en un terreno donde la complejidad se impone”.

Quanto a isso, Le Goff (1994) chama atenção para uma nova concepção de história, que pode se encaixar nos estudos desenvolvidos na tarefa de relacionar história e literatura por meio da memória. O autor diz que, sob novas percepções, está desenvolvendo-se uma “história da história” que é predominantemente o estudo da manipulação que a memória coletiva faz de um evento histórico que, até então, apenas a história tradicional tinha estudado, assim “a memória coletiva parece, portanto, funcionar nestas sociedades segundo uma “reconstrução generativa” e não segundo uma memorização mecânica” (LE GOFF, 1994, p. 430).

Com base no que já foi visto sobre memória e história nesta dissertação, a proposta é pensar que a obra que está sendo analisada traz uma série de testemunhos e descrições com base em memórias de personagens que podem ter sido criados a partir de uma história real. Portanto, essas memórias compartilhadas por cada personagem representam muitas outras memórias de peruanos reais que também têm muito a contar e, dessa forma, apresentam um pouco da história do país, mesmo que não a história oficial, pois “ao invés da linearidade limpa do percurso ascendente da história ocidental, tal como era descrita na historiografia tradicional, encontramos um palimpsesto aberto a infinitas re-leituras e re-escrituras” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 389).

É possível perceber que as marcas vão além do aspecto subjetivo, pois significam a memória e a cultura de várias comunidades e, então, se vê a possibilidade de apoiar esta reflexão no que diz Sánchez (2004, 2004, p. 159): “esta es la gran mutación de la historiografía contemporánea que ha saltado de una centralidad del acontecimiento, objeto privilegiado de la historia, a la huella, objeto privilegiado de la memoria”. O autor ainda lembra que Le Goff e Nora assinalaram que a narração salta das cadeias dos acontecimentos às cadeias da hermenêutica e da significação.

4.4. Ficção e história: *La hora azul* como representação

Ao direcionar a discussão deste estudo para as relações existentes entre história e ficção é fundamental lembrar que, entre literatura e realidade há uma linha tênue. Para tanto, volta-se para Seligmann-Silva que postula uma relação metonímica entre o real e a escritura destacando que esse “real” refere-se a um evento que, justamente, resiste a ser representado. Dessa forma, é imprescindível refletir sobre a memória como ligação entre os termos, já que “con relación a la historia de acontecimientos contemporáneos o cercanos en el tiempo, especialmente cuando estuvieron signados por una fuerte conflictividad social y política, la instalación de una historia oficial se torna difícil y problemática” (JELIN, 2012, p. 73).

Com efeito, Alonso Cueto utiliza-se dessa onda de memórias latentes que não se deixam esquecer para, a partir delas, construir o enredo de *La hora azul*. O autor traz os testemunhos como uma afirmação das memórias e ainda como significação/sentido de um momento violento na história do país. Dentro da narrativa central que conta a história de Adrián, sua família e a “vítima” de seu pai, Miriam, o autor possibilita à personagem principal e também ao leitor uma imersão nesse mundo de feridas abertas e memórias marcadas que é o interior do Peru. Sobre a diversidade de memórias apresentadas na obra e que representam o coletivo, Jelin (2012, p. 69) diz que não se pode esperar uma relação linear e direta entre o individual e o coletivo e que:

Las inscripciones subjetivas de la experiencia no son nunca reflejos especulares de los acontecimientos públicos, por lo que no podemos esperar encontrar una “integración” o “ajuste” entre memorias individuales y memorias públicas, o la presencia de una memoria única. Hay contradicciones, tensiones, silencios, conflictos, huecos, disyunciones, así como lugares de encuentro y aun “integración”. La realidad social es compleja, contradictoria, llena de tensiones y conflictos. La memoria no es una excepción.

Assim sendo, ao olhar para a diversidade de personagens que falam sobre o conflito e que contam o que lhes aconteceu, são observados pontos de vista variados, bem como diferentes maneiras de como a violência os atingiu e marcou. Esses depoimentos representam a memória coletiva e, assim, também uma ligação com os fatos que marcaram a história do local de onde falam as testemunhas pois, conforme Le Goff, “pertence à própria natureza da ciência histórica, estar estritamente ligada à história vivida de que faz parte” (LE GOFF, 1994, p. 146).

O autor ainda observa, em relação às conflitividades da memória, que há pelo menos duas histórias, aquela originada da memória coletiva e a dos historiadores. Ele diz que a primeira é essencialmente mítica e anacrônica, mas que esta constitui a vivência da relação (inacabada) entre o presente e o passado. Contudo, o próprio Le Goff argumenta que é papel do

historiador zelar pela proximidade da história com o real e diz: “a história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar seus erros” (LE GOFF, 1994, p. 29).

Observando a memória como deusa, mãe da história, assim como estudado em Le Goff, no capítulo anterior, cabe aqui ressaltar que sua manifestação maior era por meio do canto e da dança. Assim sendo, desde os gregos, a memória é vista como um poder, ligada à história e ao tempo, que se manifesta por meio da arte. Sendo considerado arte o texto aqui analisado, entende-se o porquê de a memória caber nele como meio de significação da sociedade a partir da qual é produzido.

Reflete-se, em meio ao que está sendo apresentado, sobre o papel do testemunho e do teor testemunhal como memória e como a sua presença na literatura faz com que esta deixe de ser estritamente ficcional sem perder o seu caráter de produto artístico e cultural. Tem-se em *La hora azul* um texto instigante que, para além de ser um documento investigativo, característico da novela negra, traz elementos que representam e chamam a refletir sobre a realidade e com o que se pode pensar no estudo que Seligmann-Silva fez, dizendo que: “Benjamin reafirmou a força do trabalho da memória: que em um só tempo destrói os nexos (na medida em que trabalha a partir de um conceito forte de presente) e (re)inscreve o passado no presente” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 389). Portanto, como esta dissertação visa estudar as memórias, que fazem parte de um passado não muito distante do Peru, presentes nos testemunhos que constituem a obra, é possível pensar nestas recordações como uma opção para refletir sobre o passado.

Nesse sentido, o que se propõe é refletir sobre o encontro entre literatura e realidade que se dá por meio da memória e da história, como o choque que o leitor tem ao ler certos trechos da obra em questão. Assim vale lembrar ainda o que Seligmann-Silva (2003) destaca quanto à relação do testemunho com os períodos marcantes “a literatura expressa o seu teor testemunhal de modo mais evidente ao tratar de temas-limite, de situações que marcam e ‘deformam’ tanto a nossa percepção como também a nossa capacidade de expressão” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 40). O teor de testemunho e de realidade pode ser percebido, por exemplo, quando Adrián divide com a esposa o que ouviu de mais marcante nos depoimentos dos soldados:

Los oficiales botaban los cuerpos de los muertos en un barranco de basurales para que los chanchos se los comieran y los familiares no pudieran reconocerlos. Una vez tres soldados mataron a un bebe delante de su madre y luego la violaron junto al cuerpo de su hijito[...] todo esto era una respuesta a lo que hacían los de Sendero Luminoso [...] Colgaban los cadáveres de los bebes en los árboles. (CUETO, 2005, p. 89).

Sobre o trauma deixado pelos períodos violentos, Seligmann-Silva (2003) diz que é em razão da intensidade dessas marcas que a literatura depois de séculos se adequou para abarcar

o testemunho. Para ele, o testemunho reafirma o compromisso da literatura com o “real” e explica que o posicionamento da literatura frente ao testemunho só pode ser entendido se “[...] compreendermos o “real” como trauma – como uma “perfuração” na nossa mente e como uma ferida que não se fecha [...]” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 383).

Além desses testemunhos sobre o panorama do confronto, podem ser analisados ainda aqueles que são mais individuais. Ao acompanhar o testemunho da personagem Miriam, percebe-se que ela não se sente confortável com sua vida, não sendo uma questão de superar ou não. A sua memória é de uma intensidade tal que, até mesmo em seu próprio corpo, ela não se sente confortável. Portanto, pode-se compreender o texto de Cueto como “uma arte da leitura de cicatrizes” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 56). A personagem de Miriam é a fonte mais complexa de memória e trauma que pode ser observada na obra, pois quando manifesta lembranças do período de guerra, emana um sofrimento que se manifesta em todo o seu ser:

Y me escapé. Pero ahora ya no tengo las piernas para seguir, o sea me falta el corazón, no sé lo que es, pero o sea, es como un gran cansancio, como un cansancio de bien adentro de los huesos: levantarte, moverte, caminar, trabajar, hablar con la gente, hacer las cosas, ya no me aguanta el cuerpo para eso, porque extraño tanto a mi familia. [...] Me parece que los veo, los veo en la puerta de mi casa, y no sé dónde se han quedado. (CUETO, 2005, p.255).

Com Miriam, o leitor emerge em um mundo subjetivo e pode “sentir” com ela as marcas de ter a vida atropelada pela violência do conflito. Ainda, em outras passagens, é possível perceber que ela não consegue superar o que aconteceu consigo e com sua família, pois em vários momentos afirma falar com aqueles que morreram, ao que se observa a imagem dos familiares mortos voltando frequentemente à sua memória e ela não logra seguir sua vida porque não esquece: “tengo que pensar que sí, y tengo que hacerlo pensar que va a poder, pero si puedo, no sé. La esperanza es difícil cuando se tiene tantos muertos que te hablan” (CUETO, 2005, p. 253).

Na perspectiva adotada para esta discussão, de pensar a relação entre a história e a ficção, o teor testemunhal é por onde passa a linha tênue a que nos referimos anteriormente. Conforme o próprio Seligmann-Silva (2003), a discussão mais relevante quanto à literatura de testemunho não é a quantidade de realidade ou de ficção nela contida, mas o alcance do significado do que foi escrito, pois “apenas a passagem pela imaginação poderia dar conta daquilo que escapa ao conceito” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 380).

A presença de testemunhos “reais” na obra de Alonso Cueto pode ser inferida com base na entrevista dada a Gabriel Ruiz Ortega, do *Blog La fortaleza de la soledad*, em 2006. Na oportunidade, o autor fala sobre o porquê de escolher residir em seu país enquanto muitos preferem morar no exterior e diz que quando viaja é para observá-lo melhor de fora. Em suas

respostas, ele confirma que seu material de escrita é seu país, o povo e as relações de poder existentes:

La memoria está hecha de palabras porque no hay material más imperecedero. En realidad, el único deber de un escritor es el de aprovechar las historias que circulan a su alrededor y convertirlas en historias propias. Lo que más me interesó cuando fui a Ayacucho fue escuchar las historias de la gente. Todos tenían muchos episodios que contar precisamente porque la muerte había estado tan presente en sus vidas. Sin excepción, todas las personas con las que hablé tenían amigos o parientes muertos. Una señora, Paula Socca, que aparece en la novela, había perdido en la guerra a su marido y a sus seis hijos y ahora camina sola por Vilcashuamán. Creo que ninguno de nosotros podemos imaginar una experiencia así. (CUETO, 2006, Entrevista de Gabriel Ruiz Ortega).

Com base no depoimento de Cueto e ainda em outra declaração sua, quando diz ter se inspirado em uma história real para o enredo central do livro, tem-se fortes indícios de que o teor testemunhal apontado na obra representa a realidade da guerra civil interna. Além disso, é preciso concordar com duas questões apontadas por Seligmann-Silva (2003) e que podem ser identificadas em *La hora azul* que é o compromisso com o “real” exercido pela obra testemunhal e o impacto que pode causar na recepção do leitor.

Sobre o compromisso com o real assumido pela obra de Cueto, uma questão que chama muito a atenção do leitor é a relevância dada às diferenças sociais e ao papel assumido por Adrián Ormache diante disso. Conforme traz o primeiro capítulo desta dissertação, a sociedade peruana historicamente tem um ponto que mereceria maior atenção dos governos, que é a distância entre as classes sociais do país, evidenciada também em seu território já que o maior abismo existe entre os habitantes da costa e da serra.

De acordo com os historiadores, é uma questão que iniciou ainda na colonização quando as grandes áreas de terra produtiva ficaram na mão dos colonizadores e os habitantes nativos e mestiços submeteram-se a trabalhar em condições muito precárias. Dessa maneira, a concentração de terras e riquezas manteve-se por muito tempo entre as mesmas famílias e a falta de políticas públicas em favor dos nativos e mestiços contribuiu para que a distância entre as classes e segregação não fossem superadas. Muito ficou por conta da preocupação com o crescimento econômico do país e na falta de um olhar para os camponeses por parte dos governantes.

O tema passa a ser abordado, já nas primeiras linhas do romance, quando a personagem principal se apresenta como sendo alguém de muitas posses e que sai em colunas sociais de jornais e revistas. Porém, Adrián passa a ter discernimento para observar tais questões depois de sair de sua zona de conforto, ir ao encontro do interior de seu país e ser alertado por outra personagem, que já formou uma consciência sobre a questão. Guiomar, a mesma personagem

que o alertou sobre os “Danzantes de tijeras”, chama sua atenção sobre sua condição quando ele diz que os limenhos, como ele, não sabem dos acontecimentos no interior do país:

-Los limeños como tú dicen que las artesanías de aquí les parecen lindas. Después se olvidan de todo y siguen con sus autos y sus viajes.¿ Ves a ese chico que está allí, lavando los platos?

[...]

-¿Qué pasa con él?

-Puede estar a unos metros de ti pero la distancia que hay entre la Tierra y el Sol es menor a la que hay en este momento entre tú y él. (CUETO, 2005, p.183).

Assim como essas passagens, a obra traz ainda muitas outras que vão chamar ao leitor para refletir sobre as diferenças sociais a partir da personagem de Adrián. O texto de Cueto evidencia a atenção para as questões sociais até mesmo pelo cuidado em descrever os ambientes que o advogado frequenta, os meios que usa para se locomover e os seus hábitos diários. Contudo, alguns trechos atraem mais atenção, pelo caráter explícito com que chama a pensar nessas questões, como o caso em que visita a um hospital público para tomar conta de um funcionário e atesta: “volví al Hospital Almenara. El silencio unánime y masivo de todos esos cuerpos me volvió a sorprender. Una niña rica con un tobillo torcido hace más ruido que una decena de pobres agonizando [...]” (CUETO, 2005, p. 100).

Destarte, é importante observar, principalmente ao discutir literatura e demais manifestações culturais no Peru, o posicionamento de Vitor Vich (2013), em uma comunicação sua intitulada *As poéticas da dor: memórias que ocupam a cidade*, quando diz que a arte em suas diversas manifestações vem reconstruindo o conflito, a história e o imaginário.

Acordando com o que diz Vich, ainda é coerente pensar que *La hora azul* cumpre com o papel de simbolizar o que aconteceu, conforme aponta quando questionado sobre o papel da literatura a respeito do confronto: “[...] es el lugar de lo simbólico, el de la cultura, el que, por un lado, está intentando narrar lo sucedido y, por el otro, encontrar las imágenes que puedan interpretarlo, vale decir, que vayan estableciendo su sentido” (VICH, 2009, p. 111). Além de significar o que aconteceu, considerando a alienação da população de Lima, a literatura sobre o evento é também responsável por informar quem a lê.

Nesse sentido, pode-se pensarno teor testemunhal que traz a obra e na representação do real que se observa no texto, como uma manifestação cultural que busca dar sentido ao confronto violento, como estuda Vich. Os detalhes, aos quais atenta Cueto, para encaixar os depoimentos, não se tratam “da velha concepção realista e naturalista que via na cultura um reflexo da realidade, mas antes de um aprendizado – psicanalítico – da leitura de traços do real no universo cultural” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 71).

Dessa maneira, cabe ainda observar Adrián, o advogado limenho bem sucedido, como possível *alter ego* de Cueto, já que este é um escritor com boa formação e que não viveu de perto a luta armada e que também descobre “as memórias” por acaso. Sendo assim, em meio a tantos testemunhos, ele também estaria testemunhando, desde a sua condição, e observando um sistema que insiste na repetição do erro, como fez a personagem de Adrián, ao se relacionar intimamente com Miriam, e ao ajudar financeiramente o filho dela, o que Vich (2009) vê como uma esmola:

Creo que actualmente ni siquiera hay dádiva; más bien, hay una separación cada vez mayor, un sálvese quien pueda. La teoría del “chorreo neoliberal” es, en el fondo, una teoría de la limosna, algo así como “nosotros comemos primero y lo que sobra luego se lo damos a ustedes”. No se está tratando de reformular lo existente, de reconstituir la sociedad a partir de una forma de organización que distribuya mejor, que articule más a la ciudadanía, a los diferentes sectores sociales, sino se sigue manteniendo una estructura tutelar de arriba a abajo a pesar de la violencia que vivimos. (VICH, 2009 a, p. 113 e 114).

É relevante, portanto, observar de onde nos fala o autor de *La hora azul* e o porquê de os depoimentos serem utilizados sabiamente por ele como um atestado de veracidade quanto àquilo que quer contar aos seus leitores. De certa forma, é como se a escritura fosse útil também para o próprio autor organizar e clarear os fatos, pois, conforme Halbwachs (2004, p. 25) “fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras”.

Os testemunhos fazem com que se volte o olhar para cada personagem, os detalhes da descrição impressionam pela dureza da violência e esse conjunto pode ser uma tentativa de ir além do que conta a história oficial, com todos os seus números. Todas essas questões levantadas até agora no trabalho chamam atenção para a o papel da memória coletiva, representada pelos depoimentos, tanto na literatura como na história. Acredita-se que os personagens que dialogam com o protagonista e que testemunham suas condições são a voz de muitos peruanos e que, assim como se estudou em Seligmann-Silva, *La hora azul*, apesar de ser literatura, é testemunho.

Julga-se possível discutir esta questão tendo em vista que Seligmann-Silva, estudioso do testemunho com base na literatura pós Auschwitz, vem ajudando a pontuar, neste estudo, questões como a literatura de testemunho não ser uma imitação do real, mas sua representação ou ainda o seu compromisso com o (re)discutir o passado e os eventos traumáticos. Ainda reforçando o seu posicionamento, vale retomar que, em relação a isso, conforme Seligmann-Silva (2003), realidades muito densas tendem a ser melhor compreendidas quando recebem toques estéticos:

A leitura estética do passado é necessária, pois opõe-se à “musealização” do ocorrido: ela está vinculada a uma modalidade da memória que quer manter o passado ativo no presente. Ao invés da tradicional representação, o seu registro é o do índice: ela quer apresentar, expor o passado, seus fragmentos, ruínas e cicatrizes. (SELIGMANN-SILVA, 2003, p.57).

Tomando em conta as disposições deste estudo até aqui, uma das propostas de discussão a respeito de *La hora azul* leva em conta o trabalho do autor que, diante da história oficial de seu país registrada por historiadores diversos e pela CVR, conseguiu distanciar-se e (re)pensar o real por meio da literatura. Para além de discutir ou de buscar o limite entre literatura e realidade, o que se julga valer no texto de Cueto é a forma como chega até o seu leitor e como as “costuras” realizadas entre um depoimento e outro, bem como a representação do real por meio dos testemunhos, significam para quem lê.

A partir desses apontamentos, é importante destacar o papel fundamental da memória coletiva perante a literatura e perante a história, aqui como representação do real. Por meio das recordações de indivíduos, Alonso Cueto construiu o romance e são os mesmos depoimentos que chamam atenção para as lacunas sociais e para a história do Peru. Cumpre-se observar, então, que a relação entre literatura e história, estabelecida pela memória, mais do que fazer refletir sobre a arte, convida a refletir também sobre a história e sobre a contribuição de uma para outra.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que chega o prazo e é necessário organizar o fechamento desta etapa da pesquisa, sentimos a necessidade de reafirmar que a nossa pretensão não é a de fechar o círculo hermenêutico, mas de estimular a discussão acerca do assunto no qual nos envolvemos. Como já mencionado, o objetivo do estudo é investigar as aproximações entre literatura e história a partir do que observamos em *La hora azul*.

Contudo, durante o desenvolvimento da pesquisa, novos questionamentos foram surgindo e chamando a atenção para a complexidade, não apenas da obra de Cueto, mas também da afinidade entre o histórico e o ficcional. A representação da memória no texto e no “real” serviu de suporte para que fossem estabelecidas as relações, por meio dos depoimentos respaldados teoricamente com o estudo do testemunho.

A memória faz o papel de fio condutor deste estudo devido à sua relevância para os indivíduos e a sociedade. Como responsável por registrar e armazenar informações, especialmente de fatos marcantes, a memória foi considerada pelos gregos como uma deusa, mãe da história, como vimos em Le Goff (1994). Para melhor compreensão do papel da memória, podemos lembrar Bergson (2006), que diz que a memória é responsável por solidificar o escoamento contínuo das coisas.

Partindo dessa perspectiva, percebemos o potencial da memória em relação a eventos traumáticos, como o conflito armado no Peru, como reconstrução do fato e como reconfiguração do trauma. Assim, entendemos que a identidade de um grupo também está nas suas memórias, bem como a identidade de uma sociedade está na memória dos indivíduos que fazem parte dela e, a partir daí, buscamos o conceito de memória coletiva para entender a representação do confronto peruano.

A memória coletiva é vista como uma base comum das memórias, algo de ordem do social, fruto da interação entre os indivíduos. Com Halbwachs (2004), compreendemos que a memória individual não se sustenta sozinha porque o indivíduo que lembra, por exemplo, uma cena de conflito, tem essa recordação enquanto parte de um todo. Nesse sentido, Jelin (2012) complementa dizendo que as memórias são simultaneamente sociais e individuais e possibilita a nossa compreensão acerca do papel dos depoimentos que observamos em *La hora azul*.

Assim sendo, a memória que os peruanos guardam é o que permite a construção de textos como o de Cueto, bem como a reconstrução da história do Peru. Com base nisso,

passamos a observar também o papel do testemunho como algo que complementa e de certa forma contrapõe a versão oficial dos fatos. A partir daí, é importante observar a utilização da memória e perceber o seu papel na literatura. O que vemos em *La hora azul* é um recorte de episódios que traz informações não contidas na História oficial.

Ao desenvolver estudos sobre o testemunho, encontramos em Seligmann-Silva o termo “teor testemunhal” que elucidou a linha frágil entre o real e a ficção na qual nos movimentamos. A partir daí, convidamo-nos a olhar *La hora azul* como literatura de teor testemunhal, um texto que não carrega a obrigatoriedade o compromisso com o “real”, mas o mantém por meio do depoimento das personagens e da sua semelhança com eventos que estão além da linha do romance.

A nossa atenção se volta para a história do Peru, tanto no estudo da obra, quanto no estudo da própria trajetória do país. Os relatos apontam para a existência de, no mínimo, dois Perus, o que parece esquecido pela história oficial: um é o da população urbana que anseia pelo desenvolvimento econômico e tecnológico; o outro é o do Andes onde está a população que ainda tenta processar o trauma do conflito armado que dizimou os povoados e as consequências do esquecimento e da dominação.

Este é um dos sentidos que acreditamos emergir do texto de Alonso Cueto e que podemos observar, por exemplo, no filho de Miriam, Miguel, menino introspectivo e com dificuldades de se relacionar. Pode-se inferir que ele seja acometido pelo que os campesinos conhecem por “teta assustada”, crianças afetadas, através do leite materno, pela violência que sofreram suas mães.

A narrativa construída por Cueto cumpre com que Seligmann-Silva aponta como compromisso com o real, pois, além de chamar atenção para a violência, que o confronto entre os militares e os senderistas levou para os povoados dos Andes, também traz para o presente a história de dominação que assola o país desde a conquista. O papel do teor testemunhal se evidencia nessa relação, já que é o responsável por representar isso no texto literário. Em suma, o autor do romance busca na memória coletiva material para proporcionar a discussão sobre o que não é explicitado pela memória oficial.

Nessa lógica, Miriam e mesmo as personagens secundárias são testemunhas e ajudam na construção de um texto, em grande parte, comprometido com a realidade do país. Porém, é Adrián (o possível *alter ego* do autor), quem convida o leitor às mais densas reflexões. Enquanto os depoimentos sobre o conflito impressionam por parecerem reais e por tratarem de

uma realidade de dor e sofrimento, a memória construída pela personagem principal e suas interrogações são guias importantes para o olhar que se evidencia sobre a história que ainda é presente. Como “autor”, a personagem de Adrián cumpre com o que aponta Agamben: mesmo não sendo escritor, torna-se um para poder testemunhar.

Com o aprofundamento das reflexões e estudos torna-se, cada vez mais, necessário discutir o termo teor testemunhal que, especialmente neste texto revela-se essencial para o desenrolar dos fios e para a construção de sentidos a que se propõe a obra. Os testemunhos utilizados para tratar da história (não oficial) do país parecem completar a forma estética escolhida pelo autor ao mesmo tempo em que a “pitada” de realidade trazida pelos testemunhos enfatiza traços importantes da literatura.

Conforme discutimos anteriormente, as questões internas do Peru mencionadas por Cueto parecem necessitar da forma estética para sua melhor representação e, até mesmo, para sua disseminação e entendimento. Portanto, a pesquisa aponta para o entrelaçamento entre a história e a literatura, por meio da memória como teor testemunhal, e o seu papel cultural enquanto símbolo, como vimos em Vich (2009). Assim como a condição da personagem principal, que consegue ver a situação, mas não a modifica, o texto literário também não tem essa pretensão, mas contribui para tal ao possibilitar a reflexão e a construção de novos sentidos. Além disso, para a alegria de quem estuda a obra, a cada diálogo estabelecido sobre *La hora azul* percebe-se que novos aspectos merecem o olhar.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: O Arquivo e a Testemunha*(Homo Sacer III). Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

AKOS MORRISS, Christopher. *La novela y la memoria del conflicto armado de Sendero Luminoso en el Perú*. University of Vermont, Burlington, 2011. Disponível em: <http://www.conflictoarmadoperu.com/admin/files/libros/713_digitalizacion.pdf> Acesso em: 27 fev. 2016.

BERGSON, Henri. *Memória e vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRAGANÇA, Maurício de. *Entre o boom e o pós-boom: dilemas de uma historiografia literária latino-americana*. Revista *Ipostesi*, Juiz de Fora, n.1, 2008. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2011/05/11-Entre-o-boom-e-o-p%C3%B3s-boom.pdf>> Acesso em: 20 abr. 2016.

CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos. *Historia del Perú contemporáneo*. 5. ed. Lima: IEP, 2013.

COMISIÓN DE LA VERDAD Y RECONCILIACIÓN. *Informe final*. 28 Ago. 2003. Web. 17 Mayo 2006.

COTLER, Julio. *El Sendero Luminoso de la destrucción*. Nueva Sociedad, Buenos Aires, n. 150, 1997. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/articulos/2613_1.pdf>. Acesso em 20 dez. 2016.

_____. *Peru: classes, Estado e Nação*. Trad. de Sérgio Bath. Brasília: Funag, 2006. COTLER, Julio; GROMPONE, Romeo. *El fujimorismo: ascenso y caída de un régimen autoritario*. Lima: IEP, 2000.

CUETO, Alonso. *La hora azul*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2005.

_____. *La muerte es la gran generadora de historias*. Entrevista de Gabriel Ruiz Ortega. La fortaleza de la soledad 29 Jul. 2016. Disponível em: <<http://la-fortaleza-de-lasoledad.blogspot.com.br/2006/07/entrevista-alonso-cueto.html>> Acesso em: 03 nov. 2016.

DEGREGORI, Iván C. *Heridas abiertas, derechos esquivos: reflexiones sobre la comisión de la verdad y reconciliación*. In: BELAY, Raynald, BRACAMONTE, Jorge, DEGREGORI, Iván

C., VACHER, J. Jean. *Memorias en conflicto: aspectos de la violencia política contemporánea*. Lima: IEP, 2004.

DEGREGORI, Luis Nieto. *Entre el fuego y la calandria: visión del Perú desde la narrativa andina*. Crônicas Urbanas, n. 12, p. 55-66, set. 2007. Disponível em: <http://www.guamanpoma.org/cronicas/12/5_FuegoCalandria.pdf>. Acesso em 25 abr. 2016.

DI MARCO, José. *Ficción y memoria en la narrativa argentina actual: la escritura como táctica*. In: V Congreso Internacional Orbis Tertius de Teoría y Crítica Literaria, La Plata, Argentina. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.11/ev.11.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2016.

FRANCO, Jean. *Historia de la literatura hispanoamericana*. Barcelona: Editorial Ariel, 2002.

GALEANO, Eduardo. *Las venas abiertas de America Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2004. Disponível em: <<http://static.telesurtv.net/filesOnRFS/news/2015/04/13/las_venas_abiertas_de_amxrica_lati_na.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2016.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HURTADO, Liliana Regalado de. *La tarea y la memoria para la historia del Perú*. Una reflexión a partir de la historia de nuestro tiempo presente. In: LAURO, Claudia Rosas (Org.). *El odio y el erdón em el Perú: Siglos XVI al XXI*. Perú: Fondo editorial, 2009.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. 2 ed. Lima: IEP, 2012.

JIMENEZ, Edilberto. *Chungui: violencia y trazos de memoria*. 2. ed. Lima: IEP, COMISEDH, DED, 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

LEITE, Verônica Gomes Olegário. *Memória e violência: o conflito armado do Peru sob a ótica da literatura*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECAP-A6KNXA/disserta__o_ver_nica_gomes_2016.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 set.2016.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, n° 10, p. 7-28, dez. 1993.

PENNA, João Camilo. *Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano*. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003.

POLLACK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos: Rio de Janeiro. vol. 5, n° 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 13 mar. 2016.

RÉNIQUE, José Luis. *A revolução peruana*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2009.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RONCAGLIOLO, Santiago. *Cocaína y terroristas: Quince anos de literatura peruana*. In: JUAREZ, Jesús Montoya; ESTEBAN, Ángel. *Entre lo local y lo global: la narrativa latinoamericana en el cambio del siglo (1990-2006)*. Madrid: Iberoamericana, 2008. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=8NW1y7aOpVMC&oi=fnd&pg=PA7&dq=literatura+peruana+santiago+Roncagliolo&ots=HZ6vw-wovW&sig=5IZf3JkjpLV7JmpGLIXIQdUyoyY#v=onepage&q&f=true>> Acesso em: 25 abr. 2016.

SÁNCHEZ, Gonzalo. Guerras, memória e história. In: BELAY, Raynald, BRACAMONTE, Jorge, DEGREGORI, Iván C., VACHER, J. Jean. *Memorias en conflicto: aspectos de la violencia política contemporânea*. Lima: IEP, 2004.

SCHWEIDSON, Edelyn. (Org.). *Memória e cinzas: vozes do silêncio*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.). *História, memória, literatura: O testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003.

_____. *O testemunho para além do falocentrismo: pensando um outro paradigma*. In: SCHWEIDSON, Edelyn. (Org). *Memória e cinzas: vozes do silêncio*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____. (Org.). *Palavra e imagem: memória e escritura*. Chapecó: Argos, 2006.

_____. *Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas*. Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, Vol. 20, p.65-82, 2008.

_____. *Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes*. Projeto História, São Paulo, nº 30, p. 71-98, jun. 2005.

_____. *O local do testemunho*. Tempo e argumento, Florianópolis, v. 2, nº 1, p. 3 – 20, jan. / jun. 2010.

SHAW, Donald. *Nueva narrativa hispanoamericana: Boom. Pos boom. Posmodernismo*. Madrid: Cátedra, 2005.

THEIDON, Kimberly Susan. *Entre prójimos: el conflicto armado interno y la política de reconciliación en el Perú*. Lima: IEP Ediciones, 2004.

VICH, Victor. *As poéticas da dor: memórias que ocupam a cidade*. Cidade – Corpo - Ação: A Política das Paixões nas Américas. Universidade de São Paulo. 14 janeiro 2013. Disponível em: <<http://hemisphericinstitute.org/hemi/pt/enc13-inicio>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

_____. *Una violencia de novela*. *Revista Quehacer*. Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/51324038/VICTOR-VICH-Una-violencia-de-novela-entrevista>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

_____. *Violencia, culpa y repetición: La hora azul de Alonso Cueto*. In: UBILLUZ, Juan Carlos, HIBBETT, Alexandra, VICH, Víctor. *Contra el sueño de los justos: La literatura peruana ante la violencia política*. Lima: IEP, 2009 a.

WINTER, Jay. *A geração da memória: reflexões sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos de história*. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *Palavra e imagem: memória e escritura*. Chapecó: Argos, 2006.

T655f**Tomazi, Julia**

Os fios de mnemósine: conflito, história e literatura em *La Hora Azul*, de Alonso Cueto / Julia Tomazi. – 2017.

91 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2017.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosane Maria Cardoso.

1. Cueto, Alonso, 1954- Crítica e interpretação. 2. Literatura peruana – História e crítica. 3. Violência na literatura. I. Cardoso, Rosane Maria. II. Título.

CDD: Pe860.9

Bibliotecária responsável: Edi Focking - CRB 10/1197